

cadernos do terceiro mundo

A
invasão
do Líbano

4

Publicação mensal — Maio 1978

35\$00

Ano 1 n.º 4

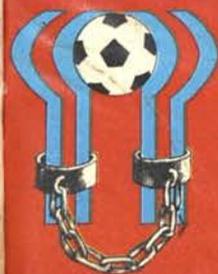
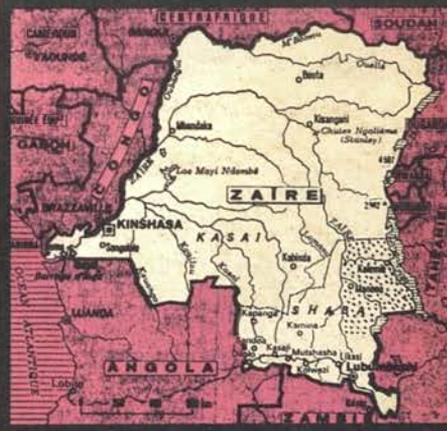
GUINÉ



entrevista
com Vasco Cabral

ZAIRE

mesa redonda
com a FLNC



O MUNDIAL 78 E A ARGENTINA

anamá: as armadilhas do tratado

campanha das mil assinaturas



esperamos a cooperação dos
amigos e leitores dos

cadernos do
terceiro
mundo

r. pinheiro chagas 41 · 2º d.
lisboa

Nesta edição

4 *Editorial: O acordo rodésiano*

Entrevistas especiais

- 7 *Zaire: Mesa redonda com a FLNC — Neiva Moreira e Beatriz Bissio*
18 *Guiné Bissau: Entrevista com Vasco Cabral — Baptista da Silva*
-

África

- 28 *Zimbabwe: O «bando dos quatro»/O que pode mudar
O papel da mulher — Eunice J. Ndulu*
36 *Guiné Bissau: Um ensino a serviço do povo — Luísa Teotónio Pereira*
-

Médio Oriente

- 41 *Libano: O balanço de uma agressão — Marcelo Dias
O terror como filosofia de subsistência — Glória López Moralez*
53 *Israel: As repercussões internas — Marcelo Dias*
59 *Qatar: Nem só de petróleo vivem os árabes — Cádio Colombani*
-

América Latina

- 61 *Argentina: O Mundial de 78 — José Luís Alvarez*
67 *Panamá: As armadilhas do tratado — Paulo Cannabrava*
72 *México: A história da nacionalização do petróleo
— Luís Suarez*
78 *Peru: A alternativa socialista — Roberto Remo*
89 *Paraguai: A ditadura esquecida — Daniel Waksman Schinca*
96 *Brasil: O avanço do movimento sindical — António Almeida*
-

Ásia

- 98 *Índia: A vitória eleitoral de Indira — Mohamed Salem*
101 *Timor: A intervenção australiana — Etevaldo Hipólito*
104 *Birmânia: A crise do modelo reformista — Cristina Canoura*
108 *Nepal: A CIA no Himalaia*
110 *Panorama tricontinental*
-

Cultura

- 116 *O prémio Casa de Las Americas 78 — Gregório Selser*
120 *Cuba: Na hora do regresso — Maluza da Silveira*
125 *Almanaque do Terceiro Mundo*



cadernos do terceiro mundo

Publicação mensal — n.º 3/Abril de 1978

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Secretaria de Redacção: Beatriz Bisso

Edição em Espanhol — ano II, n.º 19

Editor: Enrique Cortez Reina

Insurgentes Sur 1722 Desp. 204, Mexico 20 D.F.

Correspondência: Apartado Postal 20-572

Mexico 20 D.F. MEXICO

Edição em Português — ano I, n.º 3

Editor: A. L. Campos

Administração: Arnaldo Reis, Ernesto Pádua

Chefe de Redacção: Marcelo Dias

Sub-chefe de Redacção: Baptista da Silva

Secretária de Redacção: Myriam Ribeiro

Artes Gráficas: Leonel M.

Colaboraram neste número: António Almeida, Cláudio Colombani, Cristina Canoura, Daniel Slnca, Etevaldo Hipólito, Glória López Morales, Gregório Selser, José Luis Alvarez, Luis Suarez, Luisa Teotónio Pereira, Maluza da Silveira, Mohamed Sadem, Paulo Cannabrava e Roberto remo.

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços da Inter-Press Service (IPS); Agência Noticiosa Iraquiana (INA); Agência Tanzaniana (SHITATA) e Prensa Latina (PL). Mantém intercâmbio editorial com as revistas Afrique-Asie (França), Nueva (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola)

Administração e Redacção: Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º Dto. — Lisboa

Composição e impressão: Empresa Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa

Distribuição: Dijornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 66, 7.º Dto. — Lisboa

assinaturas

PORTUGAL anual (12 números) 320\$00
semestral (6 números) 180\$00

anual (12 números) por via aérea

Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe 500\$00 esc. port.
Brasil 350 cruzeiros
Europa 14 dólares
Restantes países 16 dólares

pág. 2 n.º 4/Maio 78

Correio do leitor



Francisco Quispe P., Hancayo, Perú

Li com a maior atenção o material sobre a contra-ofensiva popular do último número. Estou de acordo que existe um certo ascenso do movimento de massas no nosso continente, mas tenho dúvidas se estaremos ou não numa contra-ofensiva. De qualquer modo verifico que o tema interessou de tal maneira que é objecto de discussão aqui entre as pessoas que subscrevem os "Cadernos do Terceiro Mundo".

Joaquim P.S., Tegucigalpa, Honduras

Estou a estudar história na Universidade Autónoma Nacional das Honduras. A vossa revista interessou-me muito como material académico complementar.

H. Ferreira, C.P. 202, Uige, República Popular de Angola

Através dos "Cadernos do Terceiro Mundo" estou-me a inteirar de muitas coisas que se passam na América Latina. Sou um militante da juventude do MPLA e trabalho em temas relacionados com a investigação histórica, arte, mas também tra-

balho na produção. Gostaria muito de estabelecer intercâmbio com jovens latino-americanos, conhecer as suas experiências.

Pablo C., Chacarita, Buenos Aires, Argentina

Estou a enviar uma carta a alguns homens liberais do Departamento de Estado norte-americano manifestando a minha estranheza no facto de se manter como subsecretário para a América Latina daquele departamento o senhor Todman, cujas sistemáticas declarações justificando os ditadores latino-americanos chocam frontalmente com a imagem da política do Presidente Cartér, e por isso mesmo são utilizadas pela imprensa mais reaccionária do continente. Só lhe falta começar a condecorar os conhecidos torturadores.

C. Alves, Porto Alegre, Brasil

Tive recentemente a oportunidade de ler um exemplar dos "Cadernos do Terceiro Mundo". Ainda que fosse um número atrasado, os seus artigos chamaram-me a atenção para a sua variedade e actualidade. É uma publicação de grande utilidade, sobretudo por fornecer informações que as agências noticiosas internacionais não têm interesse em divulgar.

assinare



De Shaba ao Sul do Líbano

A África volta a ocupar o centro das atenções neste número 4 dos "Cadernos do Terceiro Mundo". A mesa redonda realizada em Luanda pelos nossos enviados Neiva Moreira e Beatriz Bissio com vários dirigentes da FLNC (Frente de Libertação Nacional do Congo) tenta responder a uma pergunta que está no ar há vários meses: o que aconteceu com a ofensiva do Shaba? Além desta, várias outras curiosidades dos nossos leitores com relação a este tema poderão ser saciadas. Na mesa redonda, os combatentes da FLNC explicam a sua origem, a sua concepção política e o estado actual da sua luta contra o regime de Mobutu e as potências neocolonialistas que o sustentam.

Outro ponto de destaque é o Zimbabwe. Procuramos fornecer aos nossos leitores o máximo de elementos sobre o recente "acordo Interno", seus antecedentes e suas consequências. Também apresentamos uma entrevista especial do nosso colega Baptista da Silva com o Comissário Nacional da Economia da República da Guiné-Bissau, Vasco Cabral.

As nossas atenções com relação à actualidade internacional voltam-se para o sul do Líbano, palco da mais recente agressão israelita. Apresentamos um balanço militar e político desta operação, uma retrospectiva dos seus antecedentes e uma análise das suas repercussões internas em Israel, além de outros elementos informativos, nos artigos dos nossos companheiros Marcelo Dias e Gloria López Morales.

Na América Latina procurámos reunir para os nossos leitores dados sobre o Campeonato Mundial de 78, na Argentina — um tema da maior importância política — e apresentamos, entre outros artigos, uma análise do nosso correspondente Paulo Cannabrava sobre os recentes acordos sobre o Canal do Panamá e uma entrevista de Roberto Remo com dois dirigentes socialistas peruanos: o general Leónidas Rodríguez e o dr. Mesa Cuadra, secretário-geral do PSR (Partido Socialista Revolucionário).

O Paraguai — a ditadura esquecida da América do Sul — onde sobrevive o mais velho dos regimes despóticos do continente, também é objecto do nosso interesse.

A secção de Cultura desta vez é integralmente dedicada ao Concurso da Casa das Américas — 78, realizado em Havana com a presença de alguns dos mais notáveis intelectuais latino-americanos.

EDITORIAL

O acordo rodesiano

O «acordo interno» assinado em 3 de Março entre as três facções negras e o regime racista de Ian Smith, longe de ser um passo no sentido da pacificação do Zimbabwe e da África Austral, agrava a situação da área, que caminha, inexoravelmente, para uma intensificação do confronto bélico entre nacionalistas negros e colonialistas brancos.

O «acordo», em si mesmo, merece poucos comentários. Não põe fim ao «apartheid», nem oferece a perspectiva de um governo independente. A divisão do poder é absolutamente discriminatória e desproporcionada. No futuro parlamento, seis milhões de negros terão o direito de eleger setenta e dois representantes, enquanto que uma minoria de duzentos e setenta mil brancos terão direito a vinte e oito representantes. Isto significa que haverá um representante negro para cada oitenta e três mil cidadãos de côr, e um branco para cada nove mil e seiscentos europeus, o que consagra a desigualdade e desmascara a cobertura democrática com que se pretendeu ornamentar a continuidade deste estado de coisas.

Mas a situação é ainda mais grave, já que foram introduzidas na projectada Constituição uma série de «garantias» a favor da minoria branca, entre elas, um poder judicial independente, uma comissão independente de serviços públicos, e a ausência de «qualquer ingerência política» na função pública, nas forças armadas, e na polícia.

Como foi acordado que os brancos terão durante pelo menos dez anos o direito de nomear os seus vinte e oito deputados, e como a Constituição assegurará que aquelas garantias só poderão ser emendadas com um mínimo de setenta e oito votos, perpetua-se dessa maneira o poder branco.

Em resumo: os negros terão uma maioria formal mas inoperante no parlamento, e também uma presença no aparelho do Estado, ainda que sem capacidade de decisão. Os brancos ficam com o contróle da economia, da justiça, das forças armadas, e todas as garantias para continuarem a gozar do estatuto colonial e a explorar o povo do Zimbabwe e a própria nação. Ou seja, o poder real continua nas mãos dos racistas.

É este o «arranjo» que firmaram, de mãos dadas com Smith, os dirigentes capitulacionistas Muzorewa, Sithole e Chirau. Eles representam uma incipiente burguesia negra e «chefias» tradicionais. Mas acontece que não há espaço, dentro do regime colonial, para o desenvolvimento de uma

burguesia africana, que é necessariamente muito pequena. A grande maioria da população não está representada por estas três facções.

Esta é a maior falha do acordo. Este foi feito à margem da Frente Patriótica, na qual confluem os dois grandes movimentos de libertação do Zimbabwe. Como todos os seus irmãos africanos, o povo do Zimbabwe aspira à independência, e reconhece-se naqueles que lutam pela irradiação do colonialismo. É isto que dá uma sólida representatividade às forças guerrilheiras da Frente, que desconhecera o acordo, e mais, anunciaram que redobrarão a luta armada.

Como é sabido, os processos de colonização em África deram lugar a duas variantes. Uma, a de governos pró-capitalistas, que mantêm relações económicas com a antiga potência colonialista, e em geral com a área capitalista desenvolvida. Tal como na América Latina e na Ásia, trata-se de países que conseguiram a «independência política», mas não a económica. A outra, a dos governos que encarnam movimentos de libertação, e que caminham para a completa independência.

Obrigado pelas circunstâncias, Smith procurou traçar um modelo neocolonialista que, mediante o consentimento das três facções, terminaria por ser aceite pelos Estados Unidos, Inglaterra, e pelos governos conservadores de África. Mas, longamente retardada pela intransigência racista, esta fórmula de substituição chega tarde, enfrenta uma África madura e unida, diante de todas as intenções de prolongar o racismo.

Vendo bem, o acordo contém numerosas recomendações insinuadas por Washington e Londres. Mas no entanto, a Frente Patriótica lançou a luta pela libertação, e defendeu a única saída para o povo do Zimbabwe. A simples presença da Frente, torna hoje impossível uma solução neocolonialista, e da mesma maneira que os racistas puderam ganhar tempo nas concessões que recentemente aceitaram, estas resultam hoje insuficientes. Nesta altura do desenvolvimento da luta, não há negociação possível, senão através de uma efectiva retirada do poder branco, tendo como interlocutor a Frente Patriótica. Esta é uma opção. A outra, é a guerra.

Como, no caso do Zimbabwe, a premissa que está em jogo é a luta contra o colonialismo e o racismo, e todos os governos de África, dos conservadores aos revolucionários, rechaçaram em bloco o acordo de 3 de

editorial

Março. É assim que Smith não conseguiu convencer com a sua fórmula, nem mesmo a direita africana, o que indica o isolamento no continente dos três dirigentes capitulacionistas. Mas há uma ampla margem de vínculos e de solidariedade para com a Frente Patriótica, que conta como primeiro ponto de apoio, com o abnegado respaldo dos Países da Linha da Frente. Esta solidariedade transcende o marco africano, pois mostra o apoio dos países socialistas, bem como de todas as forças progressistas nos países capitalistas.

Esta combinação de factores põe em dificuldade os Estados Unidos e a Inglaterra, que propiciam uma saída negociada para o conflito, a fim de manterem o país dentro da sua esfera de influências e dos seus sistemas económicos. Diante do acordo parcial, a resposta de ambos foi um chamamento a que a Frente se integre nas conversações. Os dirigentes de Washington e Londres sabem muito bem que isto é somente uma jogada diplomática, impraticável, pois entre a Frente e os racistas, não há possibilidade de diálogo.

Mas, o facto de que os Estados Unidos e a Inglaterra se tenham visto obrigados a criticar o acordo, e a reconhecerem indirectamente a força da Frente, indica apenas que têm consciência da gravidade do quadro regional e das dificuldades para controlar a situação.

É que o acordo radicaliza o quadro regional. Põe, de um lado, na África Austral, a Rodésia e a África do Sul, e do outro, o conjunto dos países independentes, de entre os quais se destacam Angola e Moçambique. Os Estados Unidos não podem apoiar abertamente os racistas, sem se arriscarem a perder toda a sua influência em África. E não podem, nem querem, apoiar a Frente, pois é óbvio que não desejam a libertação da África Austral.

Na falta de interlocutores à medida dos seus interesses, os norte-americanos e os ingleses procuram situar-se entre posições antagónicas. Mas não parece que essas tentativas tardias e ambíguas, possam modificar o quadro actual, nem deter as hostilidades. A lógica dos acontecimentos conduz a uma situação explosiva. E nela, as grandes potências não podem ser neutras, mesmo que o proclamem, enquanto não aplicarem um embargo e um bloqueio totais à Rodésia e à África do Sul. Este é o único meio para impedir que os governos racistas continuem as suas agressões militares, e para que sejam forçados a negociações reais. De outro modo, as nações capitalistas continuarão a ser o vergonhoso aliado do racismo na África.

ZAIRE

mesa
redonda

O que aconteceu com a ofensiva do Shaba?

Os Cadernos do Terceiro Mundo promoveram em Luanda uma mesa redonda com cinco dirigentes da Frente de Libertação Nacional do Congo.

Nela são analisados os antecedentes e os efeitos da intervenção franco-egipto-marroquina em apoio ao regime de Mobutu, diversos aspectos da guerra de libertação neste país, um balanço da ofensiva do Shaba, no ano passado.



Neiva Moreira
e Beatriz Bissio

Entre Abril e Junho do ano passado, as notícias provenientes do Zaire ocupavam diariamente os telex. Após longos anos de exílio em Angola, os soldados katangueses, que haviam lutado pela secessão daquela riquíssima província mineira liderados por Moisés Chombé, regressavam à sua terra natal. Mas desta vez não era o separatismo que os movia. O contacto directo com a guerra de libertação liderada pelo MPLA havia politizado grande parte destes comba-



General Nataniel M'Bumba,
dirigente da FLNC

tentes, conhecidos pela sua alta capacidade de luta e valentia. Aprofundadas as causas de exploração no Congo, liderados pelo carismático general, Nataniel M'Bumba, fortalecidos pela chegada de jovens que se lhes juntaram muito depois da guerra do Katanga, dessa vez entravam em território congolês para libertar o seu povo da ditadura de Mobutu.

A ofensiva foi de envergadura e o apoio popular com que contou surpreendeu todos os observadores. De tal modo que o regime de Mobutu teve que apelar à ajuda militar de países estrangeiros para lhe fazer frente. Tropas de Marrocos e do Egipto, assessores militares da França, abastecimento de combustível do Gabão, assistência técnica de Israel, foram algumas das ajudas externas com que contou Mobutu para procurar neutralizar os combatentes revolucionários. O mundo seguiu com expectativa o desenrolar dos acontecimentos. No entanto, pouco a pouco, as

notícias tornaram-se mais esporádicas. Que se tinha passado? Conseguira Mobutu liquidar o movimento? Tinha a Frente de Libertação Nacional Congoleza sido derrotada?

Para responder a todas estas questões "Cadernos do Terceiro Mundo" promoveu em Luanda uma mesa redonda com dirigentes daquela organização. Reunidos num hotel da capital angolana, os militantes da FLNC fizeram uma análise da situação no seu país, preparatória da visita do general M'Bumba a Angola.

País rico, povo pobre

O papel que joga no continente africano o regime de Mobutu é bem conhecido. Com 2 milhões, 344 mil e 885 quilómetros quadrados, e 24,5 milhões de habitantes, o Zaire é um dos países mais ricos de África e do mundo. Produz quinhentas mil toneladas de cobre por ano; 1634 toneladas de minério de ferro; 4380 toneladas de estanho; 4157 de ouro; a sua extração de cobalto representa 85 por cento do total mundial e a de diamantes 30 por cento. Além disso, possui importantes jazidas de zinco, manganês, carvão, bauxite e tungsténio.

Apesar de todas estas riquezas o rendimento por habitante não ultrapassa os duzentos dólares por ano, equivalente ao da Índia e três vezes inferior ao do vizinho Congo Brazzaville.

Desde 1965, o regime recebeu mais de 250 milhões de dólares de ajuda dos Estados Unidos, e, actualmente, o Zaire absorve 50 por cento do total da assis-

tência militar norte-americana ao continente africano, o que representa em 1978 aproximadamente 23,5 milhões de dólares. Apesar disso, a dívida externa zairense atinge os três mil milhões de dólares, dos quais 800 milhões à banca norte-americana. Este desastre económico é explicado em parte pela descida do preço do cobre no mercado internacional, mas, fundamentalmente, pela pilhagem das matérias-primas por parte das empresas multinacionais.

Peão do imperialismo

Por diferentes motivos o Zaire cumpre o papel de peão do imperialismo em África e centro de difusão dos seus interesses. Eis porque, durante a recente guerra de libertação de Angola, a FNLA e a UNITA receberam do Zaire os milhões de dólares e o armamento com que o imperialismo os apoiou para derrubar o MPLA do poder. E em 1975 o Zaire foi o único país que na reunião da Organização de Unidade Africana (OUA), realizada em Kampala, capital do Uganda, se opôs às sanções anti-israelitas.

Recentemente Mobutu pactuou com os sectores mais conservadores do governo social-democrata alemão. Depois de ter recebido uma massiva ajuda económica daquele país, o Zaire cedeu à Alemanha Federal os direitos sobre uma extensíssima faixa de território (250 000 quilómetros quadrados) em que a companhia OTRAG (Orbital Transport und Raketen Aktien Gesellschaft) fará



A mesa redonda em Luanda.

Os dirigentes da FLNC com o Editor Internacional dos *Cadernos do Terceiro Mundo*

experiências no lançamento de satélites e testará os mísseis Cruise.

Recorde-se que pelo Tratado de Bruxelas de 1954, a Alemanha Federal está proibida de fabricar mísseis de longo alcance ou mísseis teleguiados no seu território. No entanto, nenhuma cláusula do Tratado proíbe que o faça fora das fronteiras alemãs. É assim que, com a conivência de Mobutu, Bona concretiza o seu projecto de rearmamento.

Como era de esperar, a reacção dos líderes africanos progressistas foi drástica. O secretário-geral do Congresso Nacional Africano (ANC), movimento revolucionário da África do Sul, afirmou em Dar-es-Salaam que a criação de um campo de experimentação de mísseis no Zaire por parte da OTRAG "é um exemplo particularmente flagrante da intervenção directa do imperialismo nos

problemas africanos". E acrescentou que "a compra neocolonialista de território africano para ser utilizada como um campo de experimentação imperialista é uma prova da prossecução de uma política de intensificação das agressões contra os Estados africanos de orientação política marcadamente anti-imperialista".

A pronta ajuda militar por parte de países como a França, Marrocos, Egipto, Gabão e Israel ante a ofensiva da FLNC demonstra que o imperialismo tinha plena consciência dos interesses que estavam em jogo na patriótica luta dos congolezes.

Porém, o povo do Zaire aprendeu muito desde a década de sessenta. A mesa redonda, que em Luanda, a nossa revista promoveu sobre o tema é representativa de uma nova realidade. Nela participaram vários dirigentes da FLNC. São eles:

Mutombo Cartier, membro da representação de Paris; Kaloba André, Celestin Lwanghy, Kalabela Ambroise e Jean Baptiste Mulembo da representação em Bruxelas.

Eis alguns dos extractos mais significativos desse diálogo:

A luta pela independência nacional

Porque luta a Frente de Libertação Nacional do Congo? Qual a razão porque denominam Congo e não Zaire o vosso país?

— Bem, Congo foi o nome original do nosso país. Zaire é o nome que lhe dá Mobutu para concretizar a "renovação" que proclama quando a sua imagem começa a desgastar-se. Isto é em 1971.

Quanto aos objectivos da nossa luta queremos começar por dizer, e para vós não é novidade, que no

Zaire Congo grassa a miséria generalizada.

— Se conhecem o que se passa nas favelas brasileiras ou nos bairros da lata doutros países latino-americanos, conhecem qual é a situação no nosso país. Nem sequer se encontram os produtos básicos, de primeira necessidade. A miséria é total. E donde provém essa miséria?

Temos minérios e grandes riquezas. Qual a razão então porque, apesar de tudo isso, somos um dos países mais miseráveis do continente africano?

Devido ao mesmo que nos faz assemelhar à América Latina: a exploração capitalista. A exploração imperialista.

Imperialismo que no Congo não é conceito abstracto. As sociedades monopolistas que nos exploram são norte-americanas, alemãs, francesas, belgas, japonesas. Tanto nas minas, como no comércio e na actividade bancária. A partir de uma análise desta situação tornam-se evidentes as razões desta miséria. Ante esta situação encontram-se todos aqueles que aceitam esta miséria, que vivem mais ou menos resignados ante ela, mas também os que não a aceitam e se organizam para a combater e acabar com a exploração.

A luta para acabar com as causas que determinavam esta miséria nasceu no Congo antes da própria independência. Entre os que lutaram por ela havia nacionalistas conscientes. Que queriam a justiça social, a felicidade do povo congolês. Mas mataram-nos. O imperialismo que não se detém perante nada — eliminou-os fisicamente,

como aconteceu com Patrice Lumumba.

Desde então o povo congolês sempre se procurou organizar para levar por diante a luta dos seus mártires. Continuámos a enfrentar o imperialismo ainda que por vezes não tenhamos sabido tirar lições das derrotas do passado e tenhamos voltado a cometer os mesmos erros. E novamente fomos derrotados pelo imperialismo.

Mas com a experiência de todos estes anos, nós, filhos do Congo, voltámos a analisar a situação e criámos organizações revolucionárias capazes de levar por diante todas estas tarefas.

Uma destas organizações é a Frente de Libertação Congoleza.

— Quando foi criada esta Frente?

— Em 28 de Junho de 1968. O objectivo que nos animava era o da reinstauração da democracia. A democracia que permitirá ao povo concretizar todas as suas aspirações.

— Que aspirações são essas?

— A Frente pensa que a reinstauração do processo democrático que existiu após a independência (na época de Patrice Lumumba) constitui o primeiro passo. Não é por acaso que no nosso país não há democracia. O imperialismo sabe perfeitamente que a democracia não pode coexistir com a exploração. Partimos desta análise para definir os nossos objectivos e traçar uma estratégia de luta. Pensamos que uma luta política baseada em petições não tem qualquer significado. Não pode levar a nenhuma saída. E não nos baseamos apenas na nossa

experiência, mas na de tantos países irmãos que se encontram nas mesmas condições que o Congo.

— E daí...?

— A nossa Frente pensa que só a luta armada nos pode levar a conquistar o que desejamos. Luta armada entendida como luta política. A arma é o instrumento que nos permite alcançar os objectivos que preconizámos. E pensamos também que a conclusão a que chegámos analisando a situação do Congo é também válida para outros países do Terceiro Mundo.

— Na primeira etapa, a tática da FLNC caracterizou-se pela conquista das cidades. Trata-se, evidentemente, de uma tática diferente da que caracterizou alguns outros movimentos de libertação africanos? A FRELIMO, por exemplo, desencadeou de início uma ofensiva nas áreas rurais. Também o MPLA dá prioridade nos primeiros anos, à luta no interior do país, nas áreas rurais...

— Tomemos o exemplo do MPLA. A luta começou a 4 de Fevereiro de 1961 com o ataque à cadeia de Luanda. Pensamos justamente que isto permite que a opinião pública mundial tome conhecimento do que na verdade se passa. Poderíamos ter começado a nossa luta nos pequenos lugares. E de facto fizémo-lo. Mas ninguém no mundo se inteirou de que no Congo nós estávamos em luta. Foi por isso que atacámos as cidades, os grandes centros onde as empresas capitalistas têm as suas sedes. E foi assim que se soube que no Congo nos tínhamos levantado em armas contra a exploração. O ataque às cidades não se deve, pois, a que

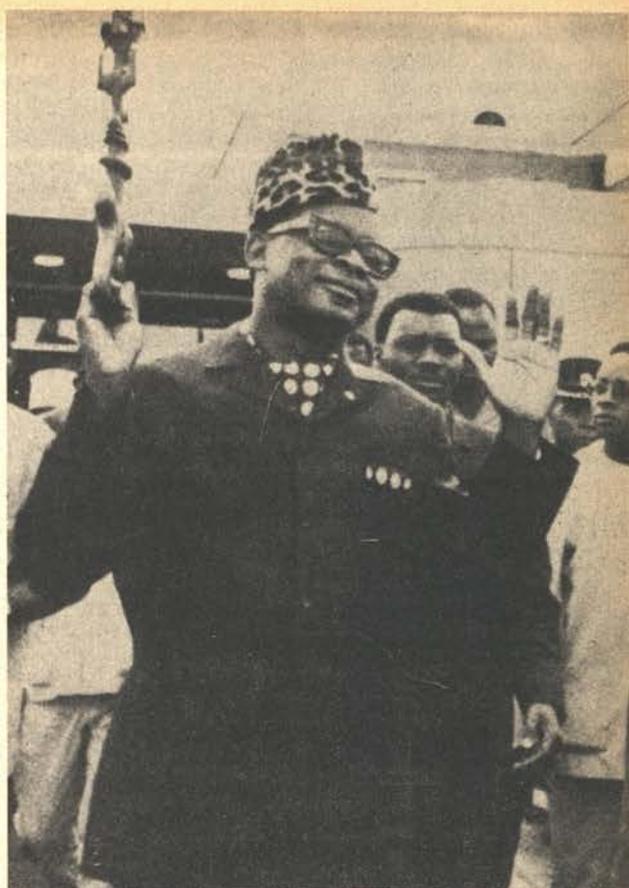
nos apoiemos simplesmente na guerra clássica, ou na guerra de ofensiva, mas na necessidade de pôr o mundo ao corrente da exploração no nosso país. Foi graças a esta estratégia que a opinião pública internacional tomou conhecimento que no Congo se luta pela libertação nacional. E isso, como podem calcular, significa muito para nós.

— Antes de 1968, data da criação da Frente, não existia nenhuma organização que reivindicasse os ideais de Patrice Lumumba?

— Antes de 1968 houve uma organização que travou a luta de libertação nacional: o Partido da Revolução Popular, PRP. Organização que lançou a luta de guerrilhas no campo. E no entanto, como vê, nem mesmo você — como jornalista — ouviu falar deles. E porquê? Porque era uma luta que não afectava o imperialismo. Nesses lugares podia-se bombardear durante dias inteiros sem que ninguém fosse a essa região inteirar-se dos ataques. Era um genocídio puro e simples. Ao contrário, quando algum movimento ataca no coração dos interesses imperialistas, onde estão as suas empresas, sabe-se que o ataque será imediatamente conhecido.

A partir de então poder-se-á desenrolar a guerra de guerrilhas porque a opinião pública mundial já se terá inteirado de que algo se passa nesse país.

— Quer dizer que desse ponto de vista a ocupação das cidades por parte da FLNC teve um significado propagandístico. Não havia então por detrás um esquema político-militar que permitisse manter a sua



Mobutu Sese Seko com o seu gorro de leopardo e o seu bastão de comando, símbolos tribais de autoridade

ocupação?

— Não. Foi simplesmente uma tática que usou a FLNC para fazer conhecer a sua luta. A partir do momento em que este objectivo foi alcançado, partimos para o campo, para os pequenos lugarejos. De certo leram as informações que assinalavam a "reconquista" das cidades por parte das Forças Armadas do Zaire — auxiliadas pelas tropas estrangeiras aliadas — como algo rápida. E era verdade, porque nós de facto não opúnhamos resistência, e inclusive muitas vezes já tínhamos partido

antes que chegassem. Não estamos ainda na fase de tomarmos as cidades para as mantermos em nosso poder.

— Pode-se pois deduzir que, apesar da espectacularidade das acções naquela fase, quase não sofreram baixas...

— Efectivamente. Tanto assim que as Forças Armadas de Mobutu disseram não poder dar o número exacto de baixas dos combatentes da FLNC. E não o dão a conhecer por ser excessivamente baixo para o aparato da propaganda que montaram.

O apoio massivo da população

— Quais as actividades agora da FLNC?

— Estamos nas matas, e, daí, continuamos a fustigar as tropas de Mobutu segundo a tática das guerrilhas. No entanto há aqui um dado novo e de fundamental importância. Quando atacamos as grandes cidades em acções propagandísticas, espontaneamente a população juntava-se a nós. Quando regressámos aos campos foram muitos os civis que abandonaram tudo para se juntar à FLNC.

— Há agora um imenso trabalho para enquadrar politicamente toda essa gente, e lhes dar uma formação política.

— O trabalho político com a população é uma tarefa prioritária da FLNC. Qualquer corpo armado tem um comissário político, quer sejam os pelotões, as companhias ou qualquer outro grupo. O comissário político é ao mesmo tempo um propagandista da organização e o encarregado de fazer respeitar a disciplina que esta impõe aos seus militantes. Tudo é lavado à prática através da consciência.

Quando há algum tempo atrás alguns jornalistas estrangeiros penetraram em território congolês e fizeram uma reportagem do que se passava na serra, em contacto entre os nossos combatentes e a população civil, ficaram completamente admirados com o que viram. Puderam comprovar que o comportamento dos combatentes da liberdade não se compara em nada aos dos homens

de Mobutu que eles conhecem bem. Comprovaram que o trabalho político que fazemos entre a população civil é muito bem recebido e que faz parte integrante do esquema de trabalho geral da organização.

— A luta da FLNC começou na província de Shaba (ex-Katanga). Qual a projecção que teve no resto do país?

— É verdade que a nossa luta nasceu algures na província do Shaba, mas depressa se repercutiu por todo o país. Você mesmo o poderá comprovar se visitar os acampamentos de refugiados congolezes em Angola. Encontra-os de todas as regiões do Congo. Até mesmo gente das regiões mais longínquas aderiu à nossa palavra de ordem: "aqueles que não pudessem incorporar nas fileiras combatentes, deveriam abandonar as cidades e boicotar o regime". E a consigna foi seguida em larga escala.

— Já que falamos dos refugiados congolezes, fala-se normalmente em 200 mil. Confirma-se tal número?

— Duzentos mil refugiados é o número apontado pelas Nações Unidas. No entanto, podemos afirmar que o número real é muito superior a este. Porque, para além dos refugiados que se encontram em terras angolanas fronteiriças ao Congo, há-os em elevado número na Zâmbia e na Tanzânia. Aos refugiados que tudo abandonaram devido à perseguição política de que eram alvo, juntaram-se todos os que fugiram do país porque já não podiam suportar mais as condições de exploração em que viviam. Exploração que superou todos os limites. A FLNC estima que

existem aproximadamente quinhentos mil refugiados congolezes em todos estes países.

— A FLNC realiza igualmente um trabalho político entre os refugiados?

— Evidentemente. Temos quadros destacados no trabalho com os refugiados. Quadros que pertencem a diferentes níveis da organização. Muitos são jovens que vêm de realizar cursos no estrangeiro.

Objectivo: o poder

— Quais serão, segundo a FLNC, as etapas seguintes por que terá de passar a luta no Congo?

— O nosso objectivo é fazer cair o regime e estamos certos que só o conseguiremos através do combate sobre o terreno. A tomada do poder pelo povo será a única forma de pôr fim à luta.

— Mas dentro desta análise devem ter definido etapas, prioridades...

— Assim é. A prioridade, como dissemos, é a luta armada. Não se trata de uma acção arbitrária. A realidade demonstrou-nos que ela constitui o instrumento que nos permitirá alcançar o nosso objectivo: o poder. Sabemos que não é cantando canções revolucionárias, nem lançando palavras de ordem radicais, que chegaremos ao poder. Nem tão-pouco utilizando truques políticos. Há no Congo uma guerra de verdade e só alcançaremos o poder através da luta armada que leve à derrota as tropas fiéis a Mobutu ou à sua neutralização.

As etapas que teremos de percorrer dependem em



Hassan II, estimulado pela França, acorreu em defesa de Mobutu quando da ofensiva do Shabs

grande medida da eficácia do trabalho de fustigamento e desgaste das tropas de Mobutu. Como é conhecido tais tropas contam com apoio internacional. A França, a Bélgica, Egipto e Marrocos vieram em auxílio do regime. E não se pode deixar de reconhecer que neste momento detêm a supremacia estratégica na região, aproveitando muito bem as vantagens que lhes dá a aviação.

Mas chegará o dia, estamos certos, que também nós teremos meios para combater a aviação. E a partir desse momento as vantagens estratégicas que detêm actualmente reduzir-se-ão progressivamente.

— Ou seja, a actual etapa caracteriza-se por uma tática de fustigamento e desgaste do inimigo.

Exacto. Estamos na defensiva utilizando os recur-

sos que temos ao nosso alcance: a emboscada e o desgaste. Entretanto, procuramos consolidar e estender a nossa influência a todas as províncias do Sul do Congo. Quando chegar o momento adequado estenderemos a ofensiva às grandes cidades. Mas, desta vez será para ficarmos. São estas as nossas perspectivas de luta.

Desmoralização das tropas de Mobutu

— Como definiram vocês o actual moral das tropas do regime? Como se recordam, no caso das lutas de libertação em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, um dos elementos mais importantes foi a desmoralização das tropas portuguesas. Após vários anos de luta o moral das tropas por-

tuguesas estava em crise. Tinham sido muitos os soldados e oficiais politizados pela guerra, que compreendiam que a causa do regime português era anti-histórica e, por isso, estava condenada.

Pensam que este fenómeno se pode processar nas tropas de Mobutu, ou é ainda muito forte o controlo ideológico que ele exerce no seio das suas Forças Armadas?

— Desde que os combates começaram, a maioria das tropas de Mobutu optou por não lutar. Alguns abandonaram as fileiras, entregaram-nos as armas e preferiram ficar como nossos prisioneiros a terem de combater.

Não queriam arriscar a vida. Mas há que conhecer em profundidade os exércitos de Mobutu para que não se tirem conclusões

Zaire precipitadas. Não se pode compará-los, por exemplo, às Forças Armadas regulares da América Latina, nem, tão pouco, ao exército português, cujo exemplo acabou de mencionar. Trata-se, no caso do Zaire, de umas Forças Armadas compostas por elementos oriundos da região natal de Mobutu, o que os converte em homens fiéis ao ditador, até por apego pessoal.

— Inclusive por razões tribalistas...?

— Tribalismo e regionalismo encontram-se misturados. Muitos deles combatem porque acreditam que se Mobutu caísse era o seu próprio fim que chegaria. Outros por simples razões étnicas.

— Pensam que uma vez tomado o poder será necessário acabar com este exército? Desmantelá-lo...

— Soldados e oficiais de Mobutu que caíam prisioneiros, e que compartilham os seus dias com os nossos combatentes, constataam que tudo o que pensavam de nós era falso. Compreendem que a FLNC não combate pela supremacia de uma etnia sobre outra, nem para impor uma região do país no poder. Lutamos para que o povo saia da miséria. Aqueles que o compreenderam pediram a sua integração na organização, e nós aceitámo-los. Aqueles que não quiseram integrar-se na nossa organização armada aderiram às frentes de massa. Penso que isto responde à sua pergunta.

— Pode-se, pois, falar em desmoralização nas tropas de Mobutu...

— Sim. Mas não devida exclusivamente às condições da guerra, mas tam-

bém às condições objectivas em que eles são obrigados a viver. Os elementos que integram o exército do Zaire não recebem pré. Assim como não são pagos os trabalhadores do Congo, a população em geral.

Os soldados têm falta de comida. Quando a guerra começou tiveram que importar do estrangeiro toneladas de comida, que pelos imperativos da luta teve de ser racionada. As tropas estão decepcionadas. Dizem que se não fosse a guerra não era necessário haver racionamento. Não sabem porque lutam, nem tão-pouco estão interessados em saber, mas não estão conformados.

Foi por estas razões que Mobutu teve de reforçar o seu exército com estrangeiros: mercenários, sul-africanos, rodesianos, europeus, marroquinos. Se analisarmos a composição actual das Forças Armadas de Mobutu comprovaremos que há mais estrangeiros que nacionais. Mobutu deixou de confiar nos seus próprios soldados e nem sequer pode confiar na fidelidade incondicional dos membros da sua própria etnia.

As depurações entre oficiais são frequentes, muitos foram presos ou fuzilados. Confiam muito mais nos mercenários, porque lutam por dinheiro; é só o dinheiro que os move, fazem não importa o quê, enfrentam não importa que perigo.

Substituto: procura-se

— Segundo conversas que temos mantido com representantes da Frente Patriótica do Zimbawe e com mi-

litantes da SWAPO, da Namíbia, a estratégia norte-americana a partir da Administração Carter é a de sustentar as guerras de libertação em Africa. Aprenderam com os exemplos de Angola e de Moçambique, de que estas guerras são autênticas escolas de quadros revolucionários, e precursoras da instalação de regimes socialistas uma vez conquistado o poder nesses países. O imperialismo norte-americano procura, pois, manter o controlo do país, mas introduzindo alguns aspectos renovadores, que variam segundo a realidade concreta de cada caso. Na Rodésia, instalando dirigentes negros "moderados" aliados do imperialismo no governo. Na Namíbia impedindo o fortalecimento da SWAPO, prestigiando as organizações mais conciliadoras.

Esta análise poderá ser aplicada no Congo? Os norte-americanos chegariam ao ponto de tirar Mobutu para limpar a cara do regime, pondo no seu lugar alguém que aceite cumprir o mesmo papel mas que não esteja tão "queimado interna e externamente"?

— Essa estratégia do imperialismo não é uma criação da Administração Carter. Foi utilizada todas as vezes que acharam necessário, e os exemplos são abundantes. Onde existia resistência popular e se podia evitar o golpe de estado ditatorial, sempre o imperialismo recorreu a revoluções burguesas... Na América Latina sabem-no tão bem como nós.

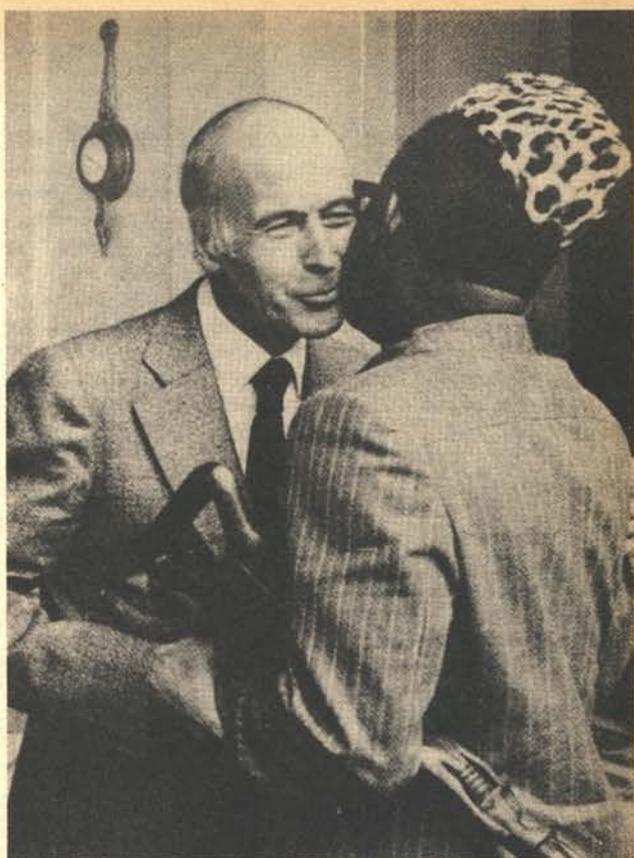
— Estamos a viver com particular intensidade essa fase.

No século XIX houve um Chefe de Estado norte-

-americano que afirmou: "Pode-se enganar um povo durante um certo tempo. Pode-se enganar consecutivamente uma parte do povo. Mas não se poderá enganar todo o povo eternamente". Eles são os primeiros a sabê-lo. Por isso, quando vêem um povo tomar consciência, apostam noutro cavalo de batalha, escolhem o homem carismático que possa afirmar: "eu represento a renovação". Foi este o caso do Congo há dez anos atrás. Mas isso agora já não é viável. O povo aprendeu já a lição.

Em 1960 havia um nacionalista à frente do governo. Os imperialistas eliminaram-no e substituíram-no por um vendido. O povo revolta-se e combate durante três anos a fio. A revolta popular mantém-se até 1965. É neste contexto que o imperialismo vê necessidade de encontrar um outro homem, alguém que afirmasse trazer uma política nova. Esse homem foi Mobutu, que falava do Congo novo, etc., etc. ...

Mobutu quando viu a sua imagem desgastar-se, teve de voltar a recorrer aos "slogans" e às lindas frases. Como foi o caso de quando resolveu mudar o nome ao país. Conseguiu enganar o povo durante anos, até que mais nada pôde fazer: não havia "slogan" algum que fizesse esquecer ao povo que tinha fome. Havia que apresentar coisas concretas, e Mobutu não o podia fazer. É, pois, possível que o imperialismo trate de procurar uma cara nova. Mas eles sabem que quem quer que seja que substitua Mobutu terá de contar com algum apoio popular. E é es-



Giscard D'Estaing e Mobutu, o belo da gratidão

te o problema que se lhes apresenta.

— Não há ninguém que reúna todas essas condições...?

— Não. E o apoio popular é uma condição *sine qua non*. Não é qualquer que lhes serve. É necessário que esse alguém tenha um certo apoio popular ou militar. Como teve Mobutu em 1965.

Não há nenhum Muzorewa no Congo

— Nem nas Forças Armadas existe tal substituto?

— Os norte-americanos baseiam sobretudo a sua estratégia no domínio das

Forças Armadas. Portanto confiam que se podem apoiar nelas. Mas o ideal seria — segundo a sua perspectiva — o aparecimento de um líder popular que encarnasse a renovação. No entanto, no contexto actual do Congo, nenhum dos antigos políticos que serviram o imperialismo conta com apoio popular. O povo perdeu a confiança nos políticos tradicionais.

Por isso tentaram mesmo corromper-nos, mas parece-nos que já compreendemos que nós não lutamos por dinheiro, e que se assim fosse já teríamos aceite a proposta de aproximação que Mobutu nos ofereceu.

Zaire

— Não há um Muzorewa no Congo?

— Não, nem pode havê-lo. Muzorewa joga um determinado papel na Rodésia, porque esta continua a ser uma colónia. No Congo, tal fórmula está superada. É a nossa organização que goza do apoio popular. Porque podemos demonstrar que lutamos pela independência real do nosso país e para conquistar o bem-estar do povo. E a nossa luta foi compreendida. A experiência de todos estes anos demonstrou que não há outra alternativa.

O imperialismo está frente a um problema real. Haveria muita gente que se deixaria corromper de bom grado, mas não têm qualquer crédito popular. E foi por isso que o imperialismo teve que optar pelo reforço militar do regime de Mobutu para que pudesse suportar a nossa ofensiva. E para isso foi necessário recorrer ao recrutamento de mercenários e de tropas estrangeiras. E continuará a seguir a política até que encontre o substituto que procura.

— Qual seria a atitude da FLNC caso o imperialismo encontrasse esse tipo de substituto de Mobutu?

— Nunca dialogaremos com marionetas. É o que o imperialismo procura saber. Procura averiguar se aceitaremos parar a luta com concessões de fachada, como um novo Parlamento, eleições controladas e tudo o resto, o que tem de fazer para que nós aceitemos renunciar à luta. O imperialismo não sabe até que ponto nós manteremos a nossa intransigência, se essas reformas se chegam a concretizar. E procura

averiguar. Duma coisa tem a certeza: que não nos pode comprar.

Há uma burguesia nacional?

— Não pensam que é mais fácil dar-se uma renovação de fachada naqueles países em que existe uma burguesia negra ligada aos interesses imperialistas? Há no Congo uma burguesia nacional com interesses antagónicos aos do imperialismo?

— No Congo existe uma burguesia composta por todos aqueles empresários que dispõem de importantes capitais e empresas. Mas ela não desempenha um papel próprio. É burguesia compradora, não uma burguesia nacional no sentido que se pode dar na América Latina. O Próprio Mobutu é um burguês, tem um banco e a sua família, associada ao imperialismo, explora o povo. Mas de facto não estão organizados como burguesia. São a corrente de transmissão do imperialismo, e sem ele por detrás não se poderiam aguentar.

— Não se trataria, pois, de uma burguesia nacional, mas, como vocês dizem, uma burguesia compradora?

— Sim, no Congo não há uma burguesia nacional que tenha um projecto social que necessite de desenvolver o país para o tornar independente do imperialismo. Pelo contrário, trata-se, isso sim, de uma burguesia ligada directamente ao imperialismo.

Haveria que analisar se à luz do actual desenvolvimento do imperialismo é possível a existência de

uma burguesia nacional. Será que na fase das multinacionais se poderá conceber uma burguesia autenticamente nacional? Bom, mas esse não é o tema desta conversa.

— Falámos da FLNC mas, ainda não do seu presidente. O general Nataniel M'Bumba encontra-se no terreno de combate, ou pensam que é necessário preservá-lo e mantê-lo, por isso, fora do Congo?

— O general Nataniel M'Bumba é o presidente da nossa organização ao mesmo tempo que é o chefe das forças que combatem pela libertação. Por conseguinte, é ele quem orienta e determina as grandes linhas da luta; é ele quem emite as ordens e comanda as operações que se levam a cabo actualmente. É antes de mais um político. Mas comanda tudo o que se passa no campo de batalha. A sua função é político-militar, assim como o nosso movimento é político-militar.

Por isso mesmo não pode estar longe. Sem directo conhecimento de tudo o que se está a passar, como poderia ele orientar a luta?

Vemos, por exemplo o que sucedia com o MPLA. O Presidente Agostinho Neto dirigia o que se passava no interior do MPLA, e a partir do momento em que o MPLA passa à luta armada, é também ele, Neto, que toma as grandes decisões militares. E agora, bem vêem, não é ele que comanda o pelotão, nem quem está à frente da companhia. Há outra gente que se encarrega disso. Mas a orientação geral do político e do militar é dele que emanam.

Se a pergunta pretendia

saber se o General M'Bumba se encontra ou não na frente, podemos responder que sim. Efectivamente está no terreno de combate.

O trabalho no exterior

— O facto de vocês, em grande maioria, serem representantes da FLNC no exterior, em sedes permanentes da organização em diferentes partes do mundo, mostra já de si a importância que o movimento dá à frente da informação da opinião pública mundial.

Quais são as principais tarefas do trabalho no exterior?

— Procuramos explicar quais as razões da nossa luta. Ou seja, o desejo de acabar com a exploração do nosso povo. Explicamos a política da Frente. Pensamos que ela pode ser facilmente aceite por todos aqueles que, em diferentes partes do mundo, se revoltam contra a exploração.

Com todas essas correntes e organizações progressistas existe uma aliança de facto.

No século XX não se pode levar por diante uma luta exclusivamente no terreno militar (ainda que este seja de primacial importância). A opinião pública internacional desempenha um papel determinante. Sobretudo a dos próprios países imperialistas. Temos o caso do Vietnam: quando as manifestações contra a intervenção norte-americana se deram nos próprios Estados Unidos, o imperialismo teve que retroceder. E inclusivamente teve que fazer marcha atrás na ajuda aos fantoches do Vietnam do Sul. É por estas razões



Patrice Lumumba. «O seu governo nacionalista foi eliminado pelo imperialismo»

que levamos a voz da FLNC ao exterior.

— E pensam visitar a América Latina?

— Para já estamos a chegar à América Latina através da vossa revista. Mas não pomos de lado a possibilidade de visitar aqueles países latino-americanos onde a existência de liberdades democráticas (como é o caso do México, Venezuela, Panamá e outros) nos permitiria contactar com as organizações políticas que, pela sua natureza, poderiam apoiar a nossa luta. Evidentemente que temos nisso muito interesse e estamos dispostos a levar por diante essa visita.

Um perigo para o Continente

— Querem acrescentar mais alguma coisa?

— Sim. Queríamos assinalar que depois de ter vencido a independência nacional do Congo e depois de ter enganado o povo durante mais de dez anos, Mobutu começa agora a tráficar a soberania nacional. Recentemente cedeu parte do território congolês aos alemães que, aprovei-

tando esta excepcional oportunidade se desenvolvem como potência nuclear, chegando a constituir um perigo para todo o continente africano.

Tal como o fizeram no Brasil, os alemães instalaram-se no Zaire desenvolvendo importantes apoios estratégicos com base no poder atómico.

Os alemães analisaram profundamente a sua derrota na II Guerra Mundial. Sabem que parte dela se deveu ao facto de não possuírem suficientes forças e apoios em África e nos restantes continentes. A partir daí tiraram uma conclusão: há que aprender com a derrota. E não voltar a cometer os mesmos erros. É por isso que agora se procuram implantar em diversos continentes. Se eventualmente a luta recomeçasse, eles poderiam contar com apoios estratégicos importantes. Tudo isto está relacionado com o sentimento revanchista que guardam alguns sectores do poder na Alemanha Federal. Nada é pura casualidade. Está tudo bem calculado.

Se investigarmos poderemos comprovar até que ponto a política interna e internacional da Alemanha Federal se encontram entrelaçadas. Ao ocuparem parte do território congolês, os sectores mais reacçãoários do governo alemão federal estão a concretizar o seu afã expansionista e a sua política militarista.

É nosso dever denunciar esta aliança de Mobutu — que vende a soberania do Congo — com alguns sectores alemães ocidentais que guardam propósitos imperialistas.

Vasco Cabral: «mobilizar
o povo
para alcançar
a independência económica»



Vasco Cabral, Comissário Nacional da Economia da República da Guiné-Bissau fez, em Lisboa, para os «Cadernos do Terceiro Mundo», o balanço da situação económica no seu país, passados que foram quatro anos que o PAIGC assumiu o Poder recebendo «uma pesada herança deixada por 500 anos de colonialismo».

Entrevista de
Baptista da Silva



O arroz constitui a base alimentar da população.

— Dr. Vasco Cabral, não se poderá fazer o balanço da situação económica da Guiné-Bissau no momento presente, passados que foram quase quatro anos da entrada do PAIGC na capital, sem nos referirmos à herança deixada pelo colonialismo...

— Toda a gente sabe, particularmente os economistas, que o colonialismo deixa sempre traços terríveis, que não se refletem só na Economia, mas a todos os níveis.

Na Guiné-Bissau, a herança deixada pelo colonialismo é, de facto, muito pesada, e para se ter uma ideia basta dizer que a presença portuguesa na nossa terra durou 500 anos,

«Uma economia híbrida»

A situação que herdámos do colonialismo caracterizava-se pela existência de uma economia híbrida: por um lado a economia de subsistência que abarca 86 por cento da população activa que trabalha na agricultura; e a par desta economia de subsistência, que nunca foi alterada pela presença colonial portuguesa, havia uma economia capitalista de mercado, imposta pelo colonialismo. Esta dominação traduziu-se sobretudo pela imposição da monocultura da mancaira

(amendoim); pelo comércio, instalando empresas monopolistas que compravam matérias-primas a baixo preço para depois as enviarem para Portugal e depois nos venderem já os produtos finais industrializados a preços elevados, auferindo assim lucros fabulosos; e o Banco Nacional Ultramarino, que exercia também uma função monopolista.

— A situação herdada pelo PAIGC no sector agrícola deve ter sido particularmente difícil...

— A agricultura era de facto o fruto podre da retrógrada dominação colonial portuguesa. A esmagadora maioria da população dependia das actividades

Guiné-Bissau agro-pecuárias, a capacidade financeira dos possuidores da terra era nula e a taxa de analfabetismo no meio rural era elevadíssima. Por outro lado, o fraco rendimento das culturas, a baixa produtividade agrícola, a inexistência de um sistema de crédito agrícola e a exploração desenfreada das florestas, assim como a prática sistemática das queimadas, com a consequente deterioração dos solos e a falta de assistência técnica, era a realidade que nos foi deixada pelo colonialismo no campo da agricultura.

— E a Indústria...

— No que respeita à Indústria, acontece que não deixaram praticamente nada. A única unidade industrial de valor é a fábrica da cerveja, a CICER, que aliás foi inaugurada em Janeiro de 74, uns meses antes da nossa tomada total do poder na Guiné, e que tinha objectivos ligados à guerra.

Para além desta unidade industrial havia umas fabricquetas que faziam o descasque do arroz e da mancarra e umas britadeiras do coco-note.

Haviam ainda dispersas pelo país várias instalações que produziam vinho a partir da cana, nunca tendo aproveitado este produto no sentido da produção de açúcar.

Mesmo no âmbito da electricidade, o que é que os colonialistas nos deixaram? — nada, 250 motores diesel para todo o país.

«Herdámos do colonialismo alguns centavos nos cofres do Estado»

— O colonialismo deixou-vos também uma Ba-

lança Comercial deficitária.

— Altamente deficitária. Sobretudo a partir dos anos 60 e a situação agudizou-se ainda mais a partir de 1970. Quando tomámos o poder havia um défice da Balança Comercial na ordem de 1 milhão e 20 mil contos e a capacidade de cobertura das importações pelas exportações era de 9,1 por cento, o que constituía de facto uma situação económica muito difícil.

Conseguimos com a nossa acção alterar esta Situação. Este ano por exemplo, refiro-me ao ano de 77, obtivemos uma capacidade de cobertura das importações pelas importações de cerca de 50 por cento. E o dficit da Balança Comercial tem vindo a diminuir progressivamente desde a nossa chegada. Este ano penso que o dficit poderá situar-se mesmo na ordem dos 400 mil contos.

— A que se deve essa redução do dficit da Balança Comercial?

— Diminuímos as importações consideradas não es-

senciais e, por outro lado aumentámos as exportações. Tínhamos dado a palavra de ordem de "aumentar a produção" e isto evidentemente permitia a possibilidade de se vir a aumentar as exportações. O que de facto se verificou.

Há certos sectores que apareceram pela primeira vez a exportar, como é o caso do algodão que no geral ainda realiza pouco no conjunto da nossa Balança Comercial, da pesca que já tem um peso importante, e da madeira; evidentemente que, as exportações tradicionais melhoraram a sua situação se as compararmos com as do tempo do colonialismo.

Quando tomámos a totalidade do poder encontramos na Tesouraria apenas alguns centavos nos cofres do Estado: 56, se não me engano (riso).

Foi esta a situação que o colonialismo nos deixou, o que dá uma ideia das nossas imensas dificuldades.

Mas não foram apenas estes os aspectos negativos deixados pelo colonialis-

“o défice da Balança Comercial tem vindo a diminuir progressivamente”.





mo. Outros houve, como a mentalidade deixada pela própria dominação colonial, particularmente na gente de Bissau. Como sabem a maior parte dos funcionários públicos encontram-se nas cidades, sobretudo na capital, e têm um grande peso no total da população activa.

Outros dos aspectos negativos deixados pela colonialismo foi a falta de disciplina, os maus hábitos no trabalho, um desleixo, um deixa andar... uma tendência para a corrupção. Tudo isso nós encontramos.

— De que modo procuraram alterar esse estado de coisas?

— Sobretudo através da acção do Partido, da mentalização feita pelo Partido nos locais de trabalho.

«A actividade económica dirigida segundo o Centralismo Democrático»

— Quais as grandes opções em matéria económica que o PAIGC teve de tomar ao entrar em Bissau?

— Bom, as nossas opções não foram definidas a partir do momento em que alcançámos a nossa independência total. Já há muito que o PAIGC, vanguarda do povo na luta da libertação nacional, havia definido as grandes opções nas suas linhas gerais. Após a independência total tivemos que concretizar essas opções em relação a todos os campos de actividade.

Mais em detalhe, digamos. E para o constatar basta consultar o programa do Partido, publicado em 1960, onde é traçada toda uma linha de orientação em relação aos problemas económicos.

Um dos aspectos que frisava era a necessidade de uma planificação. Pode-se ler: a actividade económica será dirigida segundo os princípios do centralismo democrático.

Como sabem fala-se hoje muito de planificação, mas há planificação e... planificação. Nós esperamos de facto iniciar uma planificação por todo o nosso país a partir de 1980, mas para isso é fundamental que as riquezas, os grandes meios de produção, estejam nas mãos do Estado ligado ao

Guiné-Bissau Povo. Doutro modo, não é possível fazer uma planificação que permita o desenvolvimento da Economia.

Porque não nos interessa apenas o crescimento, queremos o desenvolvimento, e entendemo-lo quando as camadas mais profundas da população, os mais pobres, as camadas que durante séculos e séculos foram exploradas pelo colonialismo, não só participam na construção da economia, mas beneficiam dela.

— **Doutra maneira há apenas crescimento...**

— Temo-lo constatado em alguns países africanos, onde de facto há uma melhoria, surge uma indústria, o comércio desenvolve-se... Sim. Mas para beneficiar quem? — minorias que detêm o poder e que dele beneficiam. A imensa maioria da população não beneficia em nada desse mesmo crescimento.

O nosso caminho tem de ser efectivamente o do desenvolvimento, para que a primeira coisa sensível na nossa terra seja a melhoria das condições de vida da nossa população.

— **E o que é que já está hoje "nas mãos do Estado ligado ao Povo" da Guiné-Bissau?**

— A informação encontra-se nas mãos do Estado, o comércio está nas mãos do Estado, os meios de produção industrial estão nas mãos do Estado, os meios de transporte colectivos começam a estar nas mãos do Estado. Há ainda certos transportes que se encontram ligados ou aos Armazéns do Povo ou à SOCONU, empresa com capitais privados, mas com 80 por cento de participação do Estado.

As nossas opções são efectivamente no sentido de tornar mais válido e importante o sector estatal que deve ser predominante na nossa economia. Isto evidentemente sem afastar certos interesses particulares. Como sabem existem na nossa terra 4 tipos de propriedade: a privada, a propriedade pessoal, a propriedade cooperativa e a estatal.

— **As cooperativas são já importantes?**

— São ainda incipientes. Apesar de as procurarmos intensificar, ainda se encontram a dar os primeiros passos.

«Teremos uma Economia Nacional independente»

— **Procura-se pois na Guiné-Bissau, uma vez alcançada a independência política, chegar à independência económica?**

— Sim, procuramos construir uma economia nacional independente. O nosso objectivo, uma vez alcançado o poder, tem sido exac-

tamente criar as condições para termos o mais rapidamente possível uma economia nacional independente. Que ainda não somos... também em consequência da herança deixada pelo colonialismo.

Isso implica um tipo de desenvolvimento que nós consideramos que deve estar relacionado com as condições concretas da nossa terra. Mas que é efectivamente um desenvolvimento não capitalista. Não vamos permitir que se mantenha o tipo de estrutura que permitiu a dominação do nosso povo, que foi a estrutura essencialmente de economia capitalista imposta pelo colonialismo.

— **O 3.º Congresso do PAIGC, realizado recentemente, trouxe alterações ou correcções às opções já previamente traçadas?**

— O Congresso do PAIGC foi um acontecimento de grande importância, que permitiu clarificar as posições do Partido, constatar que o programa mínimo do PAIGC tinha sido completamente realizado e que prosseguiremos na realização do Programa

80 por cento da população trabalha na agricultura.





A confecção artesanal dos "panos" típicos.

Maior. Programa este que no plano económico corresponde às linhas definidas no capítulo 6.º do Programa do PAIGC.

O Congresso permitiu ainda a clarificação quanto à estratégia do nosso desenvolvimento, discutindo qual será a concretização que deve haver na indústria e na agricultura.

Considerámos que na fase de transição, que estamos ainda a viver e em que se pretende liquidar as sequelas do colonialismo, tínhamos de dar a prioridade à agricultura, não só porque a grande maioria do nosso povo vive deste sector de actividade, mas também porque devido à dominação colonial muitas das possibilidades da agricultura estavam ainda por explorar. Havia ainda muita terra por cultivar. Apenas 56 por cento das terras cultiváveis

estavam trabalhadas. Praticamente só metade.

— O arranque industrial fica para uma segunda fase...

— Nesta fase de transição não podíamos de maneira nenhuma dar prioridade à actividade da indústria, já que um elemento essencial para o fazer é ter electricidade, ter energia... e já há pouco vos falei sobre qual tinha sido a situação que o colonialismo nos tinha deixado no campo energético!

«Descentralizar a nível de regiões»

Neste momento o objectivo na agricultura é o de aumentar e diversificar as produções alimentares; depois desse aumento atingido podemos pensar então em dar prioridade à indús-

tria. Isto não quer dizer que nesta primeira fase ignoremos por completo a indústria.

Pensamos que nesta fase a indústria deve apoiar a agricultura no sentido de possibilitar a transformação de certas matérias-primas com vista à substituição de importações e que se devem localizar a nível das regiões, de forma a permitir a participação popular e a obstar a uma centralização-demasiada. Deverá, por exemplo, fornecer alfaias e equipamento agrícola aos camponeses e ao mesmo tempo fazer a transformação da produção agrícola com a participação dos próprios camponeses.

— Bissau não se deve tornar pois na capital macrocefala.

— Bissau deve figurar como motor, já que é aí que se encontra o Governo,

mas não pode de maneira nenhuma ser a monopolizadora da actividade do país. Devemos dar toda a capacidade de iniciativa às regiões.

— No campo foi iniciada a Reforma Agrária?

— Iniciámos aquilo que se pode chamar a Revolução Agrária, já que não há possibilidade de fazer uma Reforma Agrária. E isto porque?

Porque de facto os portugueses, apesar dos 500 anos de dominação, não alteraram o regime de propriedade da terra. A terra é geralmente cultivada colectivamente e constitui um bem da "tabanca". Há casos até em que num ano são umas famílias que a cultivam, no seguinte já são outras.

No entanto nacionalizámos a terra, tornando-a um bem do Estado, como nacionalizámos também todos os bens daqueles indivíduos que tinham tido uma participação activa contra a luta de libertação nacional e contra o PAIGC.

— Falou em diversificação das culturas...

— Sim, damos a palavra de ordem de "diversificação das culturas", pois não podemos depender apenas de dois produtos (a manca, monocultura do colonialismo, e o arroz, base essencial da nossa alimentação), já que isso é também um motivo de dependência.

Por isso preconizámos o desenvolvimento da horticultura, da fruticultura, dos cereais, das oleaginosas. Apesar de toda a pesada herança que nos foi deixada pelo colonialismo, conseguimos já realizar alguns progressos interessantes. E não só no campo da

produção alimentar. É o caso do algodão que era cultivado em pequena escala pelos camponeses, já que o colonialismo português nunca se debruçou ou deu indicações ou criou condições para que se pudesse desenvolver a cultura do algodão.

Introduzimos a inseminação artificial pela primeira vez na nossa terra e temos uma preocupação extraordinária em melhorar as condições veterinárias, sobretudo através da medicina profiláctica. Introduzimos factores de produção como adubos, sementes melhoradas, insecticidas e tracção animal e mecânica.

A instalação de uma rede de produção e conservação de sementes faz com que neste momento estejam a ser instalados na nossa terra silos em açç. Até 1979 iremos ter 5 grandes silos instalados. A introdução de um sistema de crédito agrícola é também uma das coisas que se encontra em fase adiantada de estudo. Procuramos gradualmente melhorar os circuitos de comercialização e criar as infraestruturas técnicas aos Armazéns do Povo que permitam o escoamento dos produtos. E a incentivar a formação gradual de cooperativas de produção.

— O programa do PAIGC publicado em 1960 e há bem pouco tempo o 3.º Congresso do Partido definiram a agricultura como sector prioritário. Quais são pois os principais projectos para o futuro próximo?

— Temos projectos que designamos por infraestruturas básicas, que têm por objectivo dotar o país de infraestruturas agrícolas que irão permitir o desen-

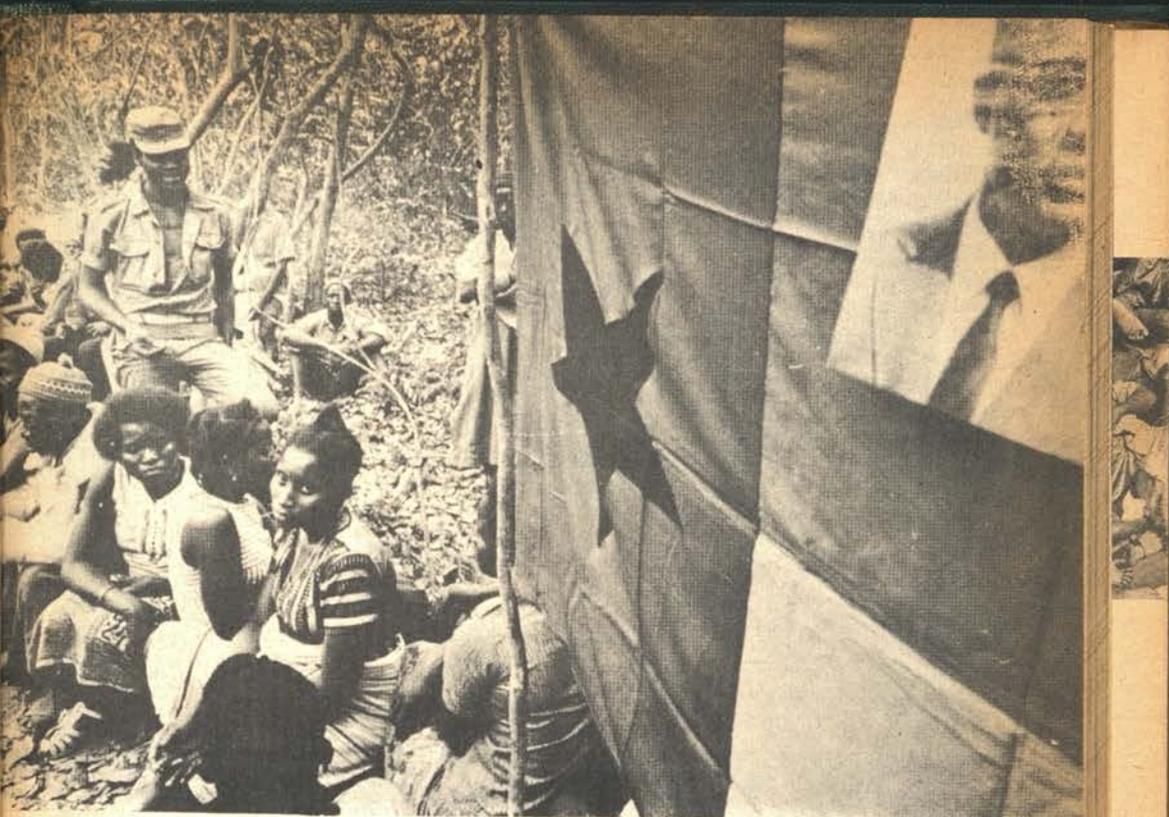
volvimento agro-pecuário. É o caso do Laboratório de Solos, iniciado em 76, o Laboratório de Ensaio de Sementes, iniciado em Março de 77, o Laboratório de Protecção de Plantas, igualmente iniciado no mesmo mês, o Laboratório de Patologia Animal e um laboratório de inseminação artificial. Para além destes laboratórios temos a instalação de um parque de máquinas para Bissau, Cacheu, Buba e Bafatá.

Outro projecto é o das culturas básicas alimentares, como a intensificação da produção do arroz e a melhoria do seu rendimento unitário.

— A produção actual de arroz é suficiente para cobrir todas as necessidades?

— Devia ser. As condições estavam preparadas nesse sentido, mas infelizmente este ano não aconteceu. As chuvas vieram extemporaneamente e em quantidade não suficiente. Estamos pois numa situação de crise que pensamos superar. Mesmo que as condições climáticas se mantenham como fio ano passado é já possível ultrapassar as consequências que disso possam resultar, pois aprendemos com a experiência que vivemos o ano transacto. Além disso estamos a montar um sistema de segurança alimentar que nos permite receber quantidades enormes de ajuda alimentar.

Pensamos aumentar a produção sobretudo conquistando terrenos ao mar, recuperando as "bolanhas" inaproveitadas e, ao mesmo tempo, fornecendo uma assistência técnica mais adequada. Fizemos experiências que nos permitem ter possibilidades de conseguir-



mos duas colheitas de arroz por ano. Vamos agora tentar generalizar essa experiência.

Para além do incremento da produção do milho, feijão e mandioca, que corresponde ao nosso objectivo de diversificação das produções, começámos a intensificar a produção hortícola com vista a melhorar a dieta alimentar. Foi para isso que instalámos em Bissau uma unidade fabril de produção de leite em pó.

— E quanto às culturas industriais?

— Para além da mancarra já tradicional, vamos avançar com um projecto para a produção de 10 a 15 mil toneladas de açúcar a partir da cana, que possa cobrir as necessidades do mercado interno.

Um outro projecto de cultura industrial é o do algodão que iniciámos em Junho de 76, no âmbito da

Convenção de Lomé, com a Comunidade Económica Europeia, e que tem em vista suprir a importação de produtos têxteis. Na campanha de 79-80 devemos explorar uma área de 12 mil hectares, para uma produção de 18 mil toneladas de algodão caroço, ou sejam 5570 toneladas de algodão fibra. A completar este projecto começará a funcionar este ano uma fábrica de desgrenação.

Uma outra produção industrial é o óleo de palma e a castanha de cajú que deveremos montar com a ajuda dos italianos, já que os ingleses não nos ofereciam as melhores garantias. Outra é a do tabaco.

Decidimos recuperar terrenos às águas de forma a aumentar a superfície cultivável e para o conseguirmos vamos construir barragens e diques criando ao

mesmo tempo lagos artificiais.

— Apesar da indústria não ser considerada sector prioritário nesta fase, que projectos há para ela?

— Pusemos certas unidades industriais a funcionar no período 75-77: é o caso da fábrica de parquet de mosaico e pranchas de madeira, sobretudo destinada à exportação e com uma capacidade de 1200 metros cúbicos de produção por dia. Outra empresa industrial é a fábrica de compostas e sumos Titina-SIDA, situada em Bolama, com uma capacidade de transformação de 1500 toneladas de frutas por ano. Temos também uma fábrica de espuma em Bissau, para a produção de colchões e almofadas, com uma capacidade de 60 quilos por minuto de espuma. Fábrica esta virada sobretudo à exportação. Temos também a

lórica de cerâmica com a capacidade de 50 toneladas de tijolos e telhas por dia.

Temos, contudo, vários projectos para serem analisados no período de 77-80, como o complexo agro-industrial de Comaré, que visa o descasque de 70 toneladas de mancarra por ano e 50 mil toneladas/ano de arroz e a produção de 25 mil toneladas de óleos vegetais por ano, assim como a produção de sabão e a fabricação de ração para animais. Temos ainda uma fábrica para a produção de oxigénio e acetileno em Bissau, cuja construção foi já iniciada e terá uma capacidade de 10 mil metros

cúbicos, mês para cada um destes produtos, e a fábrica de farinha e óleo de peixe de Cacheu, que está também a arrancar e terá uma capacidade de 5 a 6 toneladas ano.

A República Democrática Alemã dar-nos-á ajuda na instalação de uma fábrica de artigos em matéria plástica, tubos, artigos domésticos, réguas, etc.

A fundição e oficinas de metal-mecânica é uma outra unidade a criar que visa sobretudo dar assistência às empresas que já se encontram em funcionamento, na fabricação de sobressalentes e artigos para a agricultura.

«As águas territoriais mais ricas em peixe em toda a costa ocidental da África»

— E a energia?

— Temos já programadas a 1.ª fase de desenvolvimento de 1977-81 e a segunda de 82 a 86. Nesta primeira fase pensamos instalar 7 centrais, havendo já uma a funcionar em Bubaque, nas Ilhas. Ao mesmo tempo pensamos criar uma companhia nacional de electricidade, melhorar as instalações existentes e fa-

“Pensamos atingir a independência económica, mas para isso é preciso lutar, organizar, mobilizar o povo”.





zer um estudo para o aproveitamento da energia hidro-eléctrica. A partir da 2.ª fase, para além da continuação da electrificação das cidades iremos começar a construir a barragem hidro-eléctrica.

— E quanto ao petróleo?

— Temos um contrato de pesquisa *off-shore* que está a ser realizado pela ENI, mas temos informações que de facto existe petróleo nas nossas costas. Assim como sabemos das potencialidades da bauxite baseados em estudos feitos já por nós. Temos 300 milhões de toneladas de reserva, o que nos vai permitir uma utilização de meio século.

— Parece que as empresas de pesca já criadas na Guiné-Bissau não têm tido os resultados que delas se es-

perava. Devido à falta de piscado?

— Não. Segundo estudos que já foram feitos por equipas oceanográficas, as nossas costas são as mais ricas em peixe de toda a Costa Ocidental de África.

— Mais ainda que as águas territoriais da Mauritânia e do Sahara Ocidental?

— Mais ainda no que respeita a mariscos e a fauna piscícola. Temos relatórios nas nossas mãos que nos dizem isso. Quanto às empresas de pesca temos sociedades de economia mista com a União Soviética, com a França e a Argélia. Claro que nem todas têm mostrado a mesma capacidade de organização, mas não há dúvida nenhuma que aquela que funciona melhor é que nos tem dado maior rendimento até aqui é a

que temos com a União Soviética. Fora disso temos acordos com outros países, é o caso de Portugal e da República Democrática Alemã, e outros há que querem assinar acordos conosco e que neste momento estamos a estudar, como é o caso da própria CEE.

Trata-se de um sector que já nos deu resultados, mas em que sobretudo as potencialidades são enormes.

— Vasco Cabral, as suas palavras de confiança demonstram a certeza na possibilidade da Guiné-Bissau vir a atingir a independência económica num futuro não muito longínquo...

— Pensamos atingir a independência económica, mas para isso é preciso lutar, organizar, mobilizar o povo e realizar a planificação.

AFRICA

ZIMBABWE

O «bando dos quatro»

Muzorewa, Chirau, Smith e Sithole (da esquerda para a direita) na assinatura do "acordo interno".



Um fazendeiro racista, herói da Segunda Guerra Mundial, um chefe tribal que nunca deixou de ser leal ao seu «amo branco», um bispo ambicioso que já tem poucas esperanças de chegar à presidência e um ex-guerrilheiro acusado de ser agente da CIA são os quatro integrantes do novo Governo rodesiano.

Sob uma nova aparência trata-se de salvaguardar o essencial do sistema de dominação estabelecido há 89 anos pelos colonos europeus no Zimbabwe.

O acordo interno assinado no dia 3 de Março em Salisburia por Smith, Chirau, Muzorewa e Sithole, sob uma enorme aguarela de Sir Cecil Rhodes — o colonizador britânico que deu o seu nome à Rodésia — está de antemão condenado ao fracasso.

Um dos seus objectivos essenciais, "pacificar" o país para lograr uma legitimidade internacional, esbarra na atitude firme da Frente Patriótica que, ao anunciar-se o acordo, fez rebentar várias bombas em plena capital rodesiana. A Frente demonstrou assim a sua crescente capacidade militar, a sua disposição de seguir lutando por transformações reais na estrutura colonial (ver o quadro) e também a incapacidade do

"bando dos quatro" — conforme qualificou o futuro Conselho de Estado — de conseguir um consenso maioritário.

Já condenado pelas Nações Unidas e pela OUA, o "bando dos quatro" enfrentará graves problemas na sua ambição de dar uma imagem de governo homogêneo, mantendo-se unidos somente pelo desejo dos seus membros de continuarem no poder (no caso de Smith) ou de nele ingressarem imediatamente.

Ian Smith: última batalha

Rico plantador de tabaco, filho de imigrantes escoceses, Ian Smith compa-

receu à assinatura do "acordo interno" exibindo a sua gravata de ex-aviador da Real Força Aérea britânica. Da segunda guerra mundial Smith recebeu honrarias, medalhas e feridas que o obrigaram a trocar a maxila por uma artificial que o impede de sorrir. São-lhe sem dúvida gratas as recordações da "Batalha da Inglaterra" em comparação com a actual guerra contra o povo do Zimbábue, que o converteu no homem mais odiado da África.

Tardiamente convencido de que esta guerra está perdida, Smith venceu a sua visceral repugnância para com indivíduos que considera inferiores pela cor da pele e aceitou negociar com alguns deles para salvar o essencial do seu regime: a dominação branca sobre a economia, as terras e as alavancas reais do poder. Espera contar para isso com um apoio internacional que até agora os seus "aliados naturais", as potências ocidentais, lhe vinham negando oficialmente (os acordos secretos e a assistência militar dissimulada de países da NATO ao regime racista já foram amplamente documentados).

Smith travará a sua última batalha contra a Frente Patriótica, mas não poderá evitar a possibilidade de escaramuças dentro do próprio Conselho de Estado, onde tentará dividir os seus interlocutores negros, cujas debilidades conhece assim como as suas propensões de antepor os interesses pessoais às aspirações do povo.

Smith: para não fazer as malas, definitivamente, decidiu chegar a um acordo que permita mudar as aparências para preservar o essencial.



Jeremiah Chirau: «chief» fiel

O seu mais fiel aliado nesta etapa é Jeremiah Chirau, um chefe tribal — os periódicos rodesianos sempre precederam o seu nome com o respeitoso título de “chief” — que jamais questionou a dominação branca.

Leal intermediário entre os colonos e a sua etnia, Chirau recebeu, em troca, o direito a votar, um lugar no parlamento e, inclusivamente, uma pasta de ministro quando a Frente Rodesiana de Smith necessitou melhorar um pouco a sua imagem nas vésperas da Conferência de Genebra de 1977.

Instado pelo próprio Smith que necessitava de um interlocutor para iniciar o “diálogo” Chirau criou um partido, a ZUPO (União das Organizações Populares do Zimbabwe). Mas a farsa era demasiada e o actual primeiro-ministro foi obrigado a ampliar as conversações incluindo nelas líderes de tradição oposicionista como Muzorewa e Sithole. Conseguiu porém impor a presença do “Chief” Chirau no “acordo interno”.

Assim, nas fotos do “bando dos quatro” um observador desinformado acreditaria estar a ver três negros e um branco a decidirem o destino da Rodésia, quando na verdade se trata de dois ministros do regime racista e dois políticos tradicionais dispostos a integrar-se nele para receber uma fatia do bolo.



Robert Mugabe, um dos dirigentes da Frente Patriótica; os seus guerrilheiros prosseguem o combate.

Abel Muzorewa: um bispo ambicioso

O primeiro bispo metodista de raça negra na Rodésia é o único líder político nacionalista que nunca passou pela prisão. Foi, pelo contrário, a prisão e o exílio dos seus companheiros que lhe permitiram aparecer, em 1971, à cabeça do African Nacional Coun-

cil, organização legal fundada após a ilegalização da ZAPU (União Popular Africana do Zimbabwe) e da ZANU (União Nacional Africana do Zimbabwe).

De espírito conciliador, Muzorewa logrou um certo apoio na classe média negra urbana, mas, durante a breve abertura política de 1976 foi rapidamente afastado dos seus cargos de direcção por líderes de autêntica base popular como

Joshua Nkuomo e Robert Mugabe.

Poucos meses depois foi ressuscitado pela diplomacia britânica, junto com Sithole, para que servisse de contrapeso "moderado", na fracassada conferência de Genebra sobre o futuro da Rodésia, frente aos líderes "radicais" da Frente Patriótica. Confiante em relação ao apoio das potências ocidentais, o bispo não hesita em candidatar-se aos mais altos cargos.

Porém, um ano depois, o jornal inglês *Sunday Times* encontra-o "abandonado e desamparado" num hotel de Londres. As suas possibilidades de converter-se no primeiro presidente do Zimbábue independente ficaram arruinadas, previa com tristeza...

Ndabaningui Sithole: o homem de Idi Amin

O que ocorrerá? Para Lovemore Mlanga, secretário de publicidade de Muzorewa, trata-se de uma conspiração contra o bispo "que começa nos Estados Unidos, passa pela África do Sul e segue pelo Malawi". O nome dos Estados Unidos vincula-se assim, pela primeira vez, a um movimento internacional de apoio ao reverendo Sithole, em detrimento do bispo Muzorewa, até então considerado como sendo "a carta de Andrew Young" na Rodésia.

"Ndabaningui Sithole foi presidente da ZANU e aparece então como um verdadeiro nacionalista — comenta a revista *Tempo* de Moçambique — o que lhe permite ter o apoio de alguns países africanos. As forças que apostam em Si-



Os colonos "europeus": o acordo interno garante os seus privilégios.

thole veem nele o homem capaz de neutralizar os combatentes."

E mais: o jornal londrino *Guardian* sustenta que "Sithole não dispõe de um grande apoio na Rodésia mas lançou-se à sua compra com grande habilidade. Os automóveis não são o único presente que Sithole deu a grupos africanos cujo apoio ao bispo começara a diminuir". De onde vem o dinheiro? O jornal sul-africano *Rand Daily Mail* afirmou em Outubro passado que tinha provas que "agentes da CIA mantiveram contactos com Sithole". Desde princípios do ano passado o ex-guerrilheiro aparece em público acompanhado por Neville Romain, um negro norte-americano que é considerado como o seu principal conselheiro e que, segundo meios políticos africanos, está ligado à CIA.

O presidente da Zâmbia, Kenneth Kaunda, acusou Sithole de ter contactado a polícia secreta sul-africana em Maio-Junho de 1977, enquanto a Rádio Moçambique denunciava nessa mesma época que "altos funcionários rodésianos se encontraram com Sithole na capital do Malawi".

O diálogo do reverendo com os racistas não é portanto uma novidade. Trata-se de uma manobra cuidadosamente preparada para levá-lo ao poder. Participam dela alguns governos africanos reaccionários como é o caso do Malawi (onde se realizaram os contactos preliminares), o Zaire e Uganda, que lhe prometam apoio diplomático.

Assim, por exemplo, enquanto no Uganda não existe sequer uma representação política da Frente Patriótica, a Rádio Kampala anunciava em Dezembro — com uma linguagem que recorda a do próprio Marechal Idi Amin — que "os combatentes (de Sithole) terminaram o seu treino que incluiu armas de tipo ocidental, oriental e asiático" (sic.).

Para que quer o reverendo homens armados e treinados? Segundo fontes da Frente Patriótica trata-se de suprir o corpo de "voluntários" que integrarão o exército rodésiano a partir do acordo. A sua função será a de combater as guerrilhas nacionalistas, ombro a ombro com os mercenários que a Rodésia continua a contratar no exterior.

ZIMBABWE

O que pode mudar?

	Direitos Políticos	Poder Executivo
<p>Situação actual</p> 	<p>Os "europeus" (brancos) são os únicos cidadãos com plenos direitos. Uma minoria de negros com educação superior e altos rendimentos pode votar nas eleições e os chefes tribais têm prerrogativas especiais. Os negros têm obrigação de justificar previamente qualquer deslocamento dentro do país e estão proibidos de residir em certas áreas. Não podem desempenhar cargos de responsabilidade na administração pública, na empresa privada ou no exército.</p>	<p>O primeiro-ministro (Ian Smith) e o seu gabinete são designados pelo Parlamento, maioritariamente branco. Quatro chefes tribais negros estão à frente de ministérios de importância secundária.</p>
<p>Proposta britânica de 1971</p> 	<p>Estabelecida uma dupla lista de votantes brancos e negros. Para integrá-la estes últimos deveriam ter um rendimento anual superior a 1800 dólares. Uma comissão de três membros (dois brancos) apresentaria propostas para abolir gradualmente a discriminação.</p>	<p>A única mudança prevista é a que pudesse porventura resultar das mudanças no parlamento.</p>
<p>"Acordo interno de 1978</p> 	<p>Sufrágio universal a partir dos 18 anos. Continuam as listas separadas para as eleições legislativas em que o voto de um branco valerá o de dez negros. O governo de transição, de composição ainda não definida, encarregar-se-ia de elaborar um mecanismo para abolir a discriminação racial. Reconhece-se a "dupla cidadania" (rodesiana e britânica) dos colonos que a tenham.</p>	<p>O Conselho de Estado (autoridade máxima durante o período de transição) está integrado pelos quatro signatários do acordo, cada qual com direito a veto. As pastas ministeriais terão dois titulares (um branco e um negro).</p>

Desde que os colonos brancos se declararam unilateralmente «independentes», em 1965, estabelecendo um regime racista que nunca foi reconhecido pela comunidade internacional diversas propostas foram feitas para resolver a anómala situação. No quadro a seguir apresentamos os pontos fundamentais que caracterizam a situação actual e quatro propostas de solução para o problema rodesiano.

Parlamento	Exército e Poderes Públicos	Terras e Propriedades
<p>Legislativo bi-cameral. Assembleia de 66 deputados (50 eleitos pelos brancos, 8 pelos negros e 8 designados pelos chefes tribais). Senado de 23 membros (13 brancos e 10 chefes tribais), eleitos pela Assembleia.</p>	<p>Serviço militar obrigatório de 4 anos para todos os mancebos brancos que constituem, em exclusivo, o seu corpo de oficiais. Grande quantidade de mercenários estrangeiros. Os negros são obrigados a integrar a tropa. Os brancos ocupam todos os cargos de responsabilidade ou autoridade burocrática estatal.</p>	<p>Segundo o Land Tenure Act de 1971 o país está dividido em duas partes, de superfície praticamente iguais: A "região europeia" onde se encontram as melhores terras, e que só pode ser propriedade dos 260 mil brancos. Na "região africana" distribuem-se as terras tribais e privadas de seis milhões de negros. Os negros não podem possuir indústrias nem estabelecimentos comerciais grandes ou médios.</p>
<p>A medida em que aumentaria o rendimento dos negros cresceria o seu número de votantes. A representação negra no parlamento elevar-se-ia proporcionalmente até alcançar, num prazo indefinido, uma paridade de 50 legisladores "europeus" e 50 "africanos".</p>	<p>Alguns negros poderiam ingressar "por méritos" na oficialidade ou na burocracia. Prever-se-ia uma amnistia para os dirigentes nacionalistas no exílio mas os guerrilheiros estariam sujeitos a julgamento por "crimes comuns".</p>	<p>A comissão encarregada de estudar a discriminação racial também recomendaria medidas para rever o Land Tenure Act.</p>
<p>100 deputados, 72 eleitos por sufrágio universal, 28 reservados aos brancos, os quais terá poder de veto, já que durante 10 anos qualquer emenda constitucional requererá uma maioria especial de 78 votos.</p>	<p>Cria-se uma Junta de Serviços Públicos, cujos membros estão fora de qualquer controlo parlamentar. Esta Junta protegerá os actuais empregados públicos, maioritariamente brancos. Declara-se a "independência política" dos serviços públicos, da polícia, das prisões, do poder judiciário e das Forças Armadas. O parlamento não poderá intervir nelas, com o que se perpetua o seu controlo por parte dos colonos.</p>	<p>Com o poder de veto dos brancos no Parlamento dificilmente se poderá emendar o Land Tenure Act. Por outro lado garante-se que toda a expropriação será indemnizada e que os actuais empregados do Estado que venham a emigrar continuarão a receber as suas pensões no exterior.</p>

O que pode mudar? (continuação)

	Direitos políticos	Poder Executivo
<p>Plano anglo-norte-americano</p> 	<p>Aceita o princípio de "um homem, um voto" sem discriminação racial. Todos os cidadãos do Zimbabue teriam igualdade de direitos, mas seriam estabelecidas garantias para salvaguardar a propriedade dos colonos brancos.</p>	<p>Um governador-geral britânico (já se propôs para o cargo o Marechal de Campo Lord Craver) exerceria o poder executivo no período de transição para um governo da maioria.</p>
<p>Programa da Frente Patriótica</p> 	<p>Igualdade de direitos para todos os habitantes. Abolição de toda a forma de discriminação. Os brancos poderão optar pela nacionalidade do Zimbabue ou respeitarem como estrangeiros as leis do país.</p>	<p>Um Conselho de Governo integrado pela Grã-Bretanha e pela Frente Patriótica exerceria o poder durante um período de transição até um governo de maioria.</p>

O papel da Mulher

epois da intensa resistência do povo do Zimbabue contra a intimidação, as prisões, as execuções e os assassinatos perpetrados pelos Selous Scouts de Ian Douglas

A autora é vice-secretária de informações do ZAPU, grupo que

Eunice J. Ndlovu *

Smith, o povo do Zimbabue, unanimemente, pegou em armas para a conquista da independência.

Foi essa a única solução encontrada pelos cidadãos

integra a FRENTE PATRIÓTI-CA.

do Zimbabue, pois todas as negociações provaram ser inúteis.

O regime de Smith, na intenção de combater essa situação e diminuir a participação na luta das mulheres trabalhadoras, procura dar-lhes emprego. O ministro do Trabalho e Bem-Estar Social, R. Cronge, chegou a declarar demagogicamente que as mulheres são mais eficazes e responsáveis que os homens na indústria.

As mulheres, na realidade, como parte integrante do povo do Zimbabue, lutaram e continuam a combater contra as leis do regime discriminatório de

Parlamento	Exército e Poderes Públicos	Terras e propriedades
<p>Prevêem-se eleições supervisionadas pelo governador-geral britânico durante o período de transição. O voto seria universal e sem distinção de raça. Ainda não se detalhou a composição da assembleia nem o seu poder constituinte.</p>	<p>Prevê a formação de um novo exército dirigido pelo governador-geral. Este basear-se-ia nas forças combatentes da Frente Patriótica e integraria elementos dos actuais Rhodesian African Rifles (batalhões formados por negros) e seria completado por novos recrutas e membros do exército rodesiano. As forças repressivas e de segurança rodesianas seriam desmanteladas sob o controlo da ONU.</p>	<p>O plano original elaborado por Kissinger previa a constituição de um fundo de três mil milhões de dólares para indemnizar os brancos cujas terras ou propriedades viessem a ser expropriadas. O plano actual é menos concreto mas também limita as expropriações a um número "justificado" de casos e sempre com indemnização prévia.</p>
<p>A Frente estaria disposta a aceitar eleições para uma assembleia, durante o governo de transição, se puder participar da sua supervisão ou se esta estiver a cargo de uma entidade neutra. A Frente reivindica para a futura República do Zimbabwe a plena soberania para decidir sobre o seu próprio sistema de governo sem intervenção estrangeira.</p>	<p>Propõe que o futuro exército tenha como base as suas próprias forças estimadas entre 15 mil e 40 mil homens. Incorporaria alguns milhares de soldados (negros e brancos) do actual exército rodesiano. A Frente considera que a presença das suas forças guerrilheiras "é a única garantia da irreversibilidade do processo de transição".</p>	<p>A Frente considera que não haveria uma mudança real se o Land Tenure Act não for imediatamente abolido e rejeita nas negociações com Londres e Washington toda a tentativa de limitar as prerrogativas do futuro Estado de legislar sobre terras e propriedades, assim como sobre as modalidades de expropriação e indemnização.</p>

Smith. Tais leis criaram uma situação mediante a qual as mulheres permanecerão como "menores" durante toda a vida, relativamente aos seus direitos como trabalhadores.

As mulheres africanas são, deste modo, desorientadas na sua participação no desenvolvimento do país, porque trabalham em péssimas condições, e somente propiciam uma barata mão de obra ao regime ilegal.

Os homens do Zimbabwe partiram, e continuam a sair do país aos milhares, para depois regressarem do exterior enquadrados na guerrilha. E isso deixa as indústrias sem operários.

Ficou provado que o facto de empregar novos operários de nada serve, pois que eles seguem o mesmo caminho já trilhado por seus irmãos.

Diante disso, o regime conta unicamente com as mulheres, mas a reacção destas foi surpreendente, pois também abandonaram os pais, para participarem na guerra de libertação.

As mulheres participaram e continuam a participar plenamente na política e nos sindicatos no interior do país, e unem-se cada vez mais aos guerrilheiros, isso levou muitas activistas femininas aos cárceres e aos campos de concentração.

As mulheres do Zimbabwe têm demonstrado grande determinação desde o momento em que começou a luta armada. Trabalharam com as forças do ZAPU no interior do país, dando-lhe abrigo, comida e roupas. As mulheres dão toda a assistência necessária aos combatentes, para que estes prossigam na luta armada.

Muitas delas morreram porque, como a maioria dos cidadãos, visando a conquista da independência para todo o povo, lutam pela libertação total, económica, política e social.

GUINÉ-BISSAU

Por um ensino ao serviço do povo

Foi sob a palavra de ordem «por um ensino ao serviço do povo» que se reuniram em Bissau, em fins de Fevereiro, os ministros da Educação de Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor Leste para trocar experiências sobre o esforço educacional empreendido em cada uma das jovens nações de língua portuguesa.

Luisa Teotónio Pereira



Foi sob esta palavra de ordem que se reuniu em Bissau, de 15 a 24 de Fevereiro, o 1.º Encontro dos Ministros da Educação e Educadores de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste.

Nele participaram delegações dos cinco países africanos e um membro do Comité Central da FRETILIN. Na presidência, três ministros da Educação — Mário Cabral, da Guiné-Bissau, Carlos Reis, de Cabo Verde e Celestino da Costa, de São Tomé e Príncipe; um vice-ministro, Artur Pestana (Pepetela), de Angola, e a Secretária-Geral do Ministério da Educação de Moçambique, Sílvia Costa. Pela FRETILIN, José Luís Guterres.

Entre as delegações estrangeiras, o maior relevo foi dado ao representante da UNESCO, Miguel Soler Roca, Director-Geral Adjunto daquela organização, e a Paulo Freire, chefe da delegação do IDAC (Institut d'Action Culturelle — Genève) e representante do Conselho Mundial das Igrejas.

As únicas representações governamentais eram a do Ministério da Educação da República Democrática Alemã e, de certo modo, a da SIDA (Suécia). Os outros convidados estrangeiros pertenciam a organizações não governamentais que têm ajudado os novos países africanos na luta de reconstrução nacional na frente da Educação: CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral — Lisboa), ICEA (Institut Canadien d'Education des Adultes), IRFED (Institut de Recherche et de Formation Edu-

cation et Développement — Paris), NOVIB (Holanda), SUCO (Service Universitaire Canadien Outre-Mer) e UNICEF. Presentes ainda dois investigadores de linguística do Centre Linguistique Appliqué de Dakar (CLA).

Herdeiros do mesmo passado, irmanados na luta comum

Os países recentemente libertados do colonialismo português vivem neste momento uma fase crucial da sua história. Depois de um longo período de luta armada contra o regime colonial-fascista que oprimia os seus povos, depois da vitória e da tomada do poder em 1974 e 1975, depois de 3 ou 4 anos de experiência de organização e gestão de todos os aspectos da vida nacional, as vanguardas políticas destes países sentem a necessidade premente de avaliar a sua prática, confrontá-la com as suas definições programáticas e lançarem as bases da sua reformulação.

Artur Pestana (Pepetela) explicitava desta maneira, no seu discurso de abertura, a razão de ser e a importância deste Encontro:

“Com efeito, irmanados pela luta comum de libertação nacional, com os mesmos objectivos, os povos das antigas colónias portuguesas devem trocar as suas experiências na fase nova que atravessamos na luta pela consolidação da independência completa.

Herdamos todos uma terrível situação de dependência económica e tecnológica em relação ao imperialismo, estruturas económicas deformadas em exclusivo

proveito de minorias exploradoras, quase ausência de quadros nacionais para as tarefas de reconstrução nacional, elevadas taxas de natalidade e de mortalidade, analfabetismo, condições sociais explosivas entre a cidade e o campo. Se por condições específicas de cada um dos nossos Países, a colonização desenvolveu mais determinado sector aqui ou ali, tal facto não deve ocultar-nos a realidade global que é comum, o subdesenvolvimento e a consequente dependência. E também, é comum a aspiração dos nossos Povos à completa soberania, à independência económica, social, tecnológica e cultural. Eis o que nos uniu, no passado, eis o que nos unirá no futuro.”

No entanto, a consciência da importância do Encontro ultrapassa as fronteiras dos países de expressão portuguesa. Citamos ainda uma vez mais o vice-ministro de Educação da RPA: **“Cremos que este Encontro transcende o âmbito das antigas colónias portuguesas para se inscrever no dos países revolucionários africanos, pois os seus resultados poderão servir também para os educadores do nosso Continente que lutam por uma transformação radical em África”.**

Sílvia Costa, Secretária-Geral do Ministério da Educação da República Popular de Moçambique diria também: **“Reforçar continuamente o conteúdo anti-imperialista e revolucionário da nossa luta em todas as frentes é um imperativo essencial quer no plano interno de cada um dos nossos países, quer no plano da frente africana e mundial.”**



Encontrar as bases de uma identidade própria

A discussão e troca de experiências organizou-se, durante os primeiros 8 dias do Encontro, à volta de 4 temas principais, que constituiram a base de igual número de Comissões de Trabalho: 1) Educação e Conhecimento; 2) Educação e Desenvolvimento Económico; 3) Educação e Desigualdades Sociais; 4) Educação e Identidade Cultural.

Os tempos livres, e os últimos dias do Encontro foram aproveitados para contactos com a realidade educacional da Guiné-Bissau, quer na capital (encontros com professores e com a JAAC — Juventude Africana Amílcar Cabral, visita aos Círculos de Cultura Popular — alfabetização).

quer no interior (conhecimento directo de várias escolas que realizam experiências-piloto, como a do Centro de Educação Popular Integrada — CEPI — em Cufar, e a Escola de Cò, na região de Cacheu).

Voltando ao trabalho das Comissões, tem talvez interesse referir, de um modo geral, o conteúdo de cada grande tema.

Assim, a Comissão A procurou debruçar-se sobre os seguintes problemas: relação ensino-aprendizagem; relação educador-educando; actividade pedagógica da comunidade; o trabalho produtivo como elemento de coesão entre a teoria e a prática; avaliação de conhecimentos.

A Comissão B tinha a seu cargo o aprofundamento das questões relativas a: alfabetização, capacitação, educação permanente e

mobilização popular; objectivos dos vários níveis de ensino e sua incidência nos currículos escolares; formação de quadros e o seu enquadramento; emprego.

Por seu lado, os temas da Comissão C giravam à volta dos seguintes pontos: a desigualdade social e o sistema de ensino, diplomas e os seus reflexos socio-económicos, democratização do ensino e suas tendências socio-económicas; educação e formação da consciência nacional e política, educação e organizações políticas (sociais e culturais).

Finalmente, a Comissão D tratou as questões que diziam respeito ao conhecimento das bases da identidade cultural e à problemática das línguas nacionais.

Esta formulação dos temas fazia parte de um documento apresentado pela

Guiné-Bissau, e que foi adoptado como formulário de base para o trabalho das Comissões. No entanto, cada um dos grupos o reformulou no início das sessões, de acordo com as propostas das delegações presentes.

Verificou-se então que o ponto de partida para qualquer análise ou discussão foi sempre a consciencialização e denúncia do processo "educativo" do regime colonial, adquirindo-se deste modo uma visão colectiva bastante rigorosa e completa da dominação dos povos africanos neste sector.

Por isso, num primeiro tempo, a Educação e a Escola se afirmam agora, antes de mais, como os valores contrários aos da época colonial: contra a alienação cultural, a imposição da cultura europeia e da ideologia burguesa; contra a escola selectiva, a desigualdade social e económica; o divórcio cidade-campo, trabalho manual-trabalho intelectual, teoria-prática; contra a submissão, a memorização, o individualismo e a competição; contra a ideia do mestre que sabe tudo e do aluno que não sabe nada e tudo deve aprender.

Isto significa, vendo as coisas de outro lado, que se tem de lutar por uma Educação entendida como acto político, "tarefa de toda a sociedade", ligada às massas e à sua cultura, fortemente empenhada no trabalho produtivo, fundamento de todas as comunidades.

Para realizar esta imensa tarefa, que não se faz num dia nem em dois, que tem de ser entendida como um desafio permanente, é de

maior importância a procura e o reencontro das bases da identidade cultural africana. O que não quer dizer que se absorva por inteiro toda e qualquer tradição, mas que se deve aprofundar o conhecimento e o sentido da vida cultural e social destes povos, fazendo a síntese sempre dinâmica dos seus aspectos positivos com as aquisições mais válidas do sabor moderno e universal.

Situar correctamente o trabalho de educação

Sob pena de parecermos querer fazer uma abordagem quase exclusivamente ideológica do Encontro, e na impossibilidade de nos debruçarmos detalhadamente sobre todos os temas tratados, apontamos ainda uma questão que nos pareceu da maior importância no contexto geral dos debates.

De facto, um dos principais méritos deste Encontro foi o de ter sabido colocar, desde o princípio, os problemas da Educação e do Ensino no seu lugar próprio, ou seja: no interior das opções políticas e das estratégias de desenvolvimento de cada país, liga-

das à luta comum contra o imperialismo.

Estas lições de força poderiam ter sido reafirmadas no começo dos trabalhos, e esquecidas durante o resto do tempo. Mas não. Em cada Comissão as recomendações expressam vivamente a convicção da unidade da luta, ao nível nacional e internacional.

Assim, acentuou-se o facto de que:

— a Educação é concebida como um acto político em que todas as actividades devem ser orientadas por princípios concordantes com a ideologia que norteia cada uma das vanguardas políticas respectivas;

— a Educação deve ser tarefa de toda a sociedade e não apenas dos departamentos estatais específicos;

— a Educação é um processo que deve estar no centro do projecto global de desenvolvimento socio-económico dos nossos países;

— se deve adoptar uma atitude vigilante contra as tentativas de infiltração ideológica do capitalismo mundial através dos meios de comunicação massiva e dos modelos de produção e consumo, para salvaguardada da identidade cultural

A educação é um dos grandes desafios na construção das jovens nações africanas





e da nossa independência.”

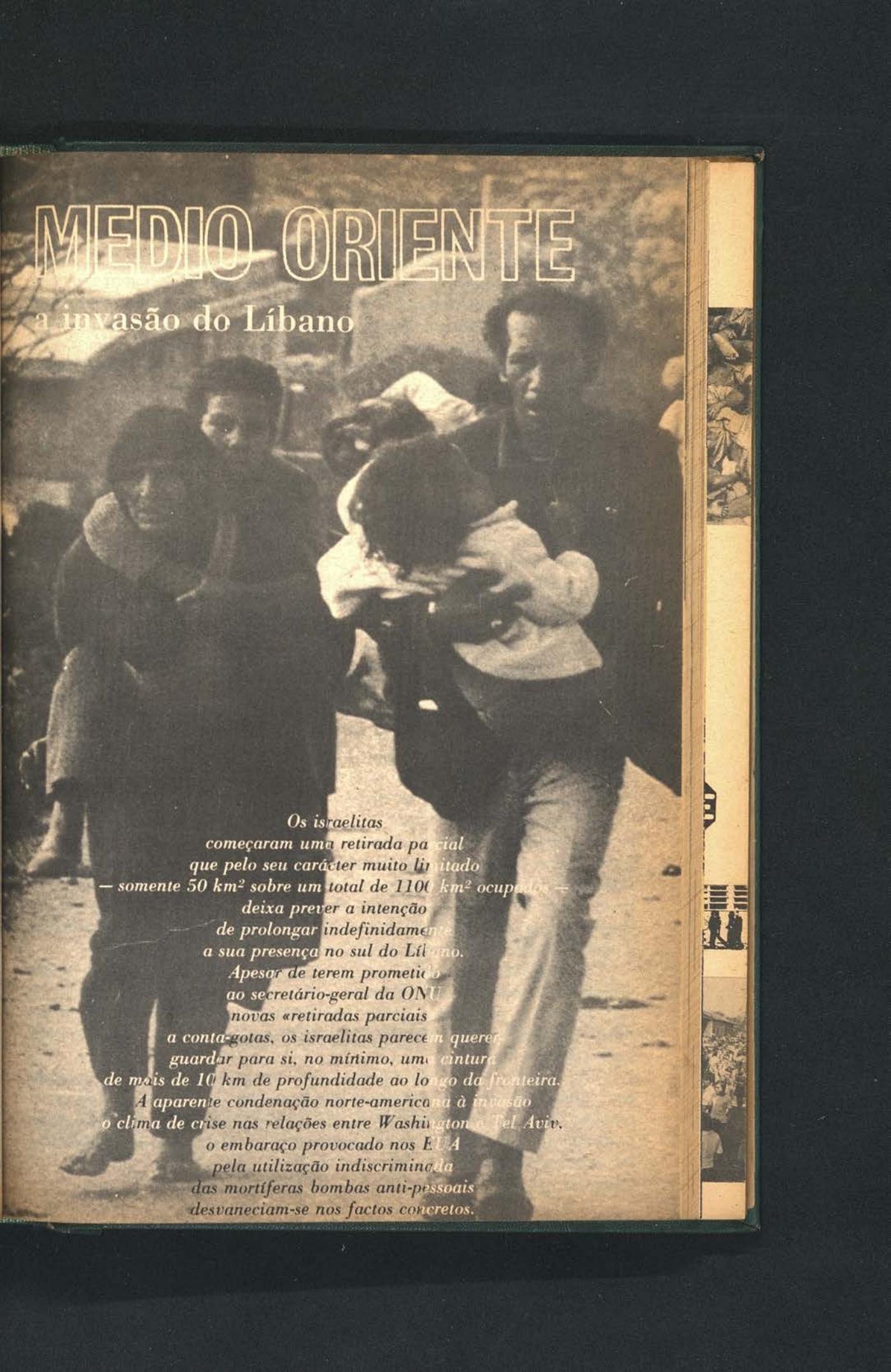
Pensamos ser mais útil tentar fazer um balanço do Encontro nos seus aspectos mais de fundo, embora isso limite necessariamente a nossa compreensão do significado global desta importante reunião dos educadores das ex-colónias portuguesas. Poderia ainda referir-se muita outra coisa, nomeadamente no que diz respeito às resoluções de carácter mais concreto, sobre a alfabetização, a formação técnico-profissional, a ligação da Escola à Comunidade e ao trabalho produtivo, a democratização do ensino e a questão da identidade cultural e das línguas nacionais, entre outras.

As recomendações finais, adoptadas por unanimidade, sobre os pontos acima citados, não são uma novidade absoluta para qualquer destes países. Elas reflectem — e isso é o mais importante — a prática diária do trabalho educativo e a consciência das dificuldades, dos avanços e dos re-cuos que essa prática tem experimentado ao longo dos últimos anos. Sobre-tudo elas são o fruto de uma troca de experiências, reflectida e profunda, e de posições assumidas em comum.

1980 será o ano do 2.º Encontro, a realizar em Luanda, “a convite desse país irmão”. Aí esperamos ver materializado o voto dde um dos participantes do Encontro de Bissau: “Que o poder assuma esta cultura do povo, povo que deu a vitória; e que a cultura do povo reencontre então o poder”.

MEDIO ORIENTE

a invasão do Líbano



Os israelitas começaram uma retirada parcial que pelo seu carácter muito limitado — somente 50 km² sobre um total de 1100 km² ocupados — deixa prever a intenção de prolongar indefinidamente a sua presença no sul do Líbano. Apesar de terem prometido ao secretário-geral da ONU novas «retiradas parciais a conta-gotas, os israelitas parecem querer guardar para si, no mínimo, uma cintura de mais de 10 km de profundidade ao longo da fronteira. A aparente condenação norte-americana à invasão o clima de crise nas relações entre Washington e Tel Aviv, o embaraço provocado nos EUA pela utilização indiscriminada das mortíferas bombas anti-pessoais desvaneciam-se nos factos concretos.

Líbano

O fluxo permanente de armamento sofisticado norte-americano para o exército israelita continua sem parar, animando o seu militarismo que já deu mostras ilimitadas de desprezo pelas normas jurídicas internacionais.

Também os outros países do chamado «mundo ocidental», com poucas excepções, mantiveram uma posição passiva. As suas eventuais manifestações de desacordo com a invasão não foram seguidas por nenhum esforço real para contê-la.

No mundo árabe, se excluirmos a reacção consequente de alguns países progressistas como a Argélia, a Líbia, o Iraque e o Iemen do Sul, a tónica geral dos Governos e da Imprensa foram os ataques vociferantes acompanhados da inércia total no que concerne à utilização dos recursos e possibilidades diplomáticas e militares. Isto mostra até que ponto a acção divisionista de Sadat e as manobras sauditas contribuíram para enfraquecer a resistência árabe.

Concretamente o exército israelita continua no Sul do Líbano, cujas cidades foram a 80% destruídas pela sua artilharia. O seu objectivo não é, evidentemente, derrubar o Governo libanês — cada vez mais inclinado a aceitar as imposições sionistas — mas tentar destruir a resistência palestina e fazer avançar progressivamente sobre território árabe as fronteiras de Israel.

O motivo invocado de que os comandos palestinos utilizavam o Líbano como base de operações é falacioso. É internacionalmente sabido que o comando palestino que protagonizou a operação, que, serviu de pretexto à invasão, não partiu do Sul do Líbano mas de outra região e contava com apoios no interior de Israel.

O essencial do problema é o espírito expansionista e arrogante que anima o actual Governo de Israel e a sua filosofia militarista e agressiva. Seria ingénuo imaginar que Menachem Beguin, cuja história política está totalmente inspirada na ambição de construir o «Grande Israel», desistirá desta ideia por respeito à política de direitos humanos de Carter ou por pressões da opinião pública internacional. Beguin persegue, inflexivelmente a meta de um Estado sionista do Eufrates ao Nilo.

Contrariamente ao que se poderia esperar, muitas vozes em Israel e nas comunidades judaicas de diferentes países se levantaram para denunciar essa política e advertiram que o seu desenvolvimento — ainda que possa trazer algumas vitórias tácticas — constituir-se-à no futuro numa ameaça para o Estado judeu.

A invasão do Sul do Líbano não é uma operação punitiva localizada mas parte de toda a política expansionista que o Governo de Israel mantém frente aos países árabes. É mais um episódio na obsessão em negar o direito à existência do povo palestino e destruir a sua resistência incarnada pela OLP.

Balanço de uma agressão

Marcelo Dias



O balanço da invasão: dois mil civis mortos. Mais de 260 mil novos refugiados. A OLP conseguiu preservar as suas forças e levou a cabo uma acção guerrilheira persistente contra o gigantesco exército invasor. Begin pretende reactivar a guerra civil libanesa para tentar mais uma vez o cerco e destruição do povo palestino. As contradições e as dificuldades desta política.

Dois mil civis libaneses e palestinos mortos sob os escombros de dezenas de localidades, mais de duzentos e sessenta mil refugiados, mas apenas 200 fedayins abatidos; isto é, segundo a imprensa norte-americana e francesa, o saldo da invasão israelita no sul do Líbano.

Uma vitória militar? As baixas palestinianas são irrisórias se considerarmos o poderio bélico investido pelas forças sionistas: 40 mil homens apoiados por centenas de blindados, canhões de 155 mm, navios de guerra e jactos "Kfir", "Mirage", "Phantom" e pelos ultra-sofisticados "F-15" que celebraram o seu

baptismo de fogo sobre as aldeias libanesas e campos de refugiados palestinianos.

A OLP esperava a invasão e nas vésperas retirou para norte do rio Litani mais de 4 mil guerrilheiros. Outros mil, divididos em pequenos grupos, extremamente móveis, opuseram uma tenaz resistência ao exército invasor.

As forças israelitas adoptaram uma tática destinada a reduzir ao máximo as suas próprias baixas: primeiro fizeram desabar sobre os seus objectivos um dilúvio de bombas e obuzes, em seguida avançaram protegidos por tanques respondendo a cada disparo de espingarda com uma

barragem de tiros de canhão.

Dezenas de aldeias, na maior parte das quais não havia mais um só combatente da OLP, foram pulverizadas sob o fogo das enormes baterias de 155 mm e por sucessivos bombardeamentos aéreos nas quais foram usadas, profusamente, as mortíferas bombas anti-pessoal de fabricação norte-americana.

A cidade de Tiro e o vizinho campo palestiniano de Rashidieh, as únicas posições ao sul do Litani que permaneceram nas mãos das forças palestinianas e progressistas libanesas, foram devastadas por uma impressionante concentra-

ção de fogo por terra, ar e mar.

Em oito dias de operações, os sionistas apoderaram-se de um décimo do território libanês (cerca de 1100 quilômetros quadrados), das cidades de Marayoun, Hasbaya e dezenas de localidades menores, bem como de várias bases fedayn. Estas últimas, no entanto, estavam vazias, pois seus combatentes, armas e mantimentos haviam sido evacuados ou dispersos antes da chegada dos israelitas.

Todas as noites porém os invasores tiveram que enfrentar múltiplas escaramuças e acções de fustigamento por parte de grupos extremamente móveis de cinco ou seis fedayin, em geral equipados com armas portáteis e bazookas RPG.

Estes combates nocturnos corpo a corpo, somando-os à resistência casa por casa levada a cabo, pontualmente, em algumas localidades pelos guerrilheiros palestinos e libaneses custaram ao poderoso exército cerca de 30 mortos e 80 feridos.

A enorme operação desencadeada por Begin não alcançou assim a vitória militar que representaria o aniquilamento das forças palestinas anteriormente estacionadas ao sul do Litani. A inaudita quantidade de foguetões de "Katiusha" e obuzes que se passou a abater todas as noites sobre algumas localidades fronteiriças israelitas como Kyriat Chomonen e Metulla — proveniente de posições ao norte do rio Litani — demonstrou que o outro objectivo militar, que seria garantir definitivamente a segurança da fronteira norte do Estado de Israel, tão



Uma bomba de fragmentação de efeito retardado encontrada no campo palestino de Rachidieh, perto de Tiro.

pouco pôde ser alcançado.

Rumo à «solução final»?

No entanto, é improvável que o estado-maior sionista esperasse um "cenário" militar substancialmente diferente deste, independentemente das declarações oficiais, para consumo interno e internacional, que multiplicou durante a invasão.

As forças de Begin não tinham ilusões de poderem liquidar militarmente a OLP — conforme pretendiam nas suas eufóricas declarações — no sul do Líbano. Seu objectivo é, ao mesmo tempo mais modesto, a curto prazo, e mais ambicioso, a médio, do que pretendem os seus porta-vozes.

No imediato, trata-se de subtrair aos palestinos e aos seus aliados progressistas libaneses a única área do país na qual ainda podiam mover-se com relativa liberdade. Permitir às milícias direitistas libanesas armadas por Israel e chefiadas pelo "comandante" Haddad, oficial marronita às ordens de Telaviv controlar toda uma região na qual os cristãos representam apenas 10 por cento da população.

Este exército pro-israeli-

ta teria como missão impedir, no caso de uma hipotética (mas nada certa) retirada total ou parcial de Israel, a volta dos fedayn ao sul.

Ao empurrar os guerrilheiros e uma grande massa de mais de 60 mil refugiados palestinos para as regiões do Líbano sob o controlo do exército sírio, Israel quis criar condições propícias para reavivar o clima existente durante a guerra civil libanesa.

Por um lado estimular as forças direitistas libanesas a voltar à carga contra os palestinos progressistas criando novos incidentes. Isto já foi conseguido na medida em que o afluxo de dezenas de milhares de refugiados do sul para Beirute reacendeu a situação sempre latente de pânico e hostilidade intra-confessional entre a massa árabe libanesa duramente atingida pela situação socio-económica e a população marronita de Beirute-leste e do Líbano central, que é a base social das milícias falangistas e dos demais grupos armados da direita.

Os violentos confrontos armados em Beirute, na linha divisória entre o bairro muçulmano de Shiah e o marronita de Ain Rümmaneh (onde se iniciou a guerra civil de 75-77), ocorridos nas últimas semanas, são uma consequência directa da brusca exacerbação de uma tensão latente, desencadeada pelo afluxo à capital dos novos refugiados do sul.

O esquema é de uma simplicidade atroz: o êxodo de libaneses shiitas (muçulmanos) do sul para os bairros populares da capital libanesa provoca automaticamente uma onda de medo nos



Dois crianças palestínianas mortas num campo de refugiados.

bairros cristãos vizinhos e estimula as ultra-fanatizadas milícias falangistas e PNL (chamounistas) a recomeçarem as suas operações. As primeiras vítimas dessa nova onda de combates em Beirute foram justamente três refugiados do sul, assassinados por milicianos direitistas.

Os israelitas esperam também que o êxodo crie fricções e conflitos no próprio sector árabe entre refugiados e residentes, bem como entre libaneses e palestínianos. O objectivo final é criar uma situação na qual os palestínianos sejam hostilizados novamente pelas tropas sírias para "manter a ordem no Líbano" e vistos pelos árabes libaneses como os causadores de todos os seus problemas, dentro de um raciocí-

nio egoísta e xenófobo que já se instalou há muito tempo na ideologia da maioria dos libaneses maronitas e que foi o principal detonador da terrível guerra civil que ameaça agora recomeçar.

Em relação aos sírios (que de inimigos dos palestínianos durante a guerra civil passaram a uma situação ambígua e vacilante de aliança com os mesmos) Israel sonha em fazê-los voltar à situação anterior ou, na impossibilidade disso, forçá-los a abandonar o Líbano quando a correlação de forças tornar-se favorável a uma investida das forças direitistas e do "novo" exército libanês (maioritariamente controlado pelos marronitas) contra os palestínianos e seus aliados da esquerda libanesa.

Israel pretende, nova-

mente, jogar a carta que foi sua durante toda a guerra civil libanesa: criar condições para o aniquilamento da OLP e para a "solução final" do problema palestínio, ao cuidado das forças reaccionárias, racistas e anti-árabes da direita libanesa com o apoio ou a cumplicidade passiva de certos regimes árabes.

Obstáculos ao plano sionista

Israel obteve algumas vitórias na preparação deste "cenário". Primeiro colocou as forças palestínianas fisicamente à mercê da perigosa e sempre imprevisível ambiguidade de Damasco. Em segundo lugar, criou, em algumas parcelas da população Shiíta do sul

tradicionalmente aliada aos palestinos — uma tendência a responsabilizá-los pelas desgraças sofridas que pode ser definida por uma frase: "Apoiamos os palestinos mas queremos vê-los longe de nós".

O movimento progressista libanês esforça-se por combater politicamente esta perigosa tendência contrária à solidariedade e à própria essência da Nação Árabe. Busca consolidar a aliança que se forjou nos últimos anos e que resistiu a todas as duras provas da guerra civil.

Por outro lado, nem tudo corre conforme os planos sionistas. A Síria apesar de não ter mexido uma palha diante da agressão israelita ao sul do Líbano — ao contrário do Iraque que enviou forças e equipamentos — não parece disposta a voltar à sua posição de há dois anos atrás. Nos combates de Beirute as suas tropas destacadas para a FAD (Força Árabe de Dissuasão) vem sendo constantemente alvo de provocações direitistas e parecem dispostas a responder com energia.

Finalmente, ainda que isto pareça paradoxal, a própria política de intransigência absoluta e fanatismo expansionista de Israel converte-se num obstáculo para a consumação dos seus planos estratégicos de "solução final" do problema palestino.

A quadratura do círculo

Com efeito nem a compulsão capitulacionista de Sadat — perfeitamente disposto a sacrificar a Palesti-

A guerra volta a Beirute

No dia 9 de Abril, as armas voltaram a crepitar na cidade de Beirute. Três refugiados do sul do Líbano foram as primeiras vítimas deste reacender da guerra civil. À semelhança de mais de cem mil outros que refugiaram dos obuzes e das bombas israelitas no sul, eles andaram dias a fio pelos bairros muçulmanos da capital até se instalarem, precariamente em Shyiah. Foi num local muito próximo da famosa linha divisória entre este bairro popular e a zona marronita de Ain Rummaneh — onde se iniciou, em 1975, a guerra civil — que foram abatidos por falangistas, em pé de guerra na zona cristã desde que começara a invasão no sul.

As milícias locais da esquerda libanesa e guerrilheiros dos campos palestinos próximos, rapidamente responderam à agressão e logo a "linha quente" entre os dois bairros se inflamou. A intervenção das tropas sírias da Força Árabe de Dissolução (FAD) foi acompanhada de uma prudente retirada das forças palestino-progressistas. Do outro lado, porém, as milícias falangistas de Pierre Gemanel e do PNL (do ultradireitista Camile Chamoun) receberam as tropas da FAD com uma chuva de balas.

Nos cinco dias seguintes os combates opuseram exclusivamente os sírios aos direitistas libaneses, sob os olhares irônicos dos palestino-progressistas. Confrontos semelhantes entre os ex-aliados da guerra civil de 75-77 já haviam ocorrido em Fevereiro mas desta feita os combates atingiram um nível nunca visto dantes.

Exasperados pelas constantes emboscadas e pelo nutrido fogo de franco atiradores, que provocou numerosas baixas nas suas tropas, os sírios fizeram desabar sobre o bairro de Ain Rummaneh um verdadeiro dilúvio de obuzes de artilharia pesada, adoptando uma política de deitar abaixo com seus canhões e *órgãos de Staline* todos os edifícios dos quais disparavam os franco-atiradores. Ao fim de cinco dias, uma trégua precária e agoirenta foi estabelecida e contava-se na capital libanesa cerca de setenta mortos e mais de duzentos feridos.

Muitos observadores consideram que a escalada direitista — aparentemente delirante, se levarmos em conta a correlação de forças — obedeceria a um plano conjunto estabelecido com Israel, no sentido de se reiniciar a guerra civil libanesa que desde há muito entra nos planos de Tel Aviv, como instrumento de divisão do Mundo Árabe e arma para tentar o aniquilamento do povo palestino.



Um fedayin adolescente nas ruas da semi-destruída cidade de Tiro.

na e a unidade árabe — pôde consumir os seus planos de paz com Israel, pois Begin insiste em manter os seus colonatos (com suas respectivas forças paramilitares) no Sinai e recusa-se a evacuar um milímetro de território na Cisjordânia, ainda que sob a égide de um complot anti-OLP patrocinado pelo presidente egípcio e pelo monarca jordano.

Neste contexto, é improvável que Israel consiga, a curto prazo, que a Síria — à qual não se propõe devolver nem um milímetro de território ocupado no Golan — volte a transformar-se na polícia dos palestinos no Líbano.

Esse obtuso fanatismo impregnado das mais retrógradas referências religiosas também provoca uma crescente impaciência por parte do governo norte-americano que teme cada vez mais pela sorte de

Anuar Sadat, ridicularizado e debilitado na sua posição de servil capitalacionismo.

Esta preocupação levou os EUA a patrocinarem a decisão do Conselho de Segurança da ONU que levou ao envio dos **capacetes azuis** para o sul do Líbano e a determinar a retirada das forças sionistas da região.

Este dado novo, como tantos outros nesta conturbada região, tem uma dupla característica. Por um lado, cria obstáculos para o regresso dos palestinos ao sul e uma situação potencialmente desgastante pela possibilidade de choques entre os **fedayin**, ansiosos por prosseguir o seu justo combate contra o estado sionista, e as forças da ONU. No interior destas últimas a presença de um poderoso contingente de **parás** franceses só serve para aumentar as justificáveis apreensões palestinianas.

No entanto, a presença

na região das Nações Unidas e o facto dos seus representantes e das suas forças serem obrigadas a negociar com a OLP, em torno dos intrincados problemas que vão surgindo a cada momento, reforça a sua posição política internacional e reafirma a sua qualidade de única representante legítima do povo palestiniano.

O próprio ex-chefe do estado maior sionista general Gour foi obrigado a reconhecer que a negociação de qualquer cessar-fogo efectivo teria que envolver de uma ou outra maneira a OLP.

Assim a política de "solução final" para o problema palestiniano alimentada por Menachem Begin obstrui-se a si mesma. O sonho de simultaneamente liquidar a causa palestiniana, dividir a Nação Árabe e não ceder um milímetro no projecto do Grande Israel assemelha-se cada vez mais à quadratura do círculo. ●

O terror como filosofia de subsistência

*Já em 1948 o actual primeiro-ministro israelita,
Menachem Begin
defendia os massacres como tática
para que Israel pudesse consolidar-se.
Desde então essa linha não variou
e a nova ocupação de territórios árabes
não é senão a sua consequência lógica.*

O massacre não só foi justificável como a existência do Estado de Israel teria sido impossível sem a vitória de Deir Yassin". Assim escrevia Menachem Begin sobre a matança de 254 civis durante uma operação que ele próprio dirigiu numa aldeia palestina no dia 9 de Abril de 1948.

Glória Lopez Morales

Com essa frase Begin definiu há trinta anos a base ideológica de um estado cuja garantia de sobrevivência não pode ser outra que a força e o terror. Neste

contexto não deve surpreender a recente invasão do sul do Líbano por parte das tropas israelitas como represália a uma operação de um comando palestini-





A destruição de aldeias libanesas no sul é uma tônica da política israelita.

niano no interior de Israel.

O círculo vicioso atentado-represália fechou-se há muito tempo e não há quem consiga rompê-lo. As causas que originam o terror não foram eliminadas. Os palestinos seguem a espera de uma solução e entretanto vivem como refugiados e perseguidos em todas partes. Um dos seus asilos mais naturais é o território libanês o que faz com que se concentrem aí as agressões israelitas.

Porém o pretexto da densidade da população palestina no sul do Líbano não basta para explicar as constantes violações de fronteiras e ataques. Segundo o princípio de "fronteiras seguras", sustentado com insistência por Israel desde a época da sua fundação, o rio Litani que corre ao longo do território sul-ocidental do Líbano deveria marcar a fronteira israelita com o país vizinho do norte. Já em 1970 para justificar uma das mais nutridas ondas de ataques

contra o Líbano e o estabelecimento de colonatos fronteiriços o então ministro da Educação, Israel Galili, declarava: "Israel devia tomar medidas para modificar as suas fronteiras com o Líbano para proteger a vida dos seus cidadãos."

Nada tão frágil como o princípio das fronteiras seguras na era do armamento electrónico e sofisticado, dos mísseis de longo alcance e dos aviões supersónicos. Por outro lado, Israel não pode ignorar que por mais que estenda os seus limites sempre terá o conglomerado árabe como vizinho e a paz com ele não depende de muralhas sólidas como na antiguidade.

Um sem fim de antecedentes

A interminável história dos ataques israelitas contra o sul do Líbano não pode ser descrita em poucas linhas. Tão pouco podem os dados estatísticos dar

uma ideia nítida dos danos humanos, morais e materiais causados durante anos aos habitantes da região. Basta dizer que a partir de 1967 os bombardeamentos, os alarmes, a destruição e a insegurança tem sido o pão de cada dia da vida de uma população que agora, em 1978, continua resistindo a deixar os seus lares e hortas apesar do êxodo de muita gente ter contribuído para a situação desoladora existente na zona.

Mais do que descrever com frios dados esta tragédia prolongada é importante captar, através de algumas resenhas, a reacção que a interminável lista de atentados provocou na opinião pública.

Por exemplo, no dia 15 de Maio de 1968, o jornal *Le Monde* comentava a propósito do ataque israelita à aldeia libanesa de Houleh: "O presente ata-

Libano que adquire importância na medida em que parece confirmar a informação procedente de Beirute e Nova York no sentido de que o governo de Eshkol quer utilizar os mencionados incidentes para provocar certos "ajustamentos de fronteiras" que o Estado israelita não logrou fazer mediante a expansão e anexação de territórios na guerra de Junho."

Durante 1968 os ataques ao Libano foram numerosos. O mais importante registou-se em Beirute onde treze aviões civis estacionados no aeroporto de Beirute foram destruídos pela força aérea israelita. Já desde então o governo norte-americano começava a sua série de inúteis advertências para Israel não provocar os seus vizinhos.

Também as demais potências protestaram mas isso não impediu que em princípios de 69 os aviões israelitas violassem em repetidas ocasiões o espaço aéreo do Libano. No dia 16 de Março daquele ano uma patrulha de infantaria penetra na aldeia de Blinda e ataca com morteiros Kfar Shuba; outras patrulhas colocam explosivos em casas situadas perto da fronteira.

Em Agosto deste mesmo ano aviões israelitas bombardeiam a região de Hasbaya. Caem bombas de napalm sobre a população civil. As Nações Unidas interveem e condenam unanimamente os ataques. No entanto estes continuam a suceder-se até o fim do ano. Frente aos protestos do governo libanês, Moshe Dayan dá um conselho: dêem uma olhadela para as fronteiras jordana e egípcia para terem uma ideia do que pode acontecer no sul do



O F-15 é o mais moderno avião de combate norte-americano. Foi fornecido ao Estado de Israel e celebrou o seu baptismo de fogo sobre as aldeias do sul do Libano.

Libano se se atreverem a constituir uma ameaça para Israel.

«Acções preventivas»

Durante 1970 a parte meridional do Libano foi castigada com especial insistência. Em Janeiro daquele ano aparece no *Le Monde* uma das teorias justificativas que mais frequentemente usariam os israelitas para explicar os seus ataques: "a maioria dos israelitas (54,1 por cento) estão a favor das acções preventivas contra o Libano antes de que os comandos palestínios se consolidem nas suas fronteiras." Com efeito, muitas das agressões fizeram-se em nome das tais acções preventivas.

Além dos ataques armados os israelitas ocuparam temporariamente aldeias e regiões inteiras. Foi o caso de Beit Lif, no mês de Setembro. Também realizaram sequestros de civis arrancados das suas próprias casas e destruíram aldeias. Nessa época mais de 25 mil pessoas da região de Arkoub empreenderam o êxodo rumo ao norte.

O pretexto israelita em cada ocasião foi mais ou

menos o mesmo: a destruição de bases guerrilheiras. Mas em muitas ocasiões a única prejudicada foi a população civil libanesa. Um dos exemplos mais evidentes foi o ataque contra Sarafand, denunciado perante as Nações Unidas em Janeiro de 1971. O citado povoado está a mais de 30 km da fronteira, mas até lá chegaram os helicópteros as forças navais israelitas para realizar uma matança entre a população local.

O Conselho de Segurança recebeu a denúncia de nove agressões registadas somente entre os dias 9 a 29 de Junho de 71. Isso não foi obstáculo para que Israel seguisse lançando ataques durante o resto do ano. O embaixador libanês nas Nações Unidas, Edouard Ghorra, iniciou o ano de 72 com mais protestos contra as agressões israelitas. Em Fevereiro de 72 o Conselho de Segurança das Nações Unidas pede a Israel que desaloje as suas tropas do território libanês. Nesta ocasião os israelitas já contam com três estradas estratégicas para dirigir as suas operações no território do país vizinho. O Arab Report and Record de Abril de 71 diz que os israelitas "estabeleceram 15 postos de observação no território libanês desde o Mediterrâneo até ao Monte Hermon".

Em Junho deste mesmo ano Israel ataca Hasbaya matando e ferindo muita gente e capturando prisioneiros. Ygal Allon, vice-primeiro ministro declara que a matança havia obedecido a um erro técnico. Em Setembro regista-se a maior agressão desde a guerra de 1967. Os bombardeios chegaram até Beirute. Neste



Uma patrulha conjunta palestina progressista; guerrilheiros da Al Fatah e os milicianos libaneses nasseristas (Mourabitoun).

mesmo mês um tanque israelita esmaga literalmente um automóvel com seis passageiros dentro; uma família inteira cujos filhos menores não transportavam documentos para circular pelas estradas do seu próprio país.

As violações do território libanês sucedem-se com tal frequência que um editorial do *Le Monde* afirmava, no dia 11 de Abril de 73: "As forças armadas israelitas arrogaram-se o direito de intervir em todas as partes do Médio-Oriente e particularmente nos países limítrofes..." O governo de Israel deveria saber que não pode viver eternamente à sombra das baionetas. Tal estado de coisas cria uma frustração nos países vizinhos."

O editorial referia-se a uma das operações mais violatórias e incríveis da longa história de agressões: na noite do dia 10 de Abril um comando israelita chega por mar até às praias de Beirute, penetra na cidade e surpreende no sono nas suas próprias casas vários "líders" da OLP e familiares os quais metralha indiscriminadamente.

Destruição sistemática

Novas advertências da ONU, novos ataques, seqüestros e invasões em resposta. Em Janeiro de 74 podia ler-se nas páginas do *The Economist*: "Os ataques ao sul do Líbano deixaram aldeias destruídas,

civis mortos e uma atmosfera de medo imperante. Os aldeões correm para as igrejas e mesquitas durante a noite para se protegerem e os camponeses temem ir para as suas hortas."

Entre Abril e Maio de 1974 a destruição do sul libanês é sistemática. Somente numa incursão os israelitas usam 39 "Phantoms", "Mirages" e "Skyhawks" contra as cidades de Tiro, Sidon, Nabatieh, Souk el Ghard e Rachaya el Fukar. Os jornais trazem abundantes informações sobre raids, ataques e incursões também durante todo o ano de 1975.

Algumas das incursões têm objectivos bem determinados outras não. Entre

Líbano as primeiras muitas foram planeadas para destruir estradas, pontes, linhas telefónicas e eléctricas, etc. Entre as segundas está a destruição de conjuntos de casas sem averiguar o tipo de população que as habita.

Em Maio de 75 registaram-se inclusivamente choques directos com o exército libanês. Também por estes dias um comando sequestrou oito civis libaneses e levou-os para Israel. Em Agosto os bombardeamentos dos campos de refugiados no Tiro causam verdadeiros massacres. Nesta ocasião os ataques são efectuados por ar e pelo mar.

Em Novembro de 1975 aparecem na imprensa notícias sobre a construção por parte dos israelitas de diques de terra em pleno território libanês perto de Yarum onde Israel anexou extensos territórios. Os Estados Unidos vetaram, no fim deste ano, uma condenação do Conselho de Segurança por causa da alarmante frequência dos ataques israelitas.

Em 1976 a situação da zona tão profusamente devastada torna-se trágica com o recrudescimento da guerra civil. Concentram-se nela grande parte das forças palestino-progressistas e por isso torna-se o alvo favorito da direita. Israel aproveita-se da ocasião para lançar novas operações pelo sul. Inclusivamente nos momentos em que era mais óbvio o apoio prestado às malícias marronitas, os israelitas chegaram a qualificar de "operação preventivas" as suas agressões.

A atenção da opinião pública internacional concentrou-se em 1977 no conflito interno libanês e deu pouca importância às frequentes interferências israelitas no território meridional. Apesar dos israelitas, no dia 30 de Janeiro de 77, terem feito publicamente a promessa de não intervir contra as forças progressistas estacionadas no sul, no dia 30 de Março deste ano a artilharia abriu fogo contra a aldeia de Tiba em apoio a um ataque direitista. Muitas das batalhas contra os bastiões progressistas foram possíveis graças à intervenção do exército israelita. Um dos casos mais notórios foi o de Blint Jbeil.

Mais tarde os dirigentes israelitas nem sequer se preocuparam mais em mascarar a sua intervenção. Cabe ressaltar entre outras as declarações de Shimon Peres que disse que o futuro dos marronitas dizia respeito a Israel e por essa razão o governo os apoiaria. Este apoio não se limitou ao aspecto militar, incluiu o fornecimento de víveres, medicamentos, a abertura de fronteiras para intercâmbios comerciais, para a instrução militar, etc.

A paz não chega ao Sul

O fim da guerra civil não significou a paz para o Líbano. Isto vale sobretudo para a região sul, exposta aos ataques israelitas. Para estes, esta região é o refúgio dos palestinos por excelência, o que actual-

mente só é parcialmente verdadeiro.

A região agora está infestada de forças de paz, neutralizada pela intervenção de soldados árabes, sobretudo sírios e desmantelada pelos enormes êxodos dos últimos anos. Com motivos precisos (Maalot ou a recente operação guerrilheira entre Haifa e Tel Aviv), ou sem eles, o governo israelita julga necessário levar a cabo uma política de prepotência, pois supõe que só através do medo pode manter à distância os seus vizinhos. Mas não se pode esquecer que para além do clima de terror o Estado de Israel tem estado a promover permanentemente uma política de expansão. Este foi um dos pontos que causou maior discrepância nas negociações trilaterais Cairo-Washington-Tel Aviv.

A ocupação massiva como resposta à acção de um comando palestino justifica todos os temores. A operação de Israel transcende a simples represália. Pretende mostrar o seu poderio bélico, deixar clara a impunidade com que segue actuando e mesmo que não prolongue indefinidamente a sua presença no sul do Líbano servirá, pelo menos, para exercer fortes pressões em qualquer negociação com os árabes. Por agora não cabem dúvidas de que o panorama torna-se cada vez mais sombrio para os palestinos. O seu destino dependerá do empenho com que prossiga a sua resistência e do tipo de resposta que as forças progressistas deem a este novo acto de prepotência de Israel.

ISRAEL

As repercussões internas

Foram contraditórias as repercussões internas da agressão ao sul do Líbano. Por um lado o costumeiro triunfalismo belicista e expansionista, por outro, no entanto um fenómeno novo: o surgimento de um movimento pacifista que reuniu 40 mil pessoas numa manifestação em Tel Aviv.



A invasão do sul do Líbano teve efeitos contraditórios no interior do Estado sionista. Por um lado fez aparecer, como cogumelos depois da chuva, os defensores da colonização de mais esse território árabe conquistado, na sua óptica outra terra "libertada" pertencente ao Grande Israel.

Por outro lado, a investida militar de Begin desencadeou uma onda de descontentamento e dúvidas, nunca antes vista em Israel. Permitiu a um ultra-minoritário e incipiente movimento pacifista, que ninguém levava a sério, tornar-se um facto político, um dado novo, que passará a contar no intrincado espectro da crise do Médio-Oriente.

Ao libertar as forças destruidoras de uma nova "escalada", de mais uma aven-

Israel tura expansionista, Begin, perfeito aprendiz de feiticeiro, encontrou-se às voltas com reacções em cadeia múltiplas que devem ser definitivamente analisadas, pois terão uma crescente influência.

Até Istambul?

“Segundo a doutrina simplista do governo Begin (...) o objectivo da operação só poderia ser atingido caso o Exército chegasse até Istambul/”

— observava ironicamente ao *s.Le Monde*, um deputado da oposição trabalhista.

Esta observação jocosa — que dificilmente faria esquecer o facto dos governos trabalhistas terem sido os grandes promotores do expansionismo que agora a direita ultra-sionista do Likoud procura consolidar — retrata bem, não obstante, o estado de espírito vigente no gabinete Begin.

Ainda as aldeias libanesas fumegavam em escombros, e já se levantavam vozes para “saudar a libertação de terras que haviam pertencido aos judeus” — segundo as palavras de M. Groper, deputado do Likoud, que exigiu, numa reunião da comissão de defesa do parlamento, a anexação imediata de 330 hectares de terras libanesas, perto da região de Mettula.

Aliás se levamos em conta os “argumentos” costumeiramente utilizados pelo sionismo para anexar terras árabes podemos chegar à conclusão que é ainda mais fácil “justificar” o surgimento de eventuais colonatos naquela região do que no Sinai, por exemplo.

Se, por um passe de má-



Uma marcha do Goush Emounim (O Bloco da Fé): um militante armado de metralhadora leva as suas crianças para a Cisjordânia ocupada.

gica, a Cisjordânia transformou-se na Judeia e na Samaria nada obsta ideologicamente a que o sul do Líbano se veja reivindicado pelo sionismo como sendo a Galileia do Norte.

Já em 1920 Haim Weizman, o percussor do sionismo, assim escrevia para lord Balfour, ministro britânico dos Negócios Estrangeiros: “Fui informado que amanhã será decidida a sorte da fronteira norte da Palestina. Ouvi falar de um compromisso eventual segundo o qual o rio Litani será excluído da Palestina, o que privará o nosso país de um factor económico colossal. Suplico a vossa excelência para exercer até o último momento a vossa influência contra um semelhante compromisso.”

Nesta época a Inglaterra e a França, potências coloniais, respectivamente responsáveis pela Palestina e pelo Líbano, discutiam o traçado da fronteira entre ambos. O movimento sionista através das suas influências no governo britânico tentava obter que a fronteira fosse traçada poucos quilómetros ao sul de Sidon. Assim o rio Litani, as cidades de Nabatieh e

Tiro e todo o sul do Líbano deviam fazer parte — para o percussor do sionismo — do futuro Estado de Israel.

O surgimento da “Galileia do Norte” no mapa místico-político sionista não é portanto uma novidade. Nem podem constituir surpresa o facto dos movimentos Goush Emounim (O Bloco da Fé) e Grande Israel — que são a ponta de lança da implantação expansionista na Cisjordânia palestina, no Sinai e no Golan terem agora voltado os seus olhos para o recém-conquistado sul do Líbano.

Foi altamente sintomática uma pequena frase anterior à invasão dita pelo gen. Eitan, o novo chefe do Estado-Maior israelita, segundo a qual cinco aldeias marronitas libanesas haviam pedido “a sua inclusão no Estado de Israel”. (*Maariv* 19/11/77).

Um dado novo

Paralelamente a este sempre renovado fervor expansionista surgiu na sequência da invasão um outro tipo de reacção, de características bem diferentes.

No dia 1.º de Abril, cerca de 40 mil pessoas, na sua maioria jovens, realizaram na praça central de Tel-Aviv, uma manifestação “pela paz”. A iniciativa que partiu de uma comissão dos trezentos oficiais reservistas que recentemente haviam enviado um abaixo assinado a Begin, a protestar contra a sua política, obteve o apoio de numerosas comissões de estudantes dos liceus e universidades.

A afluência de massas sem precedentes surpreen-

PEACE NOW



O movimento pela "Paz Agora": um dado novo na política israelita.

deu os próprios organizadores. A volta de palavras de ordem como "Queremos a Paz", "A Paz é mais importante que o Grande Israel", "O futuro dos nossos filhos é mais importante do que o túmulo dos nossos antepassados", etc... a grande massa de manifestantes mostrou a sua oposição à política seguida por Begin.

Outra característica importante do movimento é o facto de ser autónomo em relação ao **Establishment** político sionista. Frente a um governo ultra-direitista e uma oposição trabalhista que promoveu quatro guerras e que, nos últimos tempos, tem inclusivamente assumido pontualmente posições "mais duras" que o próprio Begin, para tentar subtrair-lhe o eleitorado, o movimento pela paz desenvolve-se através de canais extra-parlamentares.

Na sequência da manifestação do primeiro de Abril passaram a organizar-se pi-

quetes frente à casa de Begin e de alguns ministros. A reacção do governo foi bastante furiosa chegando um dos membros do gabinete a afirmar que o movimento "tem odores de golpe de Estado Militar".

Os limites

Se o movimento iniciado pelo abaixo assinado dos 300 oficiais de reserva e pela manifestação do 1.º de Abril constitui indubitavelmente um dado inteiramente novo — num país onde até agora só se saía às ruas para pedir mais dureza ao governo e mais anexações de terras árabes — seria irrealista superestimar o seu alcance e não ver os seus limites.

O movimento conseguiu reunir uma base de massas que nunca foi obtida pela valente, mas muito isolada e cercada, esquerda israelita. Isto porque as posições

defendidas pela mesma esbarram no muro de fanatismo e intolerância exarcebado pela terrível engrenagem das acções desesperadas e das represálias, que criou uma verdadeira psicose de massas anti-palestina.

Não estaria muito distante da realidade afirmar que hoje uma boa parte da população de Israel assume em relação ao povo palestino atitudes semelhantes às dos que perseguiram os judeus na Europa.

Cruel paradoxo: hoje Israel mantém as melhores relações possíveis com o país onde ainda vivem os não poucos sobreviventes de quantos assassinaram 6 milhões de judeus — falamos da Alemanha Federal — e, ao mesmo tempo, pretende que um povo que não teve a menor responsabilidade no holocausto anti-semita da segunda guerra, pague o seu preço permanentemente.

Israel As forças de esquerda israelistas o Rakah, o Sheli e grupos menores como o Matzpen procuram provocar o despertar de uma população judaica marcada pelo racismo e pela intolerância para o ponto nevrálgico de todo o conflito: o problema nacional palestino.

A tarefa é ingrata, pois o reconhecimento dos direitos deste povo despojado implica o questionamento, a curto ou longo prazo, de uma série de tabus fundamentais do sionismo.

Por esta razão, o Rakah (PC de Israel) e outros grupos de esquerda menores debatem-se com enormes dificuldades. No caso deste primeiro a sua importância provém menos de uma força adquirida no seio da população judaica do que de uma adesão amplamente maioritária dos votantes da minoria árabe residente com direitos de "cidadãos de segunda classe" no Estado de Israel.

O recém-nascido movimento pela paz não parece ter definições claras sobre o aspecto crucial que é o problema palestino. A questão foi iludida nos discursos e nas suas vagas proclamações cujo leitmotivava sempre "evitar uma nova guerra com os árabes."

Um mal-estar evidente

A verdadeira história anti-palestina e anti-OLP suscitada por uma constante propaganda dos mass-media sionistas e exacerbada pelas acções de comando e sabotagem que provocam vítimas civis, como foi o caso da última operação

Protestos e repressão na Cisjordânia ocupada

Durante os sete dias da invasão do sul do Líbano ocorreram manifestações em diversas localidades da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. O comércio e as escolas entraram em greve, e em dezenas de locais as tropas de ocupação foram hostilizadas por manifestantes — na sua maioria estudantes dos liceus — que atiravam pedras e *cocktails molotov* e construíam barricadas com pneus incendiados.

A repressão das forças sionistas foi de uma ferocidade que chegou a provocar comentários cáusticos de publicações tão insuspeitas de simpatias pró-palestinas como a revista norte-americana *Time*. Segundo o semanário "(...) a investida israelita foi indiscriminada. De acordo com um diplomata ocidental, existia uma impressão generalizada de que não se via este tipo de repressão há anos, se é que alguma vez existiu".

Na localidade de Beit Jala (cerca de oito mil habitantes, a oito km de Jerusalém), tropas israelitas invadiram um liceu durante as aulas e atacaram os alunos com gases lacrimogêneos e golpes de matraca provocando dez feridos graves. Na vizinha aldeia de Beit Sahur, 26 estudantes foram presos dentro das salas de aula. Em várias localidades à volta da cidade de Ramallah (20 mil habitantes) todos os homens com idade superior aos 13 anos foram retirados das suas casas no meio da noite e obrigados a ficar de pé na rua durante várias horas.

A jornalista palestina Raymonda Taweel, que cometera o crime de fotografar algumas destas violências, foi presa por ordem do general Hagoel, governador militar israelita com base na lei de prisão *administrativa* que permite manter detido, sem julgamento, por tempo indeterminado qualquer "suspeito".

Esta escalada repressiva não impediu que continuassem as manifestações e a multiplicação das acções de resistência que estão a assumir formas cada vez mais ousadas. Segundo um telegrama da *France Press*, no dia 16 de Abril, quatro soldados pertencentes à guarda de fronteira — tropa de elite de mais de 2 mil homens que polícia a Cisjordânia — foram feridos quando o autocarro militar em que viajavam foi alvo de vários *cocktails molotov* atirados por manifestantes.



Soldados israelitas revistam as ruínas de uma aldeia do sul do Líbano; alguns se dizem cansados...

na estrada Tel-Aviv-Haifa, constitui evidentemente um formidável obstáculo para que estes sectores, que afirmam querer a paz, possam tomar consciência de que ela nunca poderá existir sem a solução do problema palestino.

Para uma população impregnada da ideologia sionista, de uma paranóia colectiva legada pelos anos de perseguição na Europa, por quatro guerras e por uma incessante propaganda belicista, é muito mais fácil pensar em termos de "solução final" para o problema palestino do que em termos de reconhecimento dos seus direitos.

Que o terrorismo industrial dos seus aviões e canhões crie cem vezes mais vítimas civis do que as acções de comando palestinianas, pouco importa. No seu modo de ver, é criminoso o guerrilheiro despojado da sua pátria, que morre junto com seus reféns, enquanto o piloto que despeja suas bombas de fragmentação sobre populações palestinianas e libanesas é um herói...

A invasão do sul do Líbano, no entanto, trouxe consigo factos novos também neste plano. Pela primeira vez sentiu-se dentro de uma opinião pública acostuada a apoiar incondicionalmente e a vibrar de

satisfação com toda e qualquer acção militar contra seus vizinhos — um certo sentimento de desgosto.

Facto inédito, esse sentimento chegou a reflectir-se na própria imprensa. O diário *Davar* fala da "Volta dos soldados cheios de amargura pelo que sucedeu aos habitantes da zona de combates". O *Jerusalem Post*, por sua vez, chega a dizer que Israel assumiu o papel de "Goliás a combater David". Um oficial de volta do sul do Líbano declarou ao *Davar*: "Estou cansado, moralmente cansado de tudo isso, cansado de ver o morticínio, as casas destruídas".



O reconhecimento dos direitos do povo palestino: a chave de todo o problema do Médio-Oriente.

O *Maariv*, por sua parte, critica violentamente as milícias marronitas chefiadas pelo "comandante" Saad Haddad, armadas e treinadas por Israel, afirmando que os seus soldados "se destacaram nos massacres de El-Khiyam, Maroun el Ras e Bent Jbail onde os falangistas mataram mais de 40 muçulmanos, inclusive mulheres e crianças."

Naturalmente, o que o jornal israelita não explicou foi que os quarenta fuzilados a curta distância pelos direitistas libaneses representaram apenas uma ínfima parte das duas mil vítimas civis, cuja grande maioria foi pulverizada pelos canhões e bombas do exército de Israel. De qualquer maneira, o evidente mal-estar numa imprensa — em geral 100 por cento conformista quando de guerrear os árabes se trata — não deixa de reflectir algo de novo.

Que perspectivas?

A manifestação do 1.º de Abril em Tel-Aviv repre-

senta apenas uma pressão pontual de um sector mais realista da opinião pública, que visa levar Begin a abrir mão de alguns aspectos extremos do seu fanatismo religioso para facilitar a capitulação definitiva de Sadat e a "paz em separado" com o Egipto? Ou representa, ainda que confusa, parcial e hesitantemente, uma brecha no espírito belicista e expansionista que vem envolvendo a população israelita; um primeiro passo, ainda que tímido, em direcção a uma paz justa?

O mais provável é que contenha elementos de ambos. A curto prazo, é evidente que tende mais para a fórmula tentadora de uma maior flexibilidade para com Sadat e os conselhos da administração Carter. Existem indícios que os EUA gostariam de ver Begin substituído por um indivíduo um pouco menos fanático e mais flexível, que poderia ser o actual ministro da defesa Ezer Weizman.

Nesta perspectiva, um movimento deste tipo, que desgastasse Begin sem favorecer demasiado a oposi-

ção trabalhista — que continua muito desacreditada pela corrupção e pelos escândalos dos seus últimos anos — e abrisse caminho para um gabinete de união nacional chefiado por Weizman, corresponde, sem dúvida, aos anseios dos EUA (e às preces de um Sadat cada vez mais apavorado).

No entanto, mesmo um governo, mais flexível, capaz de chegar a um acordo com Sadat, dificilmente poderia oferecer a paz aos que a pedem. Isto porque — a recente invasão do sul do Líbano o reafirmou mais uma vez — a chave do conflito não está nas mãos de Sadat. Só haverá paz quando os direitos do povo palestino forem restabelecidos mediante uma solução realista mas satisfatória, que nunca poderá ser menos do que o restabelecimento da soberania palestina sobre uma parte do seu território usurpado.

Enquanto isto não ocorrer a guerra continuará, no Líbano, em Israel, na Cisjordânia e Gaza ocupadas. Por esta razão, um movimento pela paz em Israel será forçado, mais cedo ou mais tarde — se realmente tiver a paz como perspectiva — a lancetar o abcesso que infecta todo o Médio-Oriente e gangrena qualquer perspectiva de solução pacífica, infectando de guerra os países vizinhos: o não reconhecimento da existência do povo palestino e da sua única representante legítima, a OLP; a não aceitação dos seus legítimos direitos de povo oprimido e despojado.

Marcelo Dias

QATAR

Nem só de petróleo vivem os árabes

*O esforço de industrialização de um pequeno país do Golfo Árábico
com cerca de 150 mil habitantes
e que no passado foi um importante eixo comercial
entre o Ocidente e o Oriente.*

Cláudio Colombani

As esperanças de Qatar em transformar-se num país industrializado moderno começam a ser uma realidade com o próximo complexo siderúrgico, já em marcha, em Umm Sa'eed, a 45 quilómetros da capital, Doha.

**Das pérolas ao
ouro negro**

Qatar é um país da costa ocidental do Golfo Árábico. É formado por uma península e uma série de ilhas, das quais a mais importante é Halul. Cerca de 150 000 habitantes distribuem-se numa área de 22 mil quilómetros quadrados, e a maior parte vive em Doha, sua capital.

Desde tempos remotos, Qatar foi um ponto importante na principal rota comercial entre o Oriente e o

Ocidente. Porém, a influência estrangeira só se fez sentir no século XVI, quando os portugueses fundaram pequenas colónias situadas na zona do Golfo. O período que se seguiu foi marcado pelo domínio inglês colonial, que conseguiu dominar o Golfo e Qatar até ao século XVIII.

Antes do petróleo, a riqueza de Qatar, assim como as dos Estados vizinhos do Golfo, estava baseada em pérolas. Essa região era famosa em todo o mundo pela quantidade e qualidade das suas pérolas. No seu auge, em princípios deste século, o Golfo Árábico extraía mais de metade da produção mundial de pérolas. Pensava-se que nesta região existiam 3500 embarcações de pesca de pérolas, das quais pelo menos 25 por cento pertenciam a Qa-

tar. Depois das pérolas veio o petróleo: em princípios de 1940 o primeiro poço começou a produzir.

**O plano decenal de
desenvolvimento**

Em 1 de Setembro de 1971, pacificamente, Qatar é proclamado país independente. Em princípios de 1972, o Sheij Kalifa ben Hamad al Thani, no seu pequeno golpe palaciano substituiu seu primo no governo.

Um ano depois de al Thani tomar o poder, Qatar já recebia 410 milhões de dólares por concessão de venda de petróleo. Esta soma passou a totalizar 2 milhões de dólares em 1976.

Porém, a preocupação principal do Emir de Qatar foi, desde 1972, acelerar a

Qatar industrialização do país e reduzir no máximo possível a dependência da sua economia no respeitante ao petróleo. Foi nesse sentido que al Thani lançou o plano decenal de desenvolvimento.

Em Junho de 1975, o Emir de Qatar declarou ao "Le Monde" que o seu regime estava a tratar de garantir o futuro económico do país estabelecendo uma forte base industrial. Segundo esse plano, o Emir quer reduzir gradualmente a dependência do petróleo e procurar outras fontes de investimento: "Somos responsáveis pelas gerações futuras", afirmou. Mas Qatar está decidido a levar a cabo a industrialização sem produzir a "degeneração moral" que apareceu nalgumas sociedades industrializadas. "Nós concerteza podemos assimilar novas técnicas e métodos de industrialização sem perdermos o nosso carácter nacional", concluiu al Thani.

Apesar de tão bons desejos de Qatar, as técnicas e os métodos de industrialização são propriedade das multinacionais, que encontraram no antigo país de exportação de pérolas, um paraíso para os seus investimentos.

A industrialização

Em Junho de 1975 a empresa norte-americana Midrex Corporation estabeleceu um contrato de mais de 30 milhões de dólares para construir uma base de produção de aço em Qatar. Faz parte do complexo siderúrgico que, custando cerca de 250 milhões de dólares, está sendo construído em Uma Seed pela empresa japonesa Kobe

Steel. O complexo em breve começará a operar para um total anual de 400 mil toneladas de aço.

Uma Seed especializar-se-á na produção de varas de aço para reforçar o betão armado. Fará face às necessidades nacionais deixando um excedente para a exportação. Isto converterá Qatar de comprador em vendedor de aço.

O novo complexo faz parte do plano decenal para canalizar os excessos provenientes do petróleo (que em 1977 somavam 80 por cento do investimento nacional) com o fim de impulsionar um desenvolvimento real, com uma economia mais sólida, baseada nas indústrias pesada e química.

O regime de Qatar espera que a Indústria do aço de Umm Saeed atraia investimentos estrangeiros nas áreas da petroquímica, cimento e fertilizantes. O aço bruto para a fundição será em princípio, importado do Brasil, Suécia e Austrália, e as limalhas de metal importar-se-ão de outros países.

O projecto total é incrementado por uma companhia de aços de Qatar que foi criada em 1973 através de um acordo assinado entre o Governo e as companhias japonesas Kobe Steel e Tóquio Boyiki. O governo de Qatar tem 70 por cento de participação no capital, enquanto que os sócios citados têm 20 por cento um e 10 por cento outro.

A Kobe Steel administrará o complexo durante os seus primeiros cinco anos, enquanto que a Tóquio Boyiki deverá ocupar-se da exportação e venda da produção.

Em princípios do ano passado, a Companhia Società Italiana Resina obteve um contrato para a montagem de um novo estabelecimento de dessalinização em Ras Abu Fontas, perto de Doha, que deverá produzir 22 500 metros cúbicos de água doce por dia.

Vinculado com o projecto anterior, em Março de 1977 a empresa italiana Fiata Termomecânica Nuclear e Turbo Gás, foi seleccionada pelo governo de Qatar para a provisão de equipamento para a central eléctrica de Ras Abu Fontas, que está destinada à produção combinada de energia eléctrica e de água potável obtida pela dessalinização da água do mar. O valor do contrato adjudicado à empresa italiana, integrante do grupo que encabeça a companhia Automotriz Fiat, é de quase de 8 milhões e meio de dólares.

O futuro

O Ministro do petróleo de Qatar, Sheij Abdel Aziz ben Kalifa al Thani, declarou em fins do ano passado, que "há que planificar a produção para reduzir o excedente de petróleo no mercado mundial."

Qatar não anseia elevar excessivamente o ritmo produtivo do petróleo. De acordo com a opinião dos peritos, o país tem reservas petrolíferas só para os próximos 30 anos. É explicável que, perante esta situação, o governo de Qatar tente a industrialização do país para a diversificação da economia já que nem só de petróleo vivem os qatambes.

AMERICA LATINA

O Campeonato Mundial de Futebol e a Argentina real



*O Campeonato do Mundo da FIFA
converte-se num gigantesco espectáculo
que a Junta Militar argentina quer utilizar
para melhorar a sua imagem no exterior.*

*Porém, a tradição dos estádios de futebol na Argentina
é a de caixas de ressonância do descontentamento político.
Por isso o regime tenta afastar o povo argentino dos estádios
e monta um esquema de segurança
e «filtragem» de pessoas nunca antes visto
numa competição desportiva internacional.*

José Luís Alvarez

O futebol argentino nasceu no princípio do século e pouco a pouco ganhou a predileção popular e prestígio internacional. O seu maior êxito foi alcançado em 1930 quando do primeiro campeonato mundial, em Montevideo, no qual se classificou em segundo lugar atrás da equipa uruguaia.

Nos dois primeiros governos de Peron (1946-1955) o apoio oficial a este desporto (profissionalizado desde 1931) materializou-se no financiamento de grandes obras de infraestruturas. As apresentações internacionais chegaram a níveis nunca antes vistos. A selecção formada nestes anos conquistou, em 1957, o campeonato Sul-Americano disputado em Lima. A linha de ataque formada pelo trio Maschio, Angelillo e Savori deslumbrou o mundo... e logo foi devorado pelo futebol-empresa que ganhava terreno na Europa e que provocou um fluxo crescente dos melhores jogadores argentinos rumo aos clubes europeus. Esta hemorragia provocada por prémios e salários muito superiores aos que um país dependente pode pagar, foi aumentando com o passar dos anos e continua até hoje.

A privatização do desporto

Após 1955 o desporto voltou a ser uma questão privada na Argentina. Os governos sucessivos foram-se desinteressando pelo tema abrindo assim as portas para a sua exploração como um negócio. Ao mesmo tempo foi aparecendo uma filosofia que pretende "purificar" o desporto colo-

cando-o à margem da política.

Em nome desta pureza é que um campeão mundial do boxe profissional, Victor Galindez, aceita lutar na África do Sul (negar-se equivaleria a "fazer política") e equipas daquele país puderam realizar uma excursão pela Argentina.

Carlos Monzón, Guillermo Vilas, Carlos Reutman, os maiores nomes do desporto argentino destes últimos anos competem por suculentos prémios em dólares e as suas cores são as da Adidas, da Ferrari e de outras empresas multinacionais.

Videla joga futebol

A transformação dos desportos em negócios altamente lucrativos fez do futebol a sua presa mais lucrativa. Existe neste sentido uma grande diferença entre aquela primeira Copa Jules Rimet, praticamente amadora, de 1930 e os so-

listicados "shows" de agora.

Actualmente tudo é planeado em termos de espectáculo, na aparência a política não interessa. Por isso o presidente da FIFA, o brasileiro João Havelange, foi um dos principais promotores da realização do Mundial 78, na Argentina. O facto do país ser um pouco menos que um campo de concentração não afectou essa decisão, pois tratar-se-ia de uma "interferência política" que comprometeria a "pureza" do certame.

Chama a atenção porém o facto da ditadura militar argentina ter entrado no negócio para obter benefícios próprios. Não se trata neste caso de benefícios económicos. O Secretário das Finanças Juan Alemann ressaltou que o custo do Mundial é um péssimo negócio. Porém, o vice-presidente do EAM (Entidade Autárquica Mundial 78), capitão Carlos Lacoste afir-



O Mundial 78, visto pela revista Afrique Asie.



As rugas fazem parte do dia-a-dia...

mou que existem "considerações políticas" que assumem prioridade em relação à necessidade de adequar os gastos oficiais às exigências coercivas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Então será que o desporto volta a ser na Argentina um "assunto de Estado", como em décadas passadas? Nada disso. Se o salário mínimo de um trabalhador argentino é de 50 dólares por mês e a entrada mais barata custa seis dólares, fica evidente que não há interesse numa política de "pão e circo".

O que existe é a decisão de fabricar uma imagem da Argentina como país feliz e pacífico. Mais do que um investimento no desporto — que continua a ser para a ditadura uma questão que pertence à livre empresa — existe um gigantesco investimento publicitário, destinado ao consumo externo. Para — conforme assinala a

informação da Burson Marsteller — lavar o rosto negro do videlismo.

Uma «imagem progressista»

No chamado "Programa de Comunicações Internacionais para a Argentina", datado de Outubro de 1976, a agência sintetiza assim as conclusões de uma pesquisa: "se tivéssemos de empregar uma única palavra para descrever a atitude da maioria das pessoas inquiridas pela Burson-Marsteller sobre a Argentina essa palavra seria precaução".

Agrega logo em seguida, sob o sub-título "Se Requer uma Nova Imagem": (...) "é evidente que o governo de Videla deve projectar uma nova imagem progressista e estável através do mundo" — e assinala mais adiante — "os assuntos de terrorismo, dos direitos humanos, o alegado anti-semitismo, a repressão e o isolacionismo devem ser relegados para um repouso se a Argentina conseguir ocupar a sua legítima posição no mundo". O esforço neste sentido deve "ser visto da mesma maneira que qualquer programa de comunicação social que seja empreendido para ajudar a moldar e mudar a opinião mundial sobre a Argentina".

Seguramente existe uma decisão baseada na sugestão da Burson-Marsteller de concretizar o "repouso" até que termine o Mundial. Porém a ditadura simplesmente não consegue controlar o seu mau génio como o demonstram os 60 mortos da penitenciária de Villa Devota, no dia 4 de Março.



Argentina real

"Trata-se de uma guerra, que é um acontecimento tremendo. Nela existem os sobreviventes, os feridos, os mutilados, os mortos e às vezes os desaparecidos." — esta declaração do Tenente General Jorge Rafael Videla, presidente da Argentina, foi feita para os correspondentes estrangeiros que lhe perguntavam porque uma nuvem de terror invadira os céus do país.

Desde que a Junta Militar tomou o poder no dia 24 de Março de 1976 um milhar de militares ocupa toda classe de cargos públicos, desde os ministérios nacionais e governos de províncias até a chefia de municipalidades e pequenos povoados; os cargos de intervenção nos sindicatos e nas empresas estatais, a Comissão de Assessoramento Legislativo que substituiu o Parlamento dissolvido, as comissões encarregadas de devolver aos seus proprietários as empresas que haviam sido nacionalizadas e, naturalmente, a Entidade Autárquica encarregada de organizar o Mundial 78.

A Argentina real passou

Argentina

a ser o cenário de um dos dramas mais cruéis do mundo inteiro. Ultrapassam a cifra de 8 mil as pessoas assassinadas. Além dos cerca de 6 mil prisioneiros ainda nos cárceres "oficiais", existem entre 5 e 7 mil nos campos de concentração das três armas enquanto outros 1500 ou 2000 são — segundo a expressão de organismos internacionais imparciais — "prisioneiros mantidos em dependências da polícia e centros clandestinos de detenção, em regime de interrogatório ou guardados como réfens não reconhecidos".

Apesar disso tudo a Argentina será a sede do Mundial 78. Quando se der o pontapé de saída haverá mais mortos, desaparecidos e torturados. O índice da inflação será ainda maior, haverá mais fábricas fechadas, continuará a descer o salário.

Um espectáculo para os ricos

O alto preço das entradas impedirá que o grosso da população assista ao mundial. Isso é um duro golpe para os argentinos que neste aspecto sempre desorientaram os sociólogos inclinados pelo lugar comum. Muito se fala do Futebol como "factor alienante". Porém na Argentina ocorre o contrário. A cancha (estádio) costuma a converter-se em caixa de ressonância do descontentamento social, combinado com o profundo fervor desportivo. Nas tribunas sempre se une o alvoroço do "Gooooooolo" com expressões de descontentamento contra os regimes militares, o imperialismo e a política

oligárquica, gritados em engenhosos estribilhos ao compasso da marcha: "Los Muchachos Peronistas".

Poucos porém poderão dar alento à sua equipe de listas azuis e brancas. "Esse é um espectáculo que pode ser considerado para os ricos — explica um dos organizadores — porque é a melhor partida do mundo. O Mundial não é nem de pão nem de leite. Não é um alimento de primeira necessidade. O Mundial não é um desporto é um espectáculo montado". Talvez seja este o motivo pelo qual só se venderam até agora cerca de 18 por cento das entradas.

Os olhos do Mundo

É megável que os olhos do mundo estão postos na Argentina. A Junta Militar conta com a chegada de centenas de desportistas, dezenas de milhares de assistentes e numerosos jornalistas. Pensa que os crimes cometidos cairão no esquecimento quando os ecrãs de televisão mostrarem os estádios a centenas de milhares de telespectadores.

Por deformação profissional os publicistas costumam acreditar na onnipotência dos seus instrumentos e a Burson-Marsteller convenceu os governantes que — graças a um contrato de vários milhões de dólares e o emprego de várias e subtis formas de suborno dos jornalistas — podem criar a desejada imagem de uma Argentina pujante tal como a máquina publicitária nazi propagandeou o rosto da "nova Alemanha" através das Olimpíadas de 36.

Porém a propaganda tem os seus limites. Que êxito

Quanto custará?

Em Fevereiro passado, Juan Alemann, secretário das Finanças do governo argentino protestou amargamente por causa dos 700 milhões de dólares que o país terá que gastar para realizar um Mundial que deixará somente 25 milhões de receita. O presidente da Entidade Autárquica do Mundial 78, general António Luis Merlo respondeu-lhe que a realização do campeonato era "uma decisão política da junta militar". O vice-presidente deste organismo, o contra-almirante Carlos Lacoste explicou melhor ao perguntar: "Quanto custa em dinheiro demonstrar que Buenos Aires é a capital da Argentina, e quanto custam cinco mil jornalistas a informarem o mundo sobre a realidade argentina após a terem visto?"

Lacoste terminou filosoficamente o seu raciocínio dizendo que um problema deste tipo não poderia ser medido porque "é uma decisão política e a economia é uma variante da política".

Trata-se de uma variante cara, não para Alemann, é claro, mas para o povo que deverá pagar o défice de 675 milhões de dólares, para que os seus verdugos apareçam ao mundo como benfeitores.



Um "guarda-redes" da Junta Militar...

teria em Israel uma campanha destinada a mostrar o "lado humanitário" de Adolfo Hitler? Na Argentina já não existem núvens de fumaça capazes de ocultar a realidade.

Os porta-vozes governamentais afirmam com segurança que "a disputa do Mundial terá lugar na Argentina na data prevista mas não negam que "se tivessem lançado um boicote ao acontecimento há seis meses teriam tido possibilidades de êxito".

Os primeiros a compreenderem a importância política desta competição foram os suecos selecionados para o mundial. O partido social-democrata de Olof Palme promoveu um debate parlamentar sobre o tema e criou-se um Comitê de Boicote. Na Holanda vários jogadores de futebol interrogaram-se publicamente sobre a oportunidade de ir jogar futebol num país onde a tortura é um meio de governo.

A Amnesty Internacional publicou um folheto destinado aos assistentes que acorrem ao país. A capa leva uma legenda inocente "Argentina, Copa do Mundo de Futebol" e uma fotografia das cataratas do Iguazú. No seu interior informa-se, entre outras coisas, sobre os campos de concentração de prisioneiros políticos com mapas "turísticos" da sua localização em diferentes províncias.

Em Paris, Jean Paul Sartre, Yves Montand, Louis Aragon, Simone Signoret, Juan Goutisolo e outras personalidades advertiram que "a equipa francesa jogará a 800 metros de um lugar onde se aplicam toda a classe de torturas" (A tristemente famosa Escola Mecânica da Armada que fica ao lado do estádio do River Plate).

O pintor francês Marek Halter prota gniza uma in-



tensa campanha contra o mundial e declara "Tinha que se romper a indiferença e mostrar que se podem mobilizar as consciências fora do marco dos partidos políticos". As suas palavras tiveram grande repercussão na Europa. O senador Edward Kennedy pede "medidas drásticas contra os governantes da Argentina". Uma hora de duração tiveram os programas de televisão que a Holanda, Bélgica e Suíça dedicaram ao caso. O líder socialista francês François Mitterrand pediu o "restabelecimento das liberdades democráticas na Argentina".

Toda esta avalanche de opiniões conduz a que cada jornalista desportivo seja um detector de mentiras e uma testemunha para contar posteriormente o que viu e escutou ou como o impediram de ver e escutar.

É por isso que o Movimento Peronista Montonero — a principal organização opositora argentina — agradeceu todas as manifestações de solidariedade para com o seu povo mas não apoiou a campanha de boicote. Pelo contrário, numa conferência de Imprensa realizada no México, os Montoneros deram a co-

Argentina

nhecer a sua própria "Comissão Especial Mundial '78", que funciona na Europa e na América. Miguel Bonasso, secretário de imprensa do movimento deu a conhecer o seu propósito de "não criar obstáculos à realização do Mundial para que os olhos do mundo se fixem na Argentina e ob-servem com imparcialidade a tragédia que sofre o nosso povo".

Ernesto Jauretche, da Secretaria de Relações Exteriores desmentiu "que os Montoneros sejam uma organização terrorista. Somos — disse — uma organização

de massas que desenvolve uma acção pela democracia, pelo império da justiça e da liberdade na nossa pátria".

Silvia Berman, do Ramo de Profissionais e Artistas, afirmou que o Estado é "o verdadeiro terrorista" advertindo que é possível que as próprias autoridades criem obstáculos à realização do Mundial, pois certamente poderia mostrar ao mundo "o carácter sangui-nário da ditadura".

Os representantes Montoneros acrescentaram que "o facto de não nos opor-mos à realização do mun-

dial não significa que acei-taremos passivamente a forma pela qual o governo militar pretende realizá-lo. Impõe-se uma vasta tarefa de esclarecimento interna-cional". E concluíram: "cada espectador do Mundial será uma testemunha da Argentina real".

Enquanto isso em panfle-tos que circulam em Buenos Aires, o Movimento Peronista Montenero sintetiza numa palavra de ordem o sentimento popular em relação ao futebol e à ditadura: "ARGENTINA CAM-PEON! VIDELA AL PA-REDON!"



O "Gauchito" oficial do Mundial e o contra-emblema proposto pelos Montoneros.

As entradas

Comprar uma entrada para um jogo de futebol sempre foi muito simples. Bastava chegar junto ao *guichet* e pagar a importância necessária. Entrava-se no estádio mostrando o bilhete.

Para os argentinos, porém, o Mundial será uma verdadeira odisseia. A peregrinação começa no *Banco de la Nación*. Só se pode comprar uma entrada por pessoa, e para fazê-lo, é necessário mostrar o cartão de identidade. Se o cidadão também quer entradas para a sua esposa e filhos deverá provar a existência do vínculo familiar, apresentando mais documentos.

Se o interessado cumprir todos esses requisitos e pagar à vista seria de supor que recebesse a entrada. Mas não é assim. Recebe tão somente um recibo provisório que poderá trocar por uma entrada seis semanas antes do início do campeonato. Poderia-se dizer, pelo menos, que teria entrada assegurada. Mas não é bem assim. Esse privilégio somente é alcançado no capítulo seguinte. Isso porque até 50 dias depois da compra existe a possibilidade de receber uma chamada do Banco para "tramitações complementares".

Neste período, os dados do candidato tiveram tempo de ser processados pelos computadores dos serviços de informação, que podem individualizar em poucos segundos cada um dos assistentes às partidas — com nome, documento de identidade e domicílio — e exercer represálias contra pretensos instigadores de qualquer incidente ou vaia às autoridades.

Os assistentes peruanos deverão tomar precauções especiais para que ao alentarem a sua equipa, o grito de PE-RU/ não seja confundido por alguns dos milhares de agentes de segurança presentes — uniformizados ou a paisana — com a subversiva evocação de PER...ON!

PANAMÁ

As armadilhas do tratado

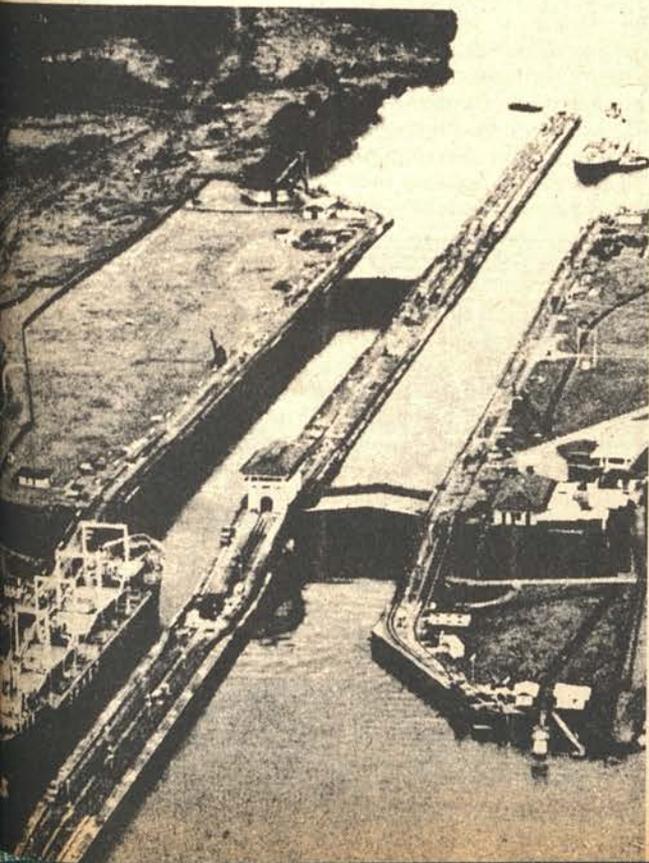
As ameaças que pairam sobre esta república centro-americana que luta para restaurar a soberania plena sobre o seu próprio território. Os bastidores da polémica sobre o tratado, no senado norte-americano. A verdadeira estratégia dos EUA com relação à questão do canal.

Paulo Cannabrava

O Panamá atravessa uma crise política das mais difíceis e delicadas desde que começaram as conversações com os Estados Unidos que culminaram com a assinatura de novos tratados sobre o canal.

Em Junho do ano passado afirmávamos no n.º 13 de Cuadernos del Tercer Mundo, que o que perseguia Carter, mais do que um novo tratado, era a derrocada de Omar Torrijos. No entanto, os acontecimentos tomaram outro rumo, e Carter deu ao mundo uma imagem de sinceridade nos seus esforços e declarações a favor de uma ratificação dos tratados.

Mas com o tempo foi-se descobrindo que a estratégia dirige-se, na realidade, para outros objectivos: derubar Torrijos e fazer a aprovação dos tratados.



«Eliminar um foco de tensão e um ditador de esquerda»

A aprovação dos tratados é importante para os Estados Unidos por várias razões, sobre as quais muito se tem falado. Um documento do Pentágono descreve claramente, o obsoleto que resulta do custo do aparato militar defensivo do Canal, face às armas estratégicas modernas. O Departamento de Estado considera vital para inaugurar uma nova política face à América Latina a eliminação do foco de tensão que constitui o enclave da chamada "Zona do Canal".

Carter, por sua vez, com o fim de criar uma nova imagem que supere a crise moral e devolva a confiança das massas relativamente às instituições, está empenhado em "redemocratizar" a América Latina sob a bandeira dos Direitos Humanos. Descolonizar o Panamá e desembaraçar-se de um governante que sectores de opinião pública chamam de ditador (mas que na verdade é uma ameaça para a direita norte-americana, pelas suas tendências de esquerda), são cartas que encaixam perfeitamente nos objectivos de criar para o "Mundo, Trilateral" uma nova imagem do capitalismo.

A estratégia de desestabilização

A 7 de Setembro do ano passado, Carter e Torrijos assinaram dois tratados: o de Neutralidade, que é favorável para os Estados Unidos, e o da Descoloni-

zação, favorável ao Panamá.

Apesar dos esforços propagandísticos da Casa Branca, a assinatura dos tratados foi, para a opinião pública mundial, uma grande vitória diplomática do Panamá sobre a potência que pretende ser a força hegemónica no hemisfério. Diversos sectores políticos norte-americanos alarmaram-se com o que podia vir a ser interpretado como debilidade norte-americana e forçaram Carter a obter novas concessões. Torrijos cede, mas o "Memorandum de Entendimento", negociado dias depois pelos Chefes de Estado, não altera no seu espírito ou na forma o que já havia sido acordado.

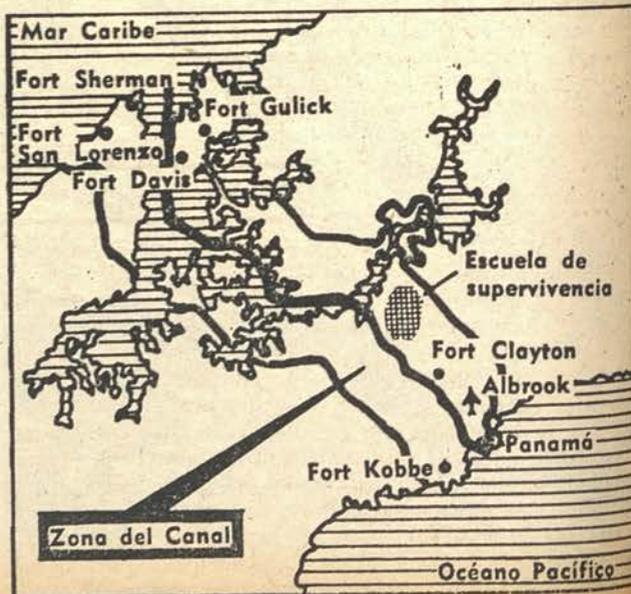
Quando Torrijos volta ao Panamá e declara publicamente que, se é necessário, está disposto a assinar o "Memo Entendimento", isso interpreta-se como fruto de acordos com Carter, segundo o qual este Memorandum seria uma carta a ser jogada mais adiante, pa-

ra evitar a introdução de emendas que poderiam alterar a forma e o conteúdo dos contratos.

O plebiscito realizado no Panamá, ao aprovar por maioria de dois terços os tratados, consolidou Torrijos e as suas posições frente às massas panamianas. Para a direita norte-americana isso foi motivo de grande frustração.

Ao debater no Senado norte-americano a ratificação dos tratados, o centro das discussões não são os documentos, mas Torrijos. "Descobrem" assim um irmão contrabandista, e comunistas em todos os seus ministérios. Discute-se a amizade de Torrijos com Fidel Castro, a possibilidade de que as tropas cubanas actualmente em África sejam chamadas a proteger o Canal depois do ano 2000, a ameaça soviética, o perigo do comunismo no Panamá.

Para certos senadores, uma política externa que empola a defesa dos Direitos Humanos é incompatí-



vel com a entrega do Canal "a um ditador". Já não há dúvida hoje, que desde então, já estava em marcha uma nova etapa da estratégia norte-americana; a desestabilização do Governo de Torrijos.

O direito à intervenção

Na sexta-feira, 17 de Março, o Senado norte-americano aprovou a resolução sobre o tratado de Neutralidade. Este, além de introduzir duas emendas, contém reservas e adendas que dão uma interpretação unilateral ao Tratado e que são terrivelmente desfavoráveis para o Panamá.

Apesar do que as emendas modificam, o Tratado, ao incorporar os artigos Quarto e Sexto do parágrafos do Memorandum de Entendimento, não foi considerado problema. Argumenta-se que o povo panamiano aprovou os Tratados com conhecimento do texto do Memorandum, e que, portanto, não seria necessário um novo plebiscito.

Mas não se pode dizer o mesmo sobre as reservas e adendas. Não se aclarou devidamente a força jurídica da resolução aprovada pelo Senado com a sua interpretação unilateral. Mas o mais sensato parece ser o pensar que a resolução senatorial incorpora-se no Tratado a ser aprovado.

A reserva particularmente grave é introduzida pelo senador Deconcini, que fala do direito unilateral dos Estados Unidos em intervir militarmente na defesa do Canal. Ao fundamentar o seu voto, Deconcini aclarou que este direito seria exercido independente-



O general Omar Torrijos

mente da natureza da ameaça: Uma greve, um problema interno do Panamá, até mesmo um problema provocado por catástrofes naturais. Por outras palavras, a resolução que assim se incorpora ao Tratado explicita o que antes estava implícito: o direito permanente dos Estados Unidos intervirem no Panamá.

A política do silêncio

Dos dias antes, quarta-feira, 14, em carta dirigida a Torrijos, Carter tentava convencê-lo de que as reservas — necessárias segundo ele para fazer passar o documento no Senado — não alteravam nem a forma nem o contexto do Tratado. As dificuldades que a aprovação do Tratado enfrentava no Senado foram amplamente explicadas ao Governo panamiano por

um enviado especial da Casa Branca, e é óbvio destacar de que aqui se seguiam com muita atenção as manobras senatoriais.

Torrijos respondeu a Carter que "o Panamá não aceitará nada que manche a dignidade da Nação". Rómulo Escobar, seu porta-voz e chefe da equipa negociadora panamiana, disse logo, ao anunciar-se a aprovação do Tratado de Neutralidade pelo Senado, que o documento é "potável".

Contradição ou disposição de seguir o jogo? Nessa mesma mensagem, Rómulo Escobar declara que o Panamá se pronunciará sobre os tratados só depois da ratificação do segundo documento pelo Senado, posto que o plebiscito panamiano aprovou ambos os documentos em bloco. O que se pretendia era não perturbar a ratificação do segundo pacto, o Tratado



E



Panamá de Descolonização, este sim, bastante aceitável para o Panamá.

O senador Deconcini tinha advertido, que recusar o primeiro Tratado implicaria a não aprovação do segundo. Em 11 de Abril, em reunião com os directores da Rádio, Carter manifestou que "qualquer declaração por parte do Panamá que provocasse consternação ou dúvida nas mentes dos senadores norte-americanos poderia pôr em perigo a ratificação do segundo Tratado.

O Panamá, por seu lado, já havia imposto a política do silêncio, da discrição. Neste âmbito, limitou-se a informar minuciosamente os países membros da ONU sobre as alterações introduzidas no Tratado.

As alternativas

A primeira reacção pública no Panamá foi, em geral, de perplexidade. Mas logo em círculos fechados — em círculos fechados — generaliza-se o sentimento de que as alterações do Tratado são inaceitáveis. Enquanto a direita acusa o Governo de trair o povo, a esquerda mantém-se como espectadora, ainda que sem esconder a sua preocupação pelo rumo que tomaram os acontecimentos.

Temerosos de que os estudantes pudessem ser motivados e realizarem manifestações, e que estas não só influíssem nos debates do Senado, como também gerassem tensões imprevisíveis no país, o Governo alongou por três semanas as férias de fim de ano.

As primeiras declarações públicas contra as alterações do Tratado de Neutralidade partiram da direita, depois de 7 de Abril. O

Partido Liberal e a Democracia Cristã, em comunicados afirmavam que, modificado, o Tratado dá aos Estados Unidos o direito permanente de intervenção, e que isso altera um princípio básico do texto original e que, portanto, é inaceitável para o Panamá. O Partido Panamiano manifesta-se seguidamente no mesmo sentido.

Porém, no último dia de Março, Torrijos reafirma, ao inaugurar o Congresso do Jornalistas do Panamá, que o seu Governo não se pronunciará antes de o Senado fixar a sua posição sobre os dois Tratados. Neste mesmo discurso o Chefe de Estado pede ao seu povo para pensar sobre as alternativas possíveis para o país frente a esta situação: "um mau Tratado com o regresso da oligarquia ao poder... o desfazer do Tratado com o Governo oligárquico... golpe de Estado...".

Em seguida, referindo-se às próximas eleições (em Agosto, renova-se a Assembleia com 505 representantes), informa que o seu Governo está disposto a aceitar alterações constitucionais que dêem poder legislativo real à Assembleia e poder de veto às nomeações de ministros e altos funcionários.

Implicitamente Torrijos ofereceu uma alternativa a mais: a do fortalecimento de um poder popular que garanta a descolonização e o aprofundamento do processo, válido tanto para poder enfrentar-se com um Tratado adverso, como para continuar as negociações no caso de que seja imperativo desfazê-lo.

A evolução dos factos gera uma situação sumamen-

te delicada para o Panamá. Há um problema jurídico-político e um problema espiritualmente político a superar.

Em primeiro lugar deve dar-se resposta a uma série de perguntas. Basicamente:

Qual é a força jurídica real das reservas e adendas contidas na resolução aprovatória? Tem essa resolução a mesma força que o texto do Tratado? Que força jurídica terão as reservas que eventualmente faça o Panamá da interpretação do senador Deconcini?

Se nos documentos finais que trocassem entre si, Carter e Torrijos reafirmassem o princípio da não intervenção contido no Memorando de Entendimento, qual é a força jurídica dessa reafirmação face às reservas do Senado?

Podem o Panamá recusar separadamente o Tratado de Neutralidade e aceitar o da Descolonização, baseado em que o Senado também votou separadamente os dois instrumentos? Há condições objectivas para lograr melhorar o de Neutralidade, no caso de que se voltar à mesa de negociações?

Se o Panamá não aceitar os Tratados e os denunciar à O.N.U., haverá condições objectivas para levar o Senado norte-americano a rever as suas posições? Aceitariam os Estados Unidos isso?

Esgotar as possibilidades pacíficas

Se estes problemas jurídico-políticos são difíceis, não são menos delicados os de natureza política. A tática do silêncio favoreceu a interpretação de que o go-

Manifestação
anti-norte-americana
na cidade do Panamá.

vemo se dispunha a aceitar o Tratado. O clima de perplexidade que se gerou foi ideal, para que tanto os grupos de direita como os da esquerda aparecessem com bandeiras nacionalistas e em defesa da dignidade nacional.

A unidade íntima, que Torrijos pôde manter durante o longo processo de negociações rompe-se e favorece a formação de uma frente de oposição.

Os grupos mais radicais apregoam que o Panamá deve recusar os tratados e partir para uma solução de confrontação insurreccional, já que moralmente os Estados Unidos não teriam como justificar um massacre, depois de eles mesmos terem tornado inaceitável um instrumento que já na sua versão original era desvantajoso para o Panamá.

Torrijos não afasta completamente esta hipótese, mas tem insistido em que haveria que esgotar todas as vias pacíficas. Recentemente recordou um conselho do Marechal Tito no sentido de que há que deixar bem claro ao mundo que se esgotaram todas as possibilidades de entendimento.

"O que mais me preocupa — disse um comunicado da Frente Ampla de Profissionais, organização que agrupa os profissionais de todo o país — é que pela via do pânico perante a reserva imposta por uma minoria do senado, reserva repudiada por amplos sectores da opinião pública mundial e inclusive norte-americana, se renuncie pu-



ra e simplesmente aos avanços e conquistas concretas da descolonização."

Por outro lado, será difícil evitar que activistas políticos gerem focos de agitação, aproveitando o sentimento anti-tratados que

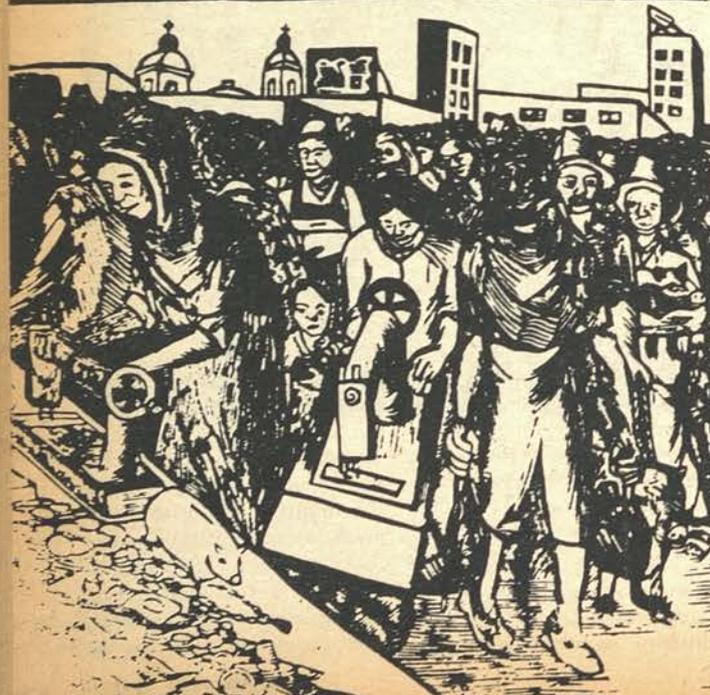
se faz sentir, fundamentalmente no meio estudantil. Isso poderia tornar-se altamente contagiante e poderia estender-se a amplos sectores sociais predispostos a exteriorizar o seu descontentamento. ●

MÉXICO

A história da nacionalização do petróleo



A história da nacionalização do petróleo no México. Uma ousada decisão tomada em 1938 pelo presidente Lázaro Cárdenas que conseguiu levá-la a cabo apesar da forte hostilidade e das pressões dos Estados Unidos.



Luís Suárez

O petróleo, um raio de luz no céu azul. Desde que o então Presidente do México Lázaro Cárdenas anunciou a sua expropriação, a evolução dos hidrocarbonantes na história deste país até ao grande debate que hoje se trava.

Como um raio de luz no céu azul, assim qualificou o embaixador Daniels, representante dos Estados Unidos no México, a mensagem que o Presidente Lázaro Cárdenas dirigiu pela rádio ao país, às 22 horas daquele histórico dia 18 de Março de 1938. Mas não foi só o senhor Daniels a comover-se, foi todo o país, ainda que por razões bem diferentes das daquele diplomata. O povo mexicano, a Nação inteira, se identificou com essa luz, fez-se também ela raio de luz e cruzou o céu num dos maiores rasgos de afirmação. Aquela noite, só comparável a outros momentos da história, onde a decisão é tomada sobre uma corda bamba; onde o desenlace pode ser catastrófico, ou se se a atravessa, sem perder o equilíbrio, até ao outro lado. Foi o que foi conseguido pela serenidade de Cárdenas e pela coragem do seu povo. O fatalismo geográfico, a proximidade da potência imperialista, os Estados Unidos, a quem pertenciam a maioria ou as mais importantes das 16 empresas expropriadas — enquanto as restantes pertenciam à Inglaterra e à Holanda — não perturbou o ânimo de um líder tão arreigado no seu nacionalismo como Lázaro Cárdenas. Que no dia seguinte ao ter assinado o decreto expropriatório, na manhã do dia 4, foi com os seus amigos, familiares e alguns colaboradores escalar o pico de *Nevado de Toluca*. Onde, numa lagoa de água gelada tomou um banho antes de regressar à cidade do México para conduzir o conten-



O general Lázaro Cárdenas anuncia a nacionalização do petróleo no dia 18 de Março de 1938.

tamento popular que ele havia desencadeado e enfrentar os riscos das pressões que viria a desafiar, resistir e vencer, nesse difícil processo que culminou com o acto expropriatório.

A história desses dias que precederam o 18 de Março faz parte dos melhores anais da vida mexicana face aos desmandos e soberba das companhias que se negavam a reconhecer o direito dos trabalhadores a sindicalizarem-se numa organização nacional única, com um contrato colectivo de trabalho. O que acabaria com a dispersão dos pequenos sindicatos de empresa, sem organização ampla e verticalização que a exploração do petróleo impunha; nem tendo em conta os direitos operários, promulgados sob o governo de Cárdenas com base nos constituintes de 1917, inspirados nas teorias moder-

nas do trabalho. Apesar de lutarem por este objectivo os sindicatos dos trabalhadores da indústria petrolífera já haviam desencadeado diversas greves desde 1935, fortalecendo, deste modo, as suas fileiras e sua organização. Em Maio de 1937, havia expirado uma convenção operária-patronal para examinar as reivindicações dos trabalhadores, que pediam um aumento de 70 milhões de pesos no seu caderno reivindicativo, enquanto as empresas estavam dispostas a pagar apenas 14 milhões. Os operários recorreram à Junta de Conciliação e Arbitragem expondo os termos legais do conflito de ordem económica; e as autoridades do mundo do trabalho determinaram os lucros, a fuga de impostos, etc., até que a Junta, finalmente,



emitiu um despacho ordenando as empresas a pagarem 26 milhões de pesos. A reacção inconformada dos monopólios não se fez tardar, retirando fundos do México, ameaçando e resistindo à lei. A 7 de Março, Cárdenas recebeu os empresários que lhe pediram um adiamento para cumprirem o despacho. Demasiado tarde, foi a resposta. A lei teria de se cumprir. Ainda meia hora antes das 10 da noite do dia 18 de Março os empresários e os seus respectivos advogados chegaram a ver Cárdenas pedindo-lhe se lhes permitia, mediante certos ajustes nos seus negócios, e alguns sacrifícios, acatar a sentença do Supremo Tribunal, que entretanto se havia pronunciado a favor do despacho. Cárdenas recordou-lhes os tremendos esforços que tinha feito o governo para os dissuadir da sua atitude intransigente: "Muito lhes agradeço terem vindo ver-me, mas tenho pena de os informar que chegaram demasiado tarde. O governo da República tomou sobre este assunto uma decisão irrevogável. Dentro de breves instantes vou transmitir uma mensagem ao povo do México e nesse momento po-

derão inteirar-se do seu conteúdo" (citação extraída da biografia de Fernando Benítez sobre Cárdenas, no tomo III relativo à expropriação).

Foi um verdadeiro relâmpago. Na sua mensagem, Cárdenas acabou de uma vez por todas com a falácia de que as companhias estrangeiras eram factores de riqueza no país. Desde os seus tempos de comandante militar em las Huastecas, na região de Vera Cruz, já ele, bem como outros chefes militares revolucionários, sabiam que isso não era verdade, pois conheciam as condições de vida dos trabalhadores e de todos os habitantes da região e os únicos a beneficiarem da exploração eram os gerentes, administradores e técnicos estrangeiros. Na mensagem que anunciava a expropriação tratou este tema e as suas palavras podem ser ainda aplicadas hoje em muitas partes do mundo, quando face aos grandes esforços reivindicativos de outros países se levanta o falso argumento de que as grandes riquezas que exploram as multinacionais são para respeitar. Nessa dramática noite de 18 de Março, Cárdenas falou assim:

"Disse-se até à exaustão que a indústria do petróleo atraiu ao país elevados capitais para o seu fomento e desenvolvimento. Esta afirmação é no entanto exagerada. As companhias de petróleo gozaram durante muitos anos, tantos quanto a sua existência, de privilégios enormes para o seu desenvolvimento e expansão; facilidades aduaneiras, isenções fiscais e de prerrogativas inumeráveis, e outros privilégios que somados à prodigiosa potencialidade dos mantos petrolíferos que a Nação lhes concessionou, tantas vezes contra sua vontade e contra o direito público, representam quase a totalidade do verdadeiro capital de que se fana".

E afirmaria ainda Cárdenas: "Trata-se de uma riqueza-potencial da Nação. Os factores que explicam o auge da indústria de petróleo no México são o trabalho nativo pago com exigüos salários; isenção de impostos; privilégios económicos e a tolerância governamental." Tendo posteriormente descrito a chamada obra social das empresas e a vida que se levava nos locais de trabalho, que ele bem conhecia,



"18 de Março", gravura de Alvarez Amaya alusiva à nacionalização na qual se vê o general Cárdenas e os trabalhadores "petroleros".

Protagonista e testemunha excepcional

O dr. Raul Castellano, que na altura era secretário particular do presidente Cárdenas, contou-me, em conversa que com ele tive, o curso dos acontecimentos e certos aspectos do pensamento do então presidente. O pensamento de Cárdenas — afirmou-me — vinha amadurecendo desde os anos 20, quando ainda era Chefe militar. O incidente legal da arbitrária rebeldia das empresas constituiu a conjuntura que Cárdenas esperava para fazer uma dupla justiça: aos tra-

balhadores e à Nação, que assim se identificavam. Empregou a lei e o seu impulso revolucionário para pôr fim aos desmandos imperialistas e as incorporar na Nação, com grande previsão histórica. Já que elas continuam a constituir um elemento de grande importância económica nacional e também para a afirmação no panorama mundial."

"As companhias — afirmava-nos o dr. Raul Castellano — eram como que um Estado dentro do Estado, e o mais grave é que esse Estado estrangeiro era em algumas regiões do país muito mais poderoso sob o ponto de vista económico do que o próprio Estado". A decisão de Cárdenas não

foi um improviso. No entanto, antes de se apresentar o conflito entre os trabalhadores e as empresas — recorda Castellano — o presidente não comunicou a nenhum dos seus colaboradores — que ele saiba — o propósito de expropriar a indústria do petróleo: "Já quando surgiu o conflito, o governo interveio para ver se conseguia estabelecer uma plataforma de acordo que lhe pusesse fim, porque ele estava a causar graves danos ao México e à sua economia".

O Presidente Cárdenas convocou 3 ou 4 vezes os membros do seu gabinete para discutir estes problemas. "E foi até no último



conselho de ministros, que se realizou a partir das 4 da tarde do dia 18 de Março, que se decidiu tomar a medida de expropriar o petróleo. Já nessa hora, o presidente Cárdenas tinha a mensagem que pouco depois anunciaria à Nação, de haver determinado expropriar o petróleo". Pediu a colaboração do seu amigo e secretário de Estado das Comunicações, Gen. Francisco J. Múgica, para a redacção da mensagem, dando-lhe as ideias que lhe interessava transmitir. Coisa curiosa, a mensagem foi redigida e lida antes de se ter redigido o próprio decreto de expropriação. Cárdenas deu instruções a Castellano para que em companhia do secretário da Fazenda, Eduardo Suárez; da Economia, Efraim Buenrostro, do Chefe do Departamento do Trabalho, Antonio Villalobos, se reunisse no seu gabinete para formular o decreto. Procuraram-se pôr de acordo, mas Eduardo Suárez manteve a posição de que se expropriariam os bens materiais das empresas, mas não se expropriariam as concessões que possuíam de explorar o petróleo. O que constituía o fun-

damental. Disse-me Castellano: "Eu objectei a esta opinião, dizendo que me parecia — como havia dito o presidente — que a expropriação devia ser integral, pois o trabalho das companhias, o terrenos das companhias, tudo, apotava-se nas concessões". Suárez tomava precauções porque, na sua opinião, a decisão de expropriar tudo punha O PETRÓLEO MEXICANO HOJE E AMANHÃ

Pode-se imaginar, sem grande esforço, o que seria a economia mexicana sem a nacionalização do petróleo. Foi ele quem permitiu a criação de uma estrutura industrial, e foi graças a ele que o país pôde fazer frente a tempestades mundiais e nacionais da sua economia. Não foi pois uma panaceia; pois gerou um sector de trabalho com repercussões noutros sectores com a vantagem de estar nas mãos do governo e não na posse de interesses privados. Estes, no entanto, aproveitaram a ocasião para o seu próprio desenvolvimento ao ter ao seu alcance meios energéticos baratos. A indústria de petróleo

nacional abasteceu na ordem dos 100 por cento o consumo de hidrocarbonantes em toda a República. E começou mesmo já a exportá-los.

Ao comemorar-se a 18 de Março passado os 40 anos da expropriação, a produção de petróleo era de um milhão 85 mil e 550 barris diários. Para 1982 estima-se produzir 2 milhões 250 mil barris por dia, mas este objectivo — afirmou o director-geral da Pemex, companhia nacionalizada do petróleo — poderá ser cumprido ainda em 1980. No ano passado a exportação mexicana foi de 206 500 barris diários em média (202 mil barris em rama e 4500 refinado). O valor total das vendas realizadas pela Pemex no país foi de 53 mil milhões de pesos. Nos 6 anos do actual governo, a venda de petróleo permitirá investir 249 mil milhões de pesos na criação de novos empregos; a dívida da Pemex reduzir-se-á em 20 mil milhões de pesos e no próximo ano as receitas daquela empresa nacionalizada superarão as suas despesas.

O México vive, pois, um momento de auge no que

respeita às suas possibilidades petrolíferas. A descoberta de grandes jazidas no Sudeste, tanto em terra como na plataforma continental, aumentaram fabulosamente não só as suas actuais possibilidades concretas, como as suas grandes reservas do futuro. De novo o petróleo é causa de um debate nacional, mas agora não se trata de saber como fazer frente às grandes companhias já expulsas dos seus domínios, mas, com uma indústria que soube vencer o boicote a que foi sujeita, saber como utilizar, imediata e imediatamente, os enormes recursos de combustível líquido

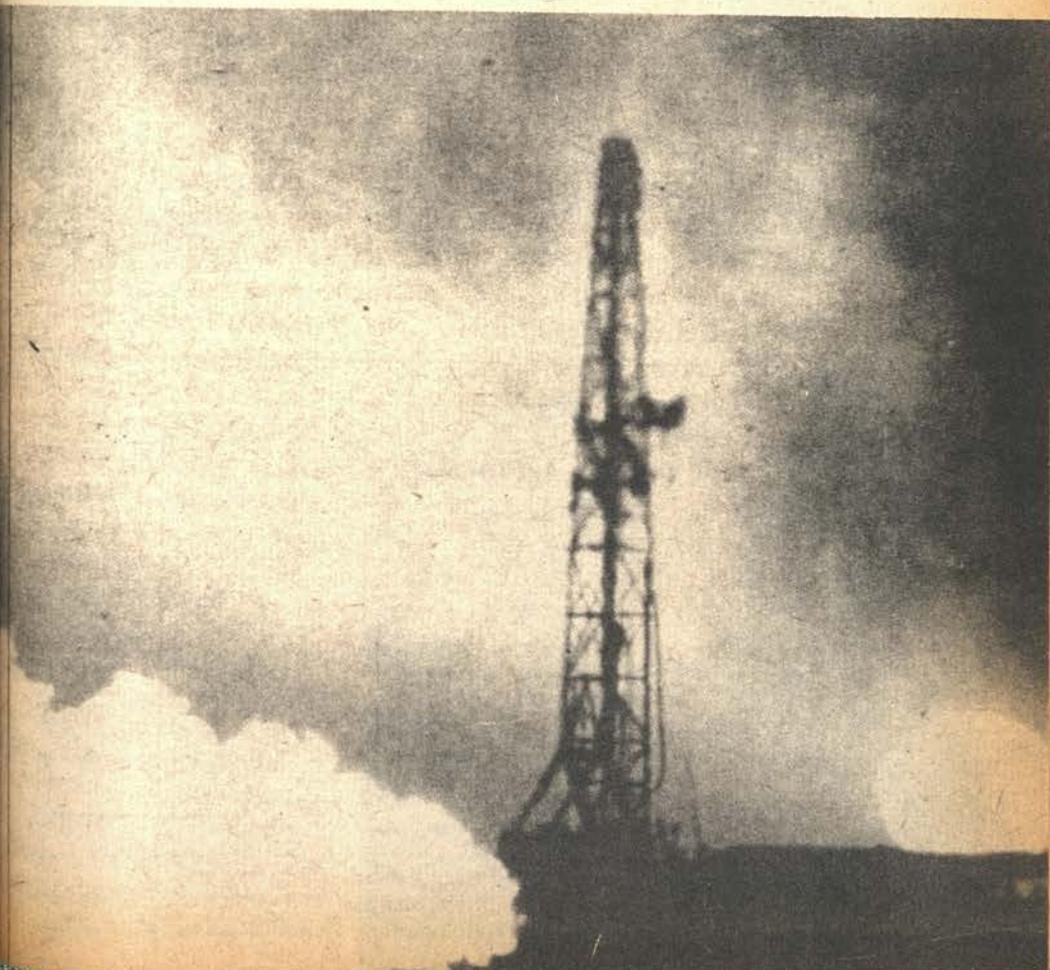
e gasoso. Nas regiões de Sudeste levantam-se agora grandes complexos petroquímicos, destino prático e transformador do petróleo na época moderna. Discute-se sobre a construção do gasoduto de mais de 1000 quilómetros de Cactus, Chiapas até ao Norte. Deverá este chegar à fronteira norte-americana ou quedar-se nas regiões industriais mexicanas do Norte, onde o gás é necessário e substituiria o óleo agora empregue? Tal é o debate. Em qualquer caso, mais uma vez existe um enfrentamento com os interesses que estão do lado de lá da fronteira, pois o ponto de

vista do governo e da Pemex é que o gás excedente não se venderá a menos de 2.60 o milhar de pés cúbicos, o que não é aceite pelas empresas norte-americanas.

Deve-se construir o gasoduto? O gás deve-se destinar aos Estados Unidos ou apenas às regiões mexicanas do Norte? Esta discussão só é possível porque o petróleo existe e não pertence às empresas multinacionais. Esta discussão só existe porque houve a 18 de Março de 1938 um homem que se chamou Lázaro Cárdenas e soube levar por diante as aspirações do seu povo.



RE



PERU

A alternativa socialista



O general Rodriguez Figueroa e António Meza Cuadra, respectivamente presidente e secretário-geral do Partido Socialista Revolucionário do Perú, falam aos «Cadernos do Terceiro Mundo» da situação actual que se vive naquele país latino-americano e das perspectivas que se abrem com as eleições para a Assembleia Constituinte que terão lugar dentro de algumas semanas

entrevista de
Roberto Reno



Antônio Meza Cuadra, secretário-geral do Partido Socialista Revolucionário do Perú

— O Peru encontra-se em vésperas de eleições para uma Assembleia Constituinte que, segundo o estabelecido no “Plano Tupac Amaru”, elaborado pelo actual governo, representaria a institucionalização do processo revolucionário iniciado em 1968 e o primeiro passo para a transferência do poder para autoridades eleitas, que se prevê esteja em funcionamento em 1980.

O que pensa o Partido Socialista Revolucionário do processo político que se antevê para o país?

— Antônio Meza Cuadra:

Uma alteração de governo não significa necessariamente a transferência do poder. Isto só se dá realmente quando o poder do Estado deixa de estar ao serviço dos interesses de minorias e passa a ser controlado e posto ao serviço dos interesses das maiorias.

A Constituição tão pouco assegura a transferência do poder no sentido tradicional do termo. Foi concebida como um organismo deliberativo, constituído por 100 representantes, que elaborará o texto constitucional, funcionando paralelamente ao actual ou

futuro governo, sem nenhuma interferência nas decisões políticas e administrativas quotidianas.

General Leonidas Rodríguez Figueroa: E, por outro lado, a revolução não se faz por decreto. Embora, em todo o caso, uma revolução triunfante tenha necessidade de se institucionalizar e elaborar constituições.

Meza Cuadra: Ao falar de “primeira fase” e “segunda fase” o governo procura demonstrar que não existe solução de continuidade no processo iniciado pelas Forças Armadas em 1968.

Perú Para nós não existem tais "fases". Houve o governo de Velasco Alvarado e agora há o governo de Morales Bermúdez.

Gen. Figueroa: É verdade que o Plano Inca, que orientou a política do governo das Forças Armadas a partir de 1968, não coloca a destruição total do capitalismo e a construção de um projecto socialista. Mas apontavam-se reformas fundamentais na nossa sociedade, como por exemplo a Reforma Agrária. Ao contrário, o "Plano Tupac Amaru" lançado pelo governo de Morales Bermúdez orienta-se no sentido de favorecer o grande capital, propondo um capitalismo modernizado. Como afirmou o nosso partido em certo momento, tal plano apenas procura renegociar a dependência e não construir as bases de uma verdadeira independência nacional.

Institucionalizar que reformas?

Mas o general Morales Bermúdez declarou que a Assembleia Constituinte deverá institucionalizar as reformas, caso contrário seria dissolvida...

Meza Cuadra: Mas que reformas vai institucionalizar? As que realmente tiveram um sentido progressista na época de Velasco Alvarado? ou a caricatura dessas reformas, desvirtuadas pelas alterações introduzidas por Morales Bermúdez? Sim, porque a Propriedade Social, a Comunidade Laboral (:) e até a Reforma Agrária têm sido atacadas por este governo. O que pretende Morales Bermúdez é desfigurar as reformas, enquanto nós

A direita

Partido Popular Cristiano (PPS), dirigido pelo ex-presidente do Município de Lima, Luis Bedoya Reyes, não é, ao contrário do democrata-cristão dirigido por Héctor Cornejo Chávez, "nem popular nem cristão". Conseguiu captar o apoio de sectores empresariais.

Alianza Popular Revolucionária Americana (APRA), fundada há meio século por Víctor Raúl Haya de la Torre com uma vocação latino-americanista e terminologia marxista, foi na sua época o partido mais popular do Perú. Fraudes eleitorais e golpes militares impediram-no de chegar ao governo. O seu anticomunismo irracional, as sucessivas traições aos princípios originais e o seu alinhamento com a política dos Estados Unidos fizeram-no perder o seu prestígio.

Movimiento Democrático Peruano (MDP), procura agrupar os herdeiros políticos de Manuel Prado Ugar-teche, que foi duas vezes presidente (1939-1945 e 1956-62) e principal representante da oligarquia latifundiária extinta pela reforma agrária promulgada em 1969.

Unión Nacional Odríista (UNO), cujo peso se limita a reduzidos sectores nostálgicos da época do ditador Manuel A. Odría (1948-1956).

A esquerda

Para além do Partido Socialista Revolucionário (PSR), são as estas organizações políticas de esquerda que participarão nas próximas eleições peruanas: *Partido Comunista (PC)*. Fundado por José Carlos Mariátegui e dirigido actualmente por Jorge del Prado. Nas últimas semanas teve algumas cisões internas cujo efeito no plano eleitoral é ainda difícil de avaliar. Apoiou criticamente o governo do General Velasco Alvarado.

Democracia Cristiana (DC), propõe uma "democracia comunitária que se baseie no trabalho e não no Estado nem no capital". O seu líder, Héctor Cornejo Chávez, apoiou o governo de Velasco Alvarado e dirigiu o diário "El Comercio" após a sua socialização. *Unión Democrática Popular*. Agrupa 15 Organizações da esquerda marxista radical (4 facções do MIR, 2 da Vanguarda Revolucionária, 2 do PCR e outros grupos menores) e ainda várias personalidades independentes. Todas estas organizações opuseram-se ao governo de Velasco Alvarado.

Acción Revolucionária Socialista (ARS), cisão do partido de Francisco Belaúnde, que adoptou o nome de Acción Popular Socialista e apoiou o processo iniciado em 1968.

Frente Operária-Camponesa-Estudiantil-Popular (FO-CEP), agrupa vários partidos simpatizantes da IV Internacional e a sua lista é encabeçada pelo advogado sindical Genaro Ledesma.



As conquistas da revolução de 68, alvo sistemático do governo de Morales Bermúdez e do FMI

pretendemos aprofundá-las e aplicar outras novas reformas.

Gen. Figueroa: Procura institucionalizar reformas deformadas. Mas mesmo assim é mais do que a direita está disposta a aceitar. A direita quer liquidar tudo.

Há uma aparente contradição. Se a direita acreditasse nas declarações de Morales teria de se retirar das eleições, pois a triunfar o seu ponto de vista a Constituinte seria dissolvida. Mas não o faz. Pelo

contrário, desenvolve uma violenta campanha que conta com todo o tipo de facilidades por parte do governo e da imprensa que este controla, que lhe dedica grandes espaços, enquanto a nós nos põe até dificuldades em publicar artigos pagos. Existe pois uma coincidência básica, ainda que dissimulada, entre o governo de Morales Bermúdez e a direita: a de evitar através da Lei Fundamental a aprofundização do processo e, evidentemente, a pos-

sibilidade de construção do socialismo peruano.

— No entanto, no plano económico, falou-se muito no estrangeiro das resistências do governo peruano às exigências do Fundo Monetário Internacional, a tal ponto que o "Le Monde" tituló: "O Peru é o Vietnam do FMI"...

Meza Cuadra: Há muito de exagero nisso. É precisamente em matéria económica que a direita conseguiu o que queria. E até



RE



Perú mais ainda. Há alguns meses, por exemplo, os sectores financeiros e exportadores reclamavam uma desvalorização que levasse a uma paridade do dólar a 100 soles. O que foi feito pelo governo foi pôr a moeda nacional a flutuar e agora o dólar está a 130 soles, e continua a subir.

O governo entregou aos capitalistas estrangeiros, aos exportadores e aos grupos financeiros e bancários o poder de repartir as divisas segundo os seus critérios e decidir da sua utilização de acordo com os seus interesses. São estes grupos que agora decidem as desvalorizações sob um aparente livre jogo da oferta e da procura.

Por outro lado, o FMI conseguiu impôr o seu modelo económico ao governo. Procura-se estimular um processo de industrialização virado para a exportação, segundo o mesmo modelo que já se viu fracassar no Brasil. Permite-se o investimento do grande capital sem que daí se obtenha satisfação para o consumo interno. Fica-se obrigado, por questões de competitividade no mercado internacional, a pagar baixos salários, proibir as greves, decretar a instabilidade laboral, eliminando conquistas históricas que se haviam consolidado durante o governo de Velasco. O que leva à ruína da pequena e média indústria e, sobretudo, implica novos sacrifícios para o povo.

É este o modelo que a direita quer legitimar com a Constituição. É por isso que a batalha que se irá travar no seu interior é importante.

Gen. Figueroa: Ainda que com isso não remedie-

mos tudo pensamos que a Constituição deve ser a melhor possível. É verdade que todas as constituições que o Peru adoptou foram sistematicamente violadas.

Mas se a Constituição consegue institucionalizar a liberdade do povo para se reunir e organizar e pode reflectir os maiores avanços das instituições criadas pelo processo iniciado em 1968, então será a direita

que estará a violar a Constituição ao tentar impor a sua vontade.

— Algo de semelhante ocorre em Portugal...

Meza Cuadra: Tudo leva a crer que Morales Bermúdez impôs a si próprio limites até onde retroceder. Mas o ascenso da direita permite-lhe que reclame um retrocesso ainda maior. É todo um processo de

A defesa nacional

A ideologia da Segurança Nacional sempre serviu de justificação a muito dos governos Estado de 1964 no Brasil. Por esta razão ela tem sido condenada em diversas instâncias pela Igreja, e por diversos grupos progressistas e revolucionários latino-americanos. No entanto, são poucas as ocasiões em que estas organizações formularam propostas alternativas, capazes de integrar a problemática da defesa — necessidade absoluta de qualquer Estado — com a perspectiva de transformações sociais. No seu Programa de Conjuntura, o Partido Socialista Revolucionário peruano encara o problema, juntamente com uma série de medidas económicas e políticas referentes aos restantes sectores da vida do país, nos seguintes termos:

1. O PSR ao postular um modelo socialista de desenvolvimento, fá-lo na convicção de que só o socialismo é capaz de proporcionar a um país, que sofre os efeitos do subdesenvolvimento e da dominação imperialista, níveis reais, de confiança e permanentes de Segurança Nacional, já que pela sua própria essência o Socialismo liberta da marginalidade económica e social os mais vastos sectores da população e consegue fazer superar a própria causa da desintegração e da vulnerabilidade da Nação.

2. A própria experiência histórica do Peru mostra-nos de modo irrefutável que a exploração capitalista a que sempre esteve submetida a imensa maioria da nossa população em favor de uma classe dominante, inteiramente dependente e submetida ao poder estrangeiro do imperialismo, impediu o aparecimento e a consolidação de uma autêntica *consciência nacionalista*, cuja adesão popular, é condição da segurança da nossa pátria.

3. Essa atitude dos grupos dominantes originou como pode comprovar qualquer estudioso da nossa história — as mais negras horas de derrota e humilha-

pressões e concessões onde se reflectem as contradições entre a direita e o governo, e entre os próprios partidos direitistas.

Os intermediários do imperialismo

— Os sectores conservadores e reacccionários não apresentam uma frente unida na campanha eleitoral?

Meza Cuadra: Não lhes

interessa. Existem **odriístas** e até **leguístas** (ver caixa 2), por anti-histórico que possa parecer. Mas lá dentro vão-se pôr de acordo.

Gen. Figueroa: A direita sabe quais eram as suas forças em 1962, 1963 ou 1968. Mas não conhece a correlação de forças agora em 1968. Precisam de um diagnóstico para poder programar acordos. Ou se-

e o PSR

ção que sofreu a nossa Pátria, não obstante a abnegação e o valor do seu povo. Em tão aziagas horas, enquanto civis e militares combatiam heroicamente, por vezes descalços e cobertos de farrapos, a oligarquia negava-se a pagar impostos e a contribuir para os gastos de Defesa Nacional, preferindo dedicar-se a aumentar a sua fortuna à custa da guerra ou simplesmente a levá-la para fora do país. Também, mais recentemente, aplaudiu a oligarquia a onerosa aquisição de antiquado material de guerra, que era imposta ao Peru pelo poder imperialista.

4. Identificando a Pátria com o Povo, o PSR defende uma estrutura de Defesa Nacional que dê prioridade à integridade nacional, a partir de uma socialização acelerada da nossa economia e através de uma política independente em matéria de equipamento e tecnologia militares.

Neste sentido, o PSR repudia toda e qualquer pressão estrangeira, seja esta feita sob a aparência de visitas protocolares, por via diplomática ou por pressões financeiras (como por exemplo as do FMI), que pretendam impor condições que não tomem em conta vantagens económicas, financeiras e estratégicas.

5. O PSR desmascara e repudia as manobras de persuasão e confusionismo que o fascismo internacional vem desenvolvendo, procurando influir ideologicamente a fim de inventar supostos "complôts" no interior do país, encobrendo sob esta falsidade uma perigosa tendência para o equipamento e treino do aparelho repressivo interno, destinado no fundo a extremar artificialmente explicáveis situações de conflito ou de tensão interna que só poderão ser superadas pela via da transformação social. Estas manobras procuram justamente actuar em detrimento da nossa segurança externa, a qual deve ser acautelada com lucidez contra qualquer aventura belicista que o imperialismo promova.

ja, disputam entre si o lugar de intermediários locais do imperialismo.

— Para além desta necessidade em analisar as forças políticas após dez anos durante os quais muita coisa mudou no Peru, que outros factores estão detrás desta convocação para a eleição de uma Assembleia Constituinte?

Gen. Figueroa: No plano interno, Morales Bermúdez procura legitimar-se e, ao mesmo tempo, travar os sectores radicais da direita instalados dentro do seu próprio governo, com os quais diverge não tanto sob ponto de vista de orientação económica mas quanto aos métodos que estas pretendem impôr. A convocação de eleições neutralizou estes "ultras".

— E já não existiria então o perigo de um golpe ainda mais direitista que tornasse o Peru em mais uma ditadura do "cone sul"?

Gen. Figueroa: É muito difícil a aplicação de um projecto fascizante no Peru, porque, em primeiro lugar, o exército peruano não tem uma vocação repressiva. Houve pretensões de pessoas em chegar ao poder, derrubar Morales e adoptar uma posição mais dura para pôr o país em "ordem" no sentido tradicional. Mas não creio que isso se possa produzir a curto prazo. Assim a crítica do PSR ao governo do general Morales Bermúdez não se alterará, enquanto este continue a prosseguir uma política económica que atinge duramente as camadas populares, pelo facto de se poder imaginar uma alternativa ainda pior.

Meza Cuadra: Não podemos, por outro lado, esquecer o contexto internacio-



Perú nal. A atitude dos Estados Unidos nos começos da década de 70 apontava para o derrube e desaparecimento dos governos nacionalistas e a sua substituição por regimes repressivos e fascistas. É o caso de Allende, Campora, Torres, Velasco Alvarado. A deterioração da imagem norte-americana em todo o mundo motiva a política de Carter sobre os direitos humanos. Os Estados Unidos passam então a incentivar as "aberturas". Estamos agora a viver um período eleitoral ou pré-eleitoral no Equador, na Bolívia e no Perú.

— Qual é a atitude norte-americana face à política peruana actual?

Meza Cuadra: Têm havido declarações oficiais de "simpatia" para com a abertura. No entanto, procuram que não se evidencie uma intervenção manifesta, e visível, na política quotidiana. Mas é inegável o interesse com que seguem a evolução dos acontecimentos. O senador McGovern, por exemplo, assim o manifestou durante a sua recente visita a Lima, onde também teve uma entrevista com o nosso partido.

É curioso que após essa entrevista o PSR emitiu um comunicado informando sobre as conversações mantidas. Tal facto surpreendeu os partidos da direita, cujas conversações com McGovern tinham-se mantido em segredo. Isso levou-os a recorrerem à imprensa dizendo que também eles tinham estado com o senador, ainda que nunca tivessem revelado os temas tratados.

Mas voltando à Constituinte, para além do que foi dito, outra das razões que provocaram a convoca-

ção das eleições foi o notório desgaste do governo, a sua incapacidade para resolver a crise económica e o conseqüente clima de protesto popular. Procurava-se deste modo ganhar espaço político com um processo eleitoral. Acrescentou-se a tudo isto a pressão da direita, que quer herdar o governo e voltar a assumir todas as rédeas do poder.

«O PSR não é eleitoralista»

— Para o PSR a eleição da Assembleia Constituinte será a sua primeira prova eleitoral. Como esperam sair desta contenda?

Gen. Figueroa: Em primeiro lugar o PSR não é um partido "eleitoralista". O PSR foi criado a 23 de Novembro de 1976 com recolher obrigatório, Estado de Emergência e suspensão das garantias constitucionais, numa etapa política extremamente difícil em que não se falava nem de eleições nem de "abertura". Em poucos meses o nosso partido ganhou legitimidade e autoridade na condução das massas. Durante todo o ano de 1977 o PSR esteve na vanguarda da oposição e isso enraizou-o no seio do povo peruano.

Meza Cuadra: Para citar dados quantitativos podemos informar que, segundo uma sondagem pré-eleitoral realizada pela Universidade Católica, o PSR é a principal força política entre os jovens dos 18 aos 21 anos de idade, que votarão agora pela primeira vez. Segundo esta mesma sondagem, o PSR era, em Dezembro de 1977, conhecido por 15 por cento do eleitorado. Em Fevereiro essa percentagem

subiu para 42 por cento, e agora deve ser muito maior. A título comparativo podemos dizer que Bedoya, um dos principais personagens da direita, que chegou a ser Presidente da Câmara Municipal de Lima, tinha em Fevereiro a mesma percentagem de conhecimento, de 42 por cento. Por seu lado, o APRA alcançava uma taxa de conhecimento de 85 por cento entre o eleitorado, cifra que se deve considerar escassa se se pensar que é um partido com meio século de existência.

Gen. Figueroa: A importância do PSR na vida política peruana pode também ser medida pelo facto do nosso partido ter sido o único a ser reprimido sistematicamente pelo governo de Morales Bermúdez. Vários dos seus dirigentes foram deportados, processados e presos, enquanto a direita gozava de todo o tipo de facilidades políticas.

Meza Cuadra: Vários militantes do nosso partido foram presos pelo simples facto de recolherem assinaturas para a nossa legalização. E mesmo assim a nossa legalização foi obtida com a apresentação de 55 mil assinaturas, mais de 15 mil do que as requeridas. E ainda contávamos com uma "reserva" de mais de 20 mil assinaturas. Tal campanha significou um grande esforço organizativo e mobilizador para um partido recentemente criado, que apenas começava a consolidar as suas estruturas.

A herança de Velasco

— Obviamente este crescimento não seria possível se o PSR não constituísse a

expressão de uma corrente anterior, forjada durante o processo revolucionário iniciado em 1968. No entanto, o partido não se define como "velasquista". Porquê?

Meza Cuadra:

Dos partidos que conseguiram a sua legalização eleitoral, o PSR é o único que, pelos seus membros e programa, aparece como continuador do processo, reivindicando as suas maiores conquistas, mas reconhecendo também todos os erros e limitações.

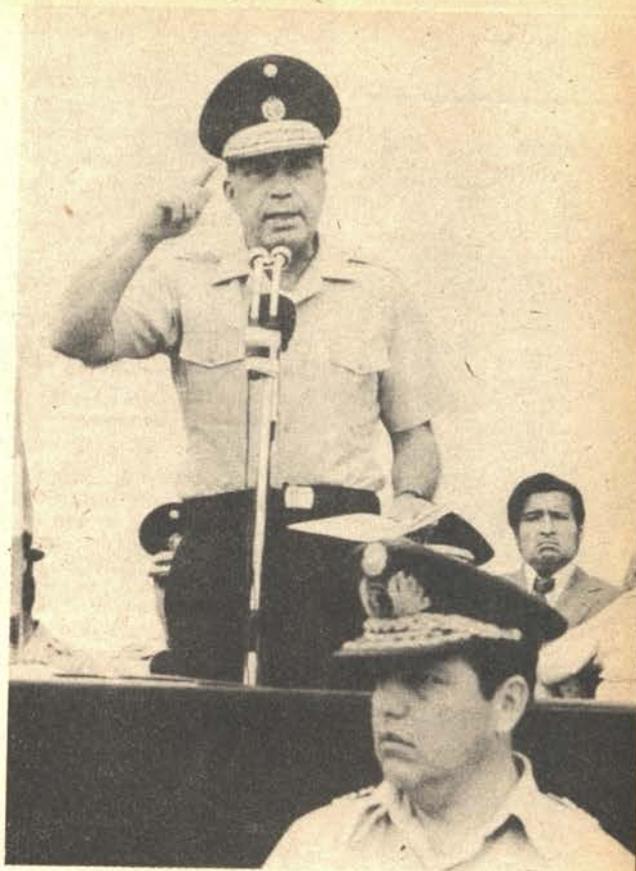
Gen. Figueroa: O PSR resgata o valioso de Velasco. Não o pretende continuar, mas salvar tudo o que foi de positivo.

Meza Cuadra: A revista "Caretas" — que não é propriamente simpatizante do nosso partido — diz que somos "os únicos herdeiros do velasquismo". Não há nenhum grupo da direita que possa capitalizar a corrente nacionalista e transformadora de que foi expressão o General Velasco (de certo alguns tentarão, mas não conseguirão nem o registo eleitoral, e, menos ainda, concentrar apoio popular).

É assim que o povo nos identifica e ao recolhemos assinaturas a reacção de muita gente era: "Ah, sim, sim é o partido de Velasco"...

— No entanto em certas publicações comentou-se a existência de divergências internas no PSR no que respeita à valoração do Gen. Velasco e da sua obra...

Gen. Figueroa: Poderá ter havido diferentes matices na valoração do processo iniciado pelas Forças Armadas, mas em nenhum



"O que Morales Bermúdez pretende é desfigurar as reformas" introduzidas pela revolução de 1968

momento chegaram a ser divergências. A discussão interna faz parte da vida de todo o partido. Por ela nunca se produziram divisões no PSR, e muito menos a existência de uma direcção no interior e outra no exterior com distintos critérios, como se chegou a dizer em especulações igualmente infundadas.

Meza Cuadra: Cabe ainda acrescentar que o enterro do General Velasco terminou com a discussão interna a esse respeito. Foi a manifestação de massas mais importante na história contemporânea do Peru. Nela, o PSR teve uma pre-

sença real, sem a reivindicar para si. Foi uma imensa demonstração popular de apoio a Juan Velasco Alvarado e à sua obra e, de repúdio ao actual governo que a procura destruir. Quando na Catedral de Lima se estava a realizar missa de corpo presente e as forças de segurança já não admitiam mais oferendas, o povo que enchia por completo a Plaza de Armas reclamou e por fim obteve a autorização para a entrada da oferenda do nosso partido, um circulo de flores brancas com a inscrição PSR em grandes letras vermelhas.



A unidade da esquerda

— A manifestação desse dia foi também uma grande expressão unitária da esquerda peruana.

Meza Cuadra: Com efeito, nela participaram diversos partidos, o PSR, o Partido Comunista, a Democracia Cristã, o Movimento para o Socialismo e todas as organizações de massas: a Confederação Nacional Agrária, que a convocou e dirigiu, a Central de Trabalhadores da Revolução Peruana, a Confederação Geral de Trabalhadores do Peru e as federações sindicais independentes.

— É possível, então, a unidade da esquerda?

Gen. Figueroa: Para o PSR a tese da unidade significa recriar no plano político uma unidade que já se havia expressado antes, na greve geral de Junho do ano passado, onde pela primeira vez em muitos anos se sentaram a uma mesma mesa as três centrais sindicais CNT (de tendência social-cristã), CGTP (com ampla influência comunista), CTRP (de linha socialista revolucionária) e os sindicatos independentes (orientados por organizações marxistas radicais).

Foi a greve unitária mais importante na história sindical do Peru. A partir daí pensou-se organizar uma frente, que infelizmente ainda não foi possível concretizar por diversas razões.

Meza Cuadra: Nós não reconhecemos inimigos na esquerda. O inimigo, como o afirmámos tantas vezes, está à nossa frente e não por detrás de nós. Apesar de algumas incompreensões



Haya de la Torre, fundador do APRA

não respondemos aos ataques que nos são lançados por alguns sectores de esquerda. Fazemos uma espécie de "Pacto político de não agressão". Atacemos sim a direita e para isso propomos a coordenação da luta política e sindical.

A unidade constitui um processo no qual esgotaremos todos os nossos esforços. Não devemos, no entanto, ignorar as dificuldades e traçar objectivos irrealistas que a curto prazo nos iriam levar à frustração.

— Qual a razão por que não se constituiu uma frente de esquerda para a eleição da Constituinte?

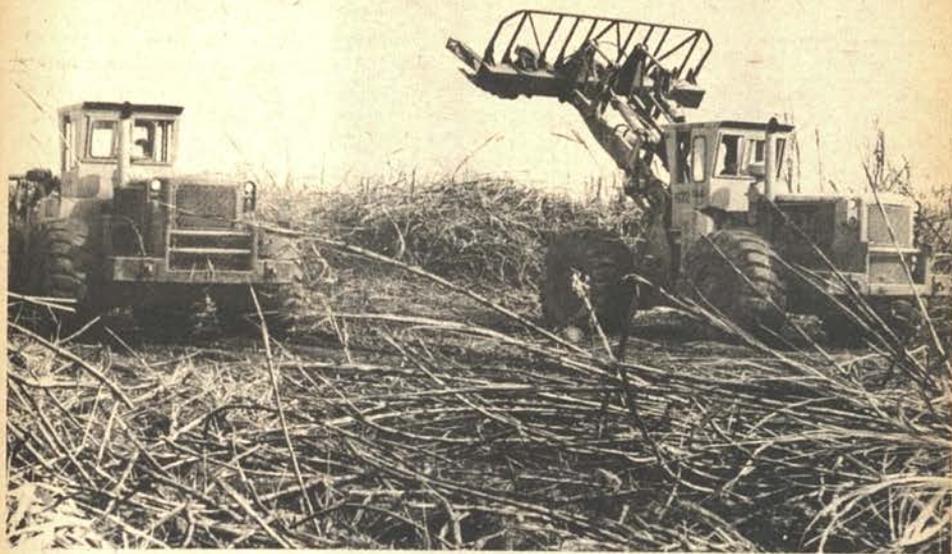
Meza Cuadra: Basicamente por razões formais. A lei eleitoral estabelecia regras de jogo que a entravavam. O prazo para os partidos se inscreverem acabava a 3 de Fevereiro e as alianças entre as organizações já inscritas deviam ser entregues "antes do dia 4", por coincidência era sábado.

Pensando em não dificultar a possibilidade de alianças, o PSR inscreveu-se a 2 de Fevereiro. Mas alguns partidos de esquerda só puderam fazê-lo na tarde do dia 3, o que impossibilitou a inscrição formal de alianças.

Gen. Figueroa: De qualquer forma a aliança que defendemos é estratégica e não conjuntural. Proporemos formas de trabalho coordenado na Assembleia Constituinte nos pontos que não são defendidos pelo resto da esquerda. E basicamente a unidade ir-se-á forjando na luta sindical, camponesa, dos bairros degradados. O PSR tem uma vocação unificadora da esquerda.

— Um dos aspectos mais interessantes da lei eleitoral promulgada no Peru para a Constituinte era o ponto que estabelecia a possibilidade das organizações de massas, não partidárias, participarem nas eleições. Talvez o Presidente Morales Bermúdez quisesse cumprir a sua promessa de que os processos eleitorais no Peru já não seriam como os tradicionais. No entanto isso não se veio a verificar, e nas eleições só participarão partidos. Porquê?

Meza Cuadra: Outra promessa por cumprir. Nós afirmámos que para existir uma real abertura eleitoral democrática teriam, para além de outras garantias, que se eliminar todas as restrições às liberdades sindicais, de reunião e de informação, dar-se a todos os partidos acesso gratuito aos meios de comunicação e conceder-se o voto aos analfabetos. É verdade que algo se avançou quanto às liberdades formais. Mas os analfabetos, que constituem a terça parte da população, não terão direito a voto. E em muitos outros aspectos estas eleições serão semelhantes às tradicionalmente orquestradas pela oligarquia para seu próprio benefício.



A reforma agrária, uma das conquistas do processo iniciado com a sublevação militar de 68

A inscrição de organizações não partidárias foi tentada pela Confederação Nacional Agrária, a maior organização de massas do país, e foi vetada por um dispositivo que assinala não o poderem fazer as organizações que gozem de personalidade jurídica. De modo que esta alternativa, tão interessante para a esquerda pela sua capacidade de canalizar uma expressão unitária e de obter na Constituinte uma representação de verdadeira origem popular, não foi possível.

O que se passa nos quartéis?

— Quais as incidências desta fase, que se prevê como o início de um processo que deveria culminar com um governo civil, nas Forças Armadas, após dez anos de governo do país?

Gen. Figueroa: São dez anos de governo. Mas para alguns, que só agora chegam a altas graduações, é um processo que mal começa. Há interesses pessoais em jogo, por um lado, e por outro uma consciência crescente dentro das Forças Armadas de que transferir o poder para as forças oligárquicas derrubadas pelo processo revolucionário de 1968 equivaleria à destruição do seu próprio projecto transformador e nacionalista. Seria uma aberração histórica.

— Há indícios desse sentimento?

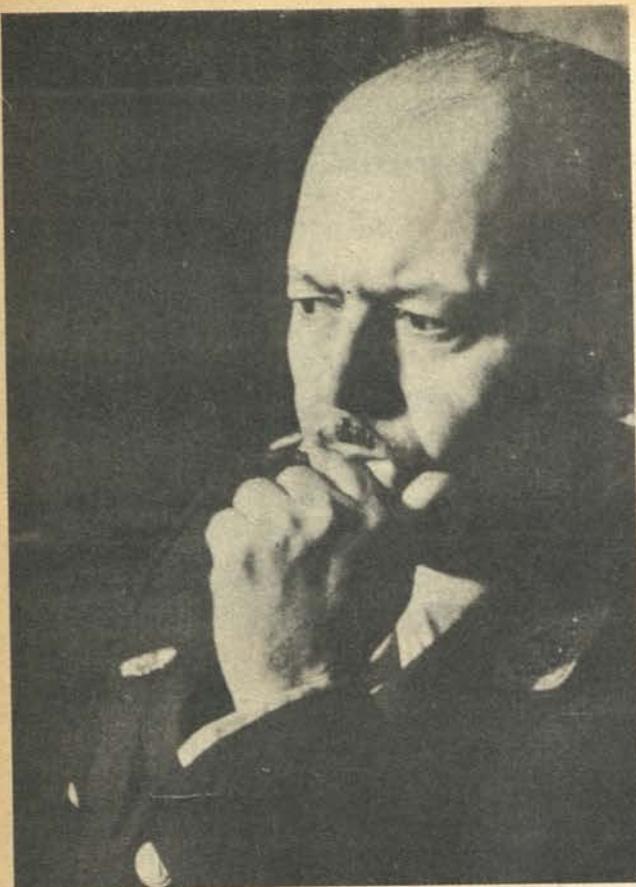
Gen. Figueroa: Há indícios que revelam que a oficialidade vê com desgosto o retrocesso e impede uma maior viragem à direita. É possível, inclusive, que tenha sido criticada a entrevista secreta do Gen. Morales com o líder da APRA, Haya de la Torre.

Devemos tomar em conta, no entanto, que os elementos das Forças Armadas são altamente responsáveis e não podem mostrar publicamente divisões internas, particularmente no momento em que se criam, a partir do estrangeiro, tensões fronteiriças artificiais.

A responsabilidade castrense põe-se, então, acima das preocupações de tipo político. O que permite a direita pressionar no sentido de um regresso aos quartéis.

Meza Cuadra: É importante fazer notar que apesar de todas as concessões que recebeu do actual governo, a campanha da direita é essencialmente anti-militarista. Procura capitalizar assim o desgaste institucional, o descrédito pela política do governo de Morales. Querem julgar os militares, tirar-lhes as condecorações, metê-los na prisão, para

Perú



O governo de Velasco Alvarado, "único governo nacionalista que teve o Perú neste século"

que apanhem o correctivo e não se metam mais em revoluções. É isso que dizem. E esse sentimento anti-militarista prejudica-nos por não haver discriminação, na medida em que alguns dos altos dirigentes do nosso partido são destacados militares. Mas a longo prazo, isso obriga-nos também a realizar um trabalho de esclarecimento político e a repudiar os esquemas fáceis, mas erróneos de divisão entre civis e militares.

É inegável que o processo teve um profundo enraizamento nas Forças Armadas. A oficialidade jovem

de hoje é herdeira de Velasco. Actualmente nos meios castrenses fala-se uma linguagem distinta daquela de há dez anos atrás. Fala-se de multinacionais, de socialismo, de participação popular. E esta politização não pode ser erradicada de um dia para o outro.

As maiorias ganham voz

— Nesta década também o panorama se alterou em todos os outros sectores do Peru...

Meza, Cuadra: Efectivamente, nem sequer a Igreja

é a mesma do passado. Hoje põe-se ao lado do povo, defendendo reivindicações de trabalhadores e camponeses em luta. A nível sindical, como já afirmámos, nota-se uma clara tendência unitária, acompanhada do avanço da CTRP, que vai assumindo estrutura nacional com uma posição de classe, ao mesmo tempo que se evidenciam sintomas de desintegração da central aprista, que não apoiou a greve geral de 19 de Junho mas não pôde evitar que as suas bases a ela aderissem.

Com os camponeses o PSR está em face de rectificação dos seus métodos, nas Ligas e Federações Agrárias. Pensamos que a potencialidade revolucionária do campesinato peruano pode transformar-se em militância e em compromisso com o socialismo.

Nos bairros da lata o PSR ganha presença dia a dia, impulsionando a organização dos seus habitantes, tanto em Lima como no interior.

— Esta nova realidade reflete-se na lista de candidatos que o PSR apresenta à Constituinte?

Gen. Figueroa: De facto, procuramos que haja entre os constituintes a maior percentagem possível de dirigentes populares. O Peru de hoje é diferente do de há dez anos. A marginalização secular a que estavam sujeitas já não é aceite pelas maiorias e qualquer projecto tem de tomar em conta os operários, camponeses, habitantes dos bairros da lata, a quem cada dia que passa é mais difícil de enganar. Nesta altura não é possível prever resultados eleitorais. Mas seguramente o combate não vai ser fácil para a direita. ●

PARAGUAI

A ditadura esquecida da América do Sul

Em Agosto, o general Alfredo Stroessener iniciará o seu sexto governo—cumprindo 24 anos no poder, depois de um golpe e seis «reeleições». Assim continuará a sobreviver a mais antiga das ditaduras sul-americanas.



Daniel
Waksman Schinca

EM 1860, quando estalou a chamada "Guerra da Tripla Aliança" (em que o Paraguai enfrentou as forças combinadas da Argentina, Brasil e Uruguai), a população paraguaia ascendia a cerca de um milhão e um quarto de pessoas. Quando a contenda terminou, dez anos mais tarde, restavam menos de 300 mil pessoas (das quais apenas cinco por cento eram varões); as balas inimigas e a epidemia de cólera de 1867 tinham ceifado quase um milhão de vidas. O território paraguaio, por outro lado, foi impecavelmente mutilado pelos vencedores. A Argentina arrancou-lhe 94 mil km quadrados, e os brasileiros ficaram com outros 62 mil. A história latino-americana regista entre as suas manchas negras, poucas tão sinistras como este quase genocídio do qual, por outro lado, quase ninguém se lembra.

Mas não seria esta a última sangria brutal para a nação paraguaia; estava ainda o país a recuperar dos efeitos da guerra da Tripla Aliança, quando os interesses petrolíferos internacionais deram início a uma nova guerra fratricida. Os adversários seriam desta vez o Paraguai e a Bolívia, e a história regista este confronto como a "Guerra del Chaco". Debaixo desta terra, com efeito estava petróleo. Muito petróleo, ao que parece. Sobre ela, em todo o caso derramou-se desde 1932 até 1935 o sangue de 80 mil bolivianos e 50 mil paraguaios. Não se sabe, porém, que se tenha morto então nem um só dos executivos da Standard Oil ou da Royal Dutch, que foram os verdadeiros promotores da guerra...

Um perfil próprio

Durante a primeira metade deste século, a vida institucional paraguaia foi azarenta. Em 31 anos, por exemplo, contam-se 22 presidentes. Duração média no cargo: 19 meses. Mas houve um que exerceu o seu mandato apenas 53 dias, e a outro o derrubaram ao cumprir apenas três semanas. Com estes antecedentes de instabilidade política e derramamento de sangue, motivado por guerra, não se deve estranhar que agora Alfredo Stroessner se gabe de estar a cumprir um quarto de século à testa do governo e se faça chamar "o presidente da paz" (também os documentos oficiais gostam de apresentá-lo como "a estrela luminosa do renascimento do país"). Filho de alemães e admirador do Terceiro Reich, recebendo de braços abertos alguns dos personagens alemães mais tenebrosos após a queda de Berlim, este "Papá Doc" do Cone Sul não teme ser acusado de "culto à personalidade" e já fez baptizar com o seu nome um bairro da capital, uma cidade limítrofe com o Brasil e o aeroporto internacional de Assunção.

Mas ainda que a ditadura paraguaia se integre de modo perfeitamente harmonioso no contexto do actual Cone Sul, seria um erro desconhecer as suas peculiaridades, que lhe conferem um perfil bastante próprio em relação aos seus vizinhos. Não se pode esquecer, antes de mais, que Stroessner se instalou no poder mediante um golpe

de Estado "clássico" (em 1954; quase vinte anos antes de Pinochet ou dos militares uruguaios, e exactamente dez anos antes dos brasileiros). Ele não governa em nome das Forças Armadas como instituição, mas a título de líder de um dos dois partidos políticos tradicionais do país.

É um general caudillo dos antigos, não um delegado do aparato castrense. Se na década de 70 se viram florescer em Santiago, em Montevideo ou em La Paz certos projectos de instauração de "uma nova ordem" mais ou menos abertamente fascizante, Assunção não incorreu jamais em semelhantes audácias teóricas. Padrinho da tática do "perfil baixo", Stroessner tratou de camuflar melhor o seu regime com uma "democracia tradicional", civil e parlamentar. Daí que no ano passado, por exemplo, tivesse tido a maçada de convocar uma Assembleia Constituinte para reformar o artigo da Carta Magna paraguaia que o impedia de aspirar em 1978 a um novo mandato presidencial. Em todo o caso, e ainda que ao longo do seu governo Stroessner não tenha demonstrado menos vocação repressiva que Pinochet, que Banzer ou que a Junta de Buenos Aires, a comunidade internacional continua bastante indiferente ao que se passa no Paraguai.

Uma Comissão injustificada, sem dúvida; nas esquadras de Assunção tortura-se selvaticamente como nas masmoiras da DINA chilena ou nos quartéis uruguaios, e os carrascos de Stroessner foram treinados por especialistas como Ante Pavelic, o chefe dos "ustachis" croatas que há 35

anos implantaram o nazismo na Jugoslávia.

Amigo de Voster

As vezes, Stroessner faz-se notar. Em 1974, por exemplo, recebeu críticas bastante duras da ONU quando anunciou que viajaria oficialmente para Pretória a fim de estreitar relações com o regime fascista de Jonathan Vorster.

Nunca antes um chefe de Estado latino-americano havia visitado a África do Sul. Pondo de parte as exortações internacionais, Stroessner cruzou o Atlântico, e os praticantes do apartheid recompensaram-no com importantes créditos e a assinatura de vários acordos sobre a ajuda tecnológica, investimentos, etc. No ano seguinte, o primeiro-ministro sul-africano aterrou por sua vez em Assunção. Os paraguaios inauguraram assim com Pretória relações privilegiadas a que logo se juntaram, mais ou menos abertamente, outros regimes do Corno Sul.

A política externa Stroessnerista é na realidade bastante coerente: as relações são especialmente calorosas com Taiwan e com a Coreia do Sul, por exemplo, e pensa-se que Assunção será a sede dos congressos de ultra-direita como o que convocou no ano passado a Confederação Anticomunista Latino-americana (e que foi presidido pelo próprio Stroessner).

A capital paraguaia, além disso, deve ser uma das poucas cidades do mundo onde há uma rua chamada "Chiang Kaishek".

Nas relações com os seus dois grandes vizinhos (Ar-



Alfredo Stroessner

gentina e Brasil), o regime stroessnerista demonstra contudo muito mais sutileza e flexibilidade. Para um país pequeno e débil como o Paraguai, o equilíbrio é vital. Daí que Assunção pratique relativamente a Buenos Aires e a Brasília uma política que parece chamar-se "penduralidade" e que visa extrair o máximo benefício da aproximação a cada uma das grandes potências sub-regionais, sem se comprometer nunca a fundo com nenhuma delas. Nos últimos anos, o Paraguai está a utilizar sobretudo, neste terreno, o trunfo que lhe confere a sua posição estratégica na batalha que os argentinos e brasileiros disputam pela supremacia hidroeléctrica. Com os primeiros, o Paraguai levantará no Paraná a represa de Corpus. Com os segundos, avança aceleradamente na construção de Itaipu, cujo funcionamento parcial deve começar em 1983. Com uma potência instalada de 12 mil a 600 megawatts, esta será 6 vezes maior que Asuan e terá

mais quase 3000 megawatts do que a norte-americana de Grand Goulee, que é por agora a maior do mundo. Como a energia que dá Itaipu pertencerá em partes iguais ao Paraguai e ao Brasil, e como o primeiro só necessitará de uma ínfima parte, poderá vender um considerável excedente. Por isso os paraguaios depositam na sua riqueza hidroeléctrica as maiores esperanças no que respeita ao futuro económico do país. No entanto a forma como Stroessner conduziu toda a negociação com o Brasil, a propósito de Itaipu, tem suscitado fortes críticas internas por parte dos sectores que se preocupam com a defesa da soberania nacional.

O contrabando: o preço da paz

Se há algum motivo da parte do Paraguai stroessnerista para ser famoso à escala internacional, é o de se ter convertido num dos maiores centros mundiais do contrabando. No sector dos cigarros, por exemplo, só figurava Hong-Kong, e o papel paraguaio no tráfego de drogas foi explicado recentemente num livro norte-americano sobre a "Latin connection". As autoridades não são alheias a este fenómeno: e em Assunção ninguém ignora que "o número dois" do regime, o general Andrés Rodríguez, comandante de cavalaria, está implicado "até ao pescoço" no tráfego de heroína. Entre os seus colaboradores neste género de operações conta-se o chefe da polícia secreta, coronel Pastor. Stroessner distribuiu os "sectores": o almi-



si
da
m
e,
pi
vi
di
n
la
ar
té
n
P
fo
I
q
d
e
c
e
v
t
e
d
F
r
g
d
g
(
o
r
A
e
s

Paraguai rante Hugo González, por exemplo, é o beneficiário do tráfico de armamento, e o chefe da segurança presidencial extrai substanciais benefícios da prostituição na capital.

Senão no total, pelo menos em parte, o bolo reparte-se pelos membros da família Stroessner. Convém anotar, a este respeito, que em Abril do ano passado a filha do já mencionado general Rodriguez se casou com Hugo Stroessner, o segundo filho do presidente e ligado ele mesmo à heroína (até pouco tempo antes do casamento esteve internado numa clínica de Madrid, submetendo-se a um tratamento especial). Outra filha de Rodriguez está casada com um dos mais fortes contrabandistas civis.

Stroessner distribuiu também entre os seus familiares alguns sectores estratégicos da indústria: o seu genro Dominguez Dibb ficou com as pilhas electrónicas; o filho mais velho de Stroessner, os frigoríficos; o mais novo tornou-se o maior fabricante de arame farpado do país (e presidente do clube de futebol que ganhou a taça nacional...); outro parente, Matiana, foi gratificado com um alto cargo na Alfândega. Segundo sondagens feitas no princípio do ano passado pelo jornalista Charles Vanhecke, que escreveu para o *Le Monde* uma completa reportagem sobre a situação paraguaia. "Duas ou três famílias extraem do contrabando em média, meio milhão de dólares anuais". É todo um retrato do regime. Mas, segundo dizem, o próprio Stroessner teria afirmado já: "O contrabando é o preço da paz".



Vinte multinacionais são donas de um terço do país

Superfície: 406 000 752 km².
População: É actualmente estimada em 2 milhões e 750 mil habitantes. Deve ter-se presente que aproximadamente 1 milhão de paraguaios vive no exterior (no Brasil, no Uruguai, e, principalmente, na Argentina).
Crescimento demográfico: Durante a década anterior, foi de 3,4 por cento ao ano.
População rural: Perfaz os 65 por cento do total.
Composição étnica: A maioria da população é mestiça. Estima-se que os "brancos puros" rondam pelos 25 por cento e que os índios alcancem os 15 por cento.

Língua: A língua oficial é o espanhol, mas a grande maioria dos paraguaios fala também o guarani.

Alfabetização: Dois terços da população com mais de 15 anos não sabe ler nem escrever.

Saúde: Entre outros dados significativos, pode mencionar-se que há um médico para cada mais de mil habitantes, e que no início desta década, a média de longevidade se estimava em 45 anos.

Rendimento per capita: Segundo as cifras oficiais, 370 dólares por ano.

Moeda: O guarani, cotado desde 1960 a 126 unidades por dólar.

Produção: A economia paraguaia está baseada no sector agro-pecuário. Os principais produtos são: carnes, oleaginosas, algodão, madeira. Apenas 2 por cento da superfície do país está cultivada. A indústria ocupa somente 14 por cento da população activa.

Comércio exterior: "A política de desenvolvimento do país baseia-se no crescimento para fora", declarou recentemente à revista *Visión* o ministro da Economia Delfin Ugarte Centurión. As exportações saltaram de um nível de pouco mais de 30 milhões de dólares anuais em 1954, a quase 200 milhões em 1976. As importações são da mesma ordem: o Paraguai tem uma balança comercial equilibrada. Seu principal fornecedor é a Argentina (50 milhões de dólares em 1974), e o Brasil (28 milhões nesse mesmo ano).

Dívida externa: Em fins de 1974 ascendia a 617 milhões de dólares, incluindo empréstimos ainda não utilizados e interesses a pagar.

Crescimento do PIB: Em 1975 foi de 8 por cento.

Propriedade da terra: Os últimos estudos disponíveis informam que 1,4 por cento do total das explorações agrícolas, com uma superfície entre mil e vinte mil hectares, detinham 89 por cento da terra cultivada. No outro extremo, 98,6 por cento das explorações dispunham dos 11 por cento restantes.

Investimento estrangeiro: "O país estará aberto aos investimentos estrangeiros. A indústria necessita de milhões de dólares. Estaremos abertos aos investimentos. Não haverá restrições." (Delfin Ugarte Centurión, em declarações recolhidas em Abril de 1977 pela agência noticiosa *Latin*). "Vinte empresas estrangeiras são proprietárias de 30 por cento do território nacional. Quinze delas possuem mais de 20 por cento do efectivo ganadeiro. As empresas controladas pelo capital estrangeiro realizam mais de 80 por cento das exportações" (Ruben Bareiro Saguier, escritor paraguaio exilado na França, em declaração recolhida pelo diário *Le Monde*).

Situação social: O ministro Ugarte Centurión proclamou em Abril de 1977, segundo o já citado informe da agência *Latin*, que "o país não teve uma greve sequer há quinze anos, e desde 1974 não houve necessidade de aumento salarial".

Oposição permitida, sempre que não se oponha

A Stroessner interessa que haja uma oposição desde que submissa, decorativa, à medida das suas necessidades. E se a oposição não tem as características que se requerem, ele mesmo se encarrega de a remodelar.

Há pouco, por exemplo, as autoridades de Assunção reconheceram como líder legítimo do Partido Liberal Radical (PLR) Justo Pastor Benítez, um homem notoriamente dócil perante as exigências do regime, e como chefe do Partido Liberal (PL) Fulvio Celauro, outro político sempre disposto a ajoelhar-se diante do poder. Com efeito, em Janeiro do ano passado, a maioria do antigo PLR e o grupo principal do PL (dirigido pelos irmãos Levy Ruffineli) tinham decidido unir-se numa sólida organização, o Partido Liberal Unido, (PLU). Esta convergência, fruto de um longo e trabalhoso processo, podia criar um polo de atracção para toda a família política liberal, adversária histórica do coloradismo. E o PLU, mesmo sendo bastante moderado, é realmente um partido opositor. Ao apoiar os grupos de Pastor Benítez e de Celauro, o governo cria um contrapeso e estimula as lutas entre as facções do liberalismo.

Entre os conselheiros de Stroessner, há ainda aqueles que — coincidindo com a opinião da embaixada norte-americana — sustentam a conveniência de também reconhecer o PLU, de tal modo que a oposição



RE



Paraguai

divida as suas forças entre três correntes liberais.

Num esquema deste tipo, as posições "coloradas" não correriam nenhum risco, e as eleições ficariam com uma melhor "roupagem". Entre os militares, pareceria predominar a linha dura, partidária da proscricção do PLU por ser "subversivo", e da prisão ou deportação dos seus dirigentes mais combativos — como Carlos Alberto González ou Domingo Laino — se bem que caduquem as suas imunidades parlamentares, em Agosto próximo.

As restantes forças políticas paraguaias são todas ilegais: desde os dissidentes do oficialismo (que fundaram anos atrás o MOPOCO, Movimento Popular Colorado) até à democracia cristã, passando pelos "febricitantes". Entretanto, o PC

obviamente, é objecto de uma intensa repressão; em Janeiro do ano passado, para se colocar ao nível da política carteriana de "direitos humanos", Stroessner libertou condicionalmente três dirigentes Comunistas (António Maidana, Julio Rojas e Alfredo Alcorta) que tinham quase 20 anos de encarceramento sem que tenha havido qualquer processo. Mas quase imediatamente obrigou-os a sair do país. E Miguel Angel Soler, secretário-geral do partido, está preso desde os fins de 1975, sem que as autoridades reconheçam sequer que o têm em seu poder.

A Igreja, por último, converteu-se num bastião da resistência ao regime stroessnerista. Para certas vozes do governo, as comu-

nidades agrícolas organizadas pelos padres em algumas regiões do interior do país são nada mais nada menos que... "Kolkoses disfarçados" (sic), e o exército já levou a cabo violentas operações contra elas; a comunidade de Jejuy, por exemplo, foi atacada pelas tropas em Janeiro de 1974, o que desencadeou uma onda de protestos a nível internacional. As relações de Stroessner com a Igreja são, desde há alguns anos, bastante tensas.

Em Agosto, pois, Stroessner iniciará o seu sexto período presidencial, o seu vigésimo quarto ano à frente do governo, como "presidente da paz". Uma paz que, em Assunção, se parece demasiado com a que impuseram os nazis em Varsóvia...

A «democracia viável» de Alfredo Stroessner

10

*O último sobrevivente
de uma espécie de ditadores
em vias de extinção
— o velho tirano patriarcal
de estilo centro-americano —
Stroessner
quer tornar-se
ao mesmo tempo
o primeiro expoente
do tipo de «democracia»
que os Estados Unidos
propõem para
a América Latina.*



24 anos no poder...

SOBREVIVÊNCIA ou antecipação? O General Alfredo Stroessner, oficialmente qualificado no Paraguai como o "genial conductor do Destino Nacional", é o último representante de uma espécie em vias de extinção (a que pertenceram outros "supremos" como Trujillo, Somoza, Pérez, Jiménez Batista, Duvalier, etc.). Constitui o seu regime a melhor imagem dessa "democracia viável", "restringida" ou "tutelada" graciosa e liberalmente, Jimmy Carter?

Ambas as coisas, paradoxalmente, podem ser certas por si só. Decano dos "patriarcas" tradicionais, Stroessner conseguiu prolongar longamente o seu Outono. Em Agosto passado celebrou-se nada menos que o vigéssimo terceiro aniversário do seu acesso ao poder. E se outras ditaduras tradicionais se aproximam da década 80 metendo água por todos os lados (como o somozismo que quem sabe se sobreviverá todo o ano de 78), o "manda-chuva" paraguaio dispõe ainda de considerável margem de manobra. Tanto, que bem poderia poupar aos norte-americanos o trabalho — às vezes bem difícil, por certo — de lhe procurar um substituto. Nem sempre se encontram "balagueres" aptos para ocupar o lugar dos "trujillos". Stroessner poderia ser um caso, provavelmente o único, de "auto-substituição".

Velha raposa da política, o ditador paraguaio descobriu há já muitos anos, sem ter tido a necessidade de ler Lampedusa, que às vezes "é necessário mudar alguma coisa, para que tudo continue na mesma". Ele soube conceder certos ajustes nos momentos necessários, e é a essa flexibilidade tanto como o seu (inquestionável) zelo repressivo que é atribuída a sua longividade política. Daí que se encontre hoje numa posição muito mais favorável que a dos seus vizinhos para sobreviver aos embates da conjuntura.

Com efeito, se a nova estratégia carteriana de "direitos humanos" surpreendeu Santiago, Montevideu ou Buenos Aires, em plenas

e indissimuladas carnificinas, Assunção iniciou há já uma dezena de anos, nos tempos kennedianos, o caminho de uma pseudo-democratização bastante análoga à que agora se proclama dos regimes militares do Cone Sul. Já em 1963, compelido por Washington, Stroessner aventurou-se a uma cautelosa experiência de "democratização por etapas" (nunca passou da primeira, é certo) que bem poderia chamar-se "democracia viável". Visto de certa perspectiva, Stroessner aparece, pois, como ditador, como um dinossauro. Mas visto por outro prisma, é um precursor, um pioneiro.

Kennedy pedia então, como Carter pede agora, muito pouca coisa. Stroessner concedeu. E, assim é que no Paraguai há eleições, parlamento, partidos políticos, Constituição, jornais de oposição, etc. Não é uma democracia "verdadeira", claro, porque para que esta fosse possível "teríamos que ter uma renda per capita de 750 dólares" segundo opinava há pouco um alto personagem governamental (a cifra actual é ainda bastante inferior a 400 dólares).

As eleições paraguaias são, pois, uma farsa, são toleradas só as forças de oposição que dão provas de submissão, os sindicatos estão proibidos, a imprensa controlada e à esquerda não se deixa outra opção que não seja o exílio ou a prisão. A fachada democrática do "stroessnerismo" é uma realidade tão inconsistente que para mostrar a fragilidade de cartão com que foi construída, basta assinalar-se que o governo nunca se decidiu levantar o

Estado de sítio que existe ininterruptamente no país há mais de trinta anos!

Mas, afinal de contas, o que é essa "democracia viável" (ou como se pretende chamá-la) que agora é proposta? Pelo que se sabe, no Paraguai não há necessidade da reinvenção da pólvora. E, à diferença do seu vizinho Banzer, cujos propósitos de se auto-sucedem viram-se recentemente frustrados pela falta de consenso interno, Stroessner controla totalmente a situação.

A possibilidade de que outro homem seja levado à sua substituição como presidente do Paraguai, deve ser descartada por "razões sociológicas", segundo declaração do líder da maioria parlamentar "colorada", González Alsina, ao jornalista francês Charles Vanhecke, em princípios de 1977. "Eleger outro presidente — implicaria desencadear a luta contra as diversas facções".

A carta de triunfo de Stroessner é, em consequência, a muito conhecida (mas sempre eficaz) "ou eu ou o caos", que jogou com a sua habilidade habitual e pode manter-se no timão e atravessar sem maiores sobressaltos a borrasca (não muito violenta, convenhamos) levantada por Carter.

Em Fevereiro deste ano, Alfredo Stroessner iniciou o seu sexto período presidencial, depois de eleições impecavelmente "viáveis". Sem azares, sem perigos de "excesso", sem as dores de parto, o "modelo" político defendido e reclamado por Washington já está em funcionamento no Paraguai.



RE



BRASIL

O avanço do movimento sindical

*Cresce nos sindicatos a oposição aos delegados impostos pelo Governo.
A mulher operária
também se organiza e reclama os seus direitos.*

Antônio Almeida

Nos últimos meses o movimento operário brasileiro, vem demonstrando uma lenta mas crescente reanimação. Isso reflectiu-se, por um lado, no desencadeamento de várias greves nas fábricas e por outro lado no combate ao colaboracionismo dos sindicatos. Em ambos os casos os metalúrgicos estiveram na vanguarda, e isso tem muita importância se considerarmos que essa categoria de trabalhadores representa 33 por cento (cerca de 900 mil) dos trabalhadores da indústria transformadora e que eles estão justamente no sector industrial mais dinâmico da economia brasileira.

Os metalúrgicos estão a atacar duramente os delegados impostos pelo Gover-

no depois de 1964. Esse avanço permitiu que diversos sindicatos tenham passado às mãos da oposição. Consciente do perigo que significam os sindicatos autênticos, o governo não perdeu tempo e através do Ministro do Trabalho, Arnaldo Preto, decretou que as listas de oposição que se apresentam nos sindicatos não têm direito de designarem representantes nas mesas de voto, nem fiscais no escrutínio.

Isso significa o último recurso, antes de uma eventual intervenção militar para evitar a conquista do sindicato, ou seja: a promoção de eleições fraudulentas.

A medida do governo produziu os seus frutos. Nas eleições do sindicato de metalúrgicos de São Caetano (região da Grande S. Paulo) o resultado foi 2088 para os burocratas e somente 175 para a oposi-

ção. No dia seguinte os trabalhadores da oposição sindical denunciaram publicamente a fraude e entregaram à imprensa e ao governo um documento com mais de duas mil assinaturas de trabalhadores pedindo novas eleições.

A mulher metalúrgica

Muito trabalho, pouco dinheiro, a repressão generalizada e outros importantes problemas que enfrentam as operárias, foram discutidos no 1.º Congresso da Mulher Metalúrgica, em S. Paulo.

O sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, promotor da reunião, conta com mais de duas mil mulheres sindicalizadas, num total de vinte mil operárias metalúrgicas que trabalham na região. O excesso de trabalho, entre

outras causas, impede que as metalúrgicas tenham uma maior participação no sindicato e que se organizem melhor, como neste congresso.

Se a situação dos trabalhadores brasileiros é péssima, com salários baixos, más condições de trabalho, custo de vida cada vez maior, direitos políticos inexistentes, ausência de liberdade sindical, a situação da mulher operária é ainda pior.

Nas fábricas a mulher tem que enfrentar a discriminação, ou seja, ganhar menos e trabalhar mais, pelo simples facto de ser mulher.

O não cumprimento das normas constitucionais e laborais foi outro dos pontos assinalados nas discussões. Entre a série de leis violadas pelas empresas, está a que determina salários iguais aos dos homens e a que determina a construção de creches para os filhos das operárias.

Além dos problemas específicos das fábricas, discutiram-se as alterações propostas pelo governo na legislação do trabalho. Com elas quer-se legalizar uma exploração ainda maior da força de trabalho feminina, permitindo que as mulheres tenham horas extras, trabalho nocturno, etc.

Perante esta situação ganha extraordinária importância o aparecimento da consciência trabalhadora da mulher, não somente com relação à procura de direitos específicos, como também através da participação activa da mulher na luta sindical.

As conclusões do Congresso foram bastante diversificadas, desde a reivindicação



*A mulher trabalhadora, duplamente explorada

de inspeções nos quadros, por fiscais do sindicato, e a pressão para conseguir autonomia sindical, até propostas de "greves-tartaruga", (trabalho ultra-lento), como medida de força. Concretamente, o Congresso apresentou os seguintes pontos: redução

do dia de trabalho da mulher para 6 horas; creches e refeitórios nas fábricas; salários iguais para homens e mulheres, adultos e menores de idade e o cancelamento das horas extraordinárias e do trabalho nocturno.



RE



ASIA

ÍNDIA

A vitória eleitoral de Indira Gandhi



A menos de um ano da sua fragorosa queda a dirigente indiana reaparece com uma grande força política e popular. Simultaneamente outras correntes de esquerda registaram grandes avanços. A maré direitista começa a refluir na península indiana.

Demonstrando uma inesperada vitalidade política, a senhora Indira Gandhi conduziu o seu partido (o Congresso-Indira) à vitória eleitoral em dois dos três Estados hindus que renovaram os seus parlamentos em 25 de Fevereiro.

A pouco menos de um ano de ter sido esmagadoramente derrotada nas eleições nacionais de Março de 1977, onde perdeu o lugar de Primeiro-Ministro, a sua bancada parlamentar e, por consequência, a direcção do Partido do Congresso, a

Mohamed Salem

filha de Nehru converte-se assim na principal figura opositora ao governo de Morarji Desai e ao seu partido Janata.

"Eu encarno a única oposição" declarou Indira, não sem certa arrogância, ao conhecer o resultado eleitoral. Sobre os seus planos políticos, a experimentada dirigente, que não se candidatou a nenhum cargo nestas eleições locais, limitou-se a dizer que "não tenho a intenção de ser deputada num futuro próximo" já que "não sou chefe da oposição no Parlamento, mas sim no plano nacional".

A vitória de Indira é, em primeiro lugar, um triunfo sobre os seus antigos correligionários do Partido do Congresso, que tomando-a como bode expiatório e evitando uma autocrítica, lhe atribuíram toda a responsabilidade da derrota de Março, e terminaram por expulsá-la da organização em Janeiro deste ano, acusando a ex-Primeiro-Ministro de "divisionismo". O ramo tradicional do Partido do Congresso perdeu nos Estados de Karnataka e Andhra-Pradesh frente à fracção liderada por Indira, e em Maharashtra (Estado de Bombaim) foi derrotada pelo oficialista Partido Janata. Coube então a Brahmananda Reddi "assumir a sua responsabilidade" pelo trágico erro de cálculo e renunciar à presidência do partido, enquanto grande parte dos seus dirigentes se passaram com armas e bagagens para o Congresso-Indira para não ficarem totalmente marginalizados no jogo político.

O retorno da senhora Gandhi é, também, um sério revés para o oficialista Janata (Partido do Povo) que havia baseado o seu triunfo em 1977 no ataque pessoal à Primeiro-Ministro, mais do que na defesa



Morarji Desai

de um programa alternativo. Não satisfeitos com a sua vitória, os partidários de Morarji Desai (muitos dos quais foram encarcerados ou perseguidos em 1976, durante o estado de emergência) prosseguiram a sua campanha contra Indira até a colocarem na prisão.

Foi um passo apressado. Não podendo provar as acusações de depotismo e corrupção, a justiça viu-se obrigada a libertar a senhora Gandhi, que obteve assim uma promoção inesperada e pode utilizar contra o Governo as mesmas acusações de repressão e autoritarismo que poucos meses antes lhe tinham custado o cargo.

A herança do congresso histórico

Um novo panorama político abre-se na Índia a partir das eleições de Fevereiro, não tanto pela sua importância intrínseca (só estavam em jogo os governos locais de três dos 22 Estados) como pela sua condição de diagnóstico do sentimento popular.

O mais transcendente a longo prazo é o virtual de-

saparecimento do velho Partido do Congresso, a noventa anos da sua fundação. O partido de Mahatma Gandhi conduziu a Índia à independência e monopolizou os primeiros anos de vida do país sob o poder de Jawaharlal Nehru.

Não era fácil manter essa unidade numa sociedade de múltiplas etnias, de conflitos de classes e onde ainda subsistem restos da tradicional divisão em castas. A crise estourou em 1968, quando a ala direita, oposta à direcção populista de Indira Gandhi, se separou, constituindo o Congresso O (de OLD, ou seja velho), encabeçado pelo actual Primeiro-Ministro, Morarji Desai. Em 1977 o então Ministro da Agricultura e dirigente dos "intocáveis", Jagjivan Ram rompe com Indira, funda o Congresso pela Democracia e alia-se à coligação Janata. Pouco depois caberia à própria senhora Gandhi separar-se do velho partido para criar o Congresso-Indira.

A permanente reinvidicação de cada uma das quatro organizações em ser a "herdeira legítima" do grande partido não consegue ocultar o carácter personalista ("caudilhistas" dir-se-ia na América Latina) das discrepâncias. A ausência de definições programáticas nítidas, é outra característica do panorama político da Índia actual.

Em um ano de gestão, o governo de Janata não pode responder com medidas concretas às aspirações de mudança que o levaram ao poder. A direita e a esquerda da coligação neutralizam-se mutuamente, obtendo-se como resultado uma orientação que pouco difere da anterior.



RE



Assim, Georges Fernandes, o Ministro da Indústria, de origem socialista, pôde enfrentar com êxito a Coca-Cola e a Honeywell, mas ainda não conseguiu do gabinete um acordo total sobre o seu programa integral de acção contra as multinacionais. Os sectores conservadores, por seu lado, tentaram uma reorientação da diplomacia de Nova Dehli em relação a Washington e Pequim, mas chocaram-se com a oposição dos Estados Unidos ao programa atómico hindu e à necessidade de não comprometer os acordos de cooperação económica e militar com a União Soviética, cujas vantagens para a Índia, impõe-se por um critério realista, acima das simpatias ou antipatias ideológicas.

Em definitivo, nenhuma mudança radical, a não ser a manutenção internamente da economia mista com forte participação estatal e do não alinhamento no plano internacional.

Contra a política oficialista, a senhora Gandhi limitou-se a prometer que não cometerá os erros do passado, sem aprofundar a autocrítica sobre quais seriam estes erros. O seu carisma pessoal e sua oratória convincente permitiram-lhe captar eleitoralmente o inconformismo latente entre os sectores populares que motivou a sua derrota, há um ano atrás.

Observadores imparciais constataram, porém, que a indicação de veteranos políticos tradicionais como candidatos pelo Congresso-Indira, não parece concordar com uma vontade de renovação profunda.

A clamorosa derrota do Congresso tradicional, por

sua vez, indica que também este partido não soube exprimir de forma clara as aspirações das grandes maiorias hindus.

O desafio da esquerda

O desgaste e a atomização do histórico Partido do Congresso, abriu desta maneira um maior espaço político às forças socialistas.

O Partido Comunista da Índia foi arrastado, por causa da sua aliança com Indira, pela derrota desta em Março do ano passado, reduzindo a sua representação parlamentar de 23 para 7 deputados. Este duro golpe não significou, porém, uma perda da sua capacidade organizativa, e o PCI está a redefinir a sua tática diante da nova situação, procurando recuperar a sua força.

Por outro lado, o Partido Comunista Marxista, organização que procura manter-se à margem do conflito sino-soviético, cresce vertiginosamente. Além de contar com 22 lugares no Lok Sabha (a câmara federal de deputados de 542 membros), o PCM conquistou em Janeiro uma ampla maioria na província de Tripura, e teve um bom resultado nas eleições regionais de Fevereiro.

A esta esquerda independente, soma-se agora uma nova força, a do Partido dos Camponeses e Trabalhadores, que pouco antes do último escrutínio, rompeu a sua aliança com o Partido Janata.

Mesmo combinando as suas forças (e este não é um passo que possa ser esperado de imediato), estas

três organizações apenas prefazem 10 por cento do eleitorado hindu. Mas a sua crescente influência entre os trabalhadores urbanos e nas universidades, permite-lhes ter uma presença activa na política quotidiana.

No momento actual, Indira Gandhi é, efectivamente, a oposição. Mas para reconquistar o seu posto de condutora da Índia, deverá tomar em conta a exigência de definições que exige esta pujança da esquerda, e converter a sua vocação populista num autêntico programa de mudanças capaz de levar a nação mais populosa do Terceiro Mundo ao caminho da superação dos seus imensos problemas.

No âmbito regional, a vitória de Indira Gandhi não deixará de ter repercussões. Do mesmo modo que a sua queda há um ano foi imediatamente acompanhada pelo golpe de Estado que depôs Ali Bhutto no Paquistão e o triunfo da senhora Sirinavo Bandaranaike no Sri Lanka, é de esperar que o seu actual triunfo anime as forças progressistas desses países a superarem a maré conservadora.

Actualmente, as maiores tensões políticas registam-se em Islamabad, onde as autoridades militares proibiram todas as actividades políticas. A medida repressiva, que castigará com prisão e vinte açoites os infractores, tem por finalidade suspender a campanha do Partido Popular pela liberdade de Ali Bhutto, que foi condenado à morte com acusações de corrupção, semelhantes àquelas que foram utilizadas contra a sua ex-colega, Indira Gandhi.

TIMOR

A intervenção australiana

*O avanço da luta popular conduzida pela FRETILIN
obriga os governos reaccionários da região
a ampliar a sua participação na guerra em apoio à Indonésia.
A Austrália é uma ponta de lança
de um movimento estratégico muito mais vasto.*

Etevaldo Hipólito



RE



Timor No decorrer de uma entrevista concedida a Etevaldo Hipólito, nosso correspondente no Maputo, Roque Rodriguez, membro do Comité Central da FRETILIN e embaixador da República Democrática de Timor Leste em Moçambique, denunciou as manobras que neste momento leva a cabo o governo indonésio para conseguir apoio dos países reaccionários do sudoeste asiático a uma agressão de grande escala contra o seu país. O plano deverá ser iniciado com o reconhecimento por parte da Austrália da anexação de Timor Leste à Indonésia. Com isto tratar-se-ia de justificar o envio de tropas em apoio das forças agressoras do general Suharto.

A entrevista teve lugar na capital de Moçambique, na ocasião da divulgação pública de um documento enviado por Mari Alkatiri, ministro das Relações Exteriores da República Democrática de Timor Leste, ao seu homólogo australiano, Andrew Peacock, protestando contra o apoio do governo de Camberra aos invasores indonésios.

— Porque o governo australiano, que até há pouco se contentava com uma discreta colaboração ao regime de Suharto, aparece agora como ponta de lança de uma operação que tenta liquidar a resistência do povo maubere?

— O povo de Timor Leste aprendeu a conhecer as táticas do inimigo e a saber defini-lo atendendo ao contexto da sua acção. As classes trabalhadoras australianas e o povo australiano em geral não têm um governo que os represente.

Existe então a possibilidade de que se estabeleçam



Os guerrilheiros da FRETILIN controlam parte do território de Timor-Leste.

alianças entre as forças reaccionárias no poder na região. Mas o povo maubere prossegue vitorioso a sua luta. A defesa que faz de uma causa justa conduz à conquista da simpatia e ao apoio dos povos progressistas. O governo de Andrew Peacock não se comprometa, no início, abertamente contra o povo soberano de Timor Leste. Pouco a pouco a Indonésia perdia terreno. A sua ambição começou a ser exemplarmente castigada pelo nosso povo. A Austrália, por outro lado, à medida que a guerra avança em nosso favor, vê-se na obrigação de mudar a sua política ambígua para uma de apoio à agressão indonésia contra um estado soberano da Ásia.

O desenvolvimento da nossa guerra popular vai-nos indicando aqueles que se aliam ao inimigo para nos combater. As políticas ambíguas nunca foram favoráveis aos povos. A ambiguidade na política é a prática consequente dos inimigos da liberdade.

Devido à luta vitoriosa promovida pelo governo de Timor Leste sob a direcção da FRETILIN contra as tropas agressoras da República Unifária da Indoné-

sia, o governo australiano viu-se obrigado a estudar uma forma de justificar a sua intervenção militar na República Democrática de Timor Leste, de maneira a poder cooperar na agressão que o governo indonésio desencadeava contra o nosso estado soberano e democrático.

Justificar a intervenção militar

E neste contexto que, como primeiro passo, a Austrália pretende reconhecer a integração forçada de Timor Leste à Indonésia. Temos conhecimento de que existe cooperação entre estes dois governos para sufocar a voz libertadora dos povos que lutam contra a ditadura do general Suharto. Já existem relações de cooperação entre ambos os dirigentes no sentido de reprimir a luta do povo do Irião Ocidental, território que a Indonésia anexou pela força há alguns anos.

— Que significado imediato terá esta agressão contra o Irião Ocidental para os demais povos da região?

— Significa, em primeiro lugar, evitar o contágio de um processo libertador que existe naquela área e que começou com o povo maubere. O nosso povo arrancou a sua liberdade através de um uso correcto e científico das armas. Como isto constitui um "mau precedente", para estes povos que lutam pela sua liberdade e pela independência, então o imperialismo sente a necessidade de sufocar todas as iniciativas do tipo da tomada pelo povo maubere.

Já há muito tempo que existia uma guerra de guerrilhas no Irião Ocidental. Esta guerrilha, que vinha a perder a sua força, foi reactivada pelo exemplo moral que lhe deu Timor Leste ao reagir pelas armas e avançar resolutamente contra os inimigos da liberdade.

Nós constatamos com muita alegria, no seio da direcção da FRETILIN e do nosso Estado, que depois de começada a guerra popular em Timor Leste se reactivou a guerra no Irião Ocidental. Isto mostra uma vez mais a unidade que existe na luta dos povos oprimidos.

Foram reactivadas cinco bases guerrilheiras nesta "província" indonésia. Para sufocar os primeiros impulsos libertadores deste povo, foram destacados entre dez a quinze mil paraquedistas indonésios. A semelhança daquilo que acontece com o povo maubere, pensamos que o povo de Irião Ocidental, persistindo na guerra popular irá conseguir a vitória e a independência.

— Depois de dois anos de uma tentativa de invasão, que, segundo declarou o general Suharto, não deveria durar mais de uma semana, o que leva os dirigentes indonésios a solicitarem o apoio aberto e declarado do governo australiano?

— Bom. Dentro do contexto da sua debilidade, o regime de Jakarta vê-se obrigado a pedir auxílio aos seus parceiros, aos seus sócios daquela área. É neste sentido que a Austrália sente a necessidade de reconhecer Timor Leste como parte integrante da Indonésia, sem que isto cause grandes problemas na área



O governo da Austrália apoia a aventura indonésia no Timor Leste

internacional. Assim poderá cooperar com o regime de Suharto na repressão desencadeada contra o povo maubere, já que as Forças Armadas indonésias são incapazes de o fazer sós.

A Austrália abriria o caminho

— Conhecemos o apoio que a população da Austrália manifestou ao povo de Timor Leste. Você pensa que a opção tomada pelo governo conduzido por Andrew Peacock compromete a expressão desta solidariedade?

Ao Comité Central da FRETILIN é-lhe particularmente grato constatar o apoio e a simpatia que o povo maubere em armas desperta entre os povos em luta, as forças democráticas, as organizações e países progressistas. Como vizinho que é, o povo australiano em geral, e em particular a classe trabalhadora e suas organizações democráticas e progressistas, tem sabido dar a devida importância à luta do povo maubere e tomaram uma posição de princípios em relação às actividades do governo australiano. É nos momentos difíceis que se desenvolvem as relações pro-

tundas. Podemos dizer com alegria que o povo australiano soube honrar a memória dos combatentes do seu país que, lado a lado com o nosso povo, enfrentaram o expansionismo nipónico, durante a Segunda Guerra Mundial.

— Neste caso, como já foi dito, não será somente a Austrália que interviria. Ela será utilizada para abrir um precedente...

— Sim, exactamente. A Austrália apenas abriria um precedente. Depois, de acordo com o desenvolvimento da luta, seriam outros os países reaccionários que interviriam. A Austrália abriria o caminho porque é o país que neste momento tem mais possibilidades, menos problemas internos. Os demais governos direitistas da área, como é o caso das Filipinas, Malásia ou Tailândia, confrontam-se com sérios problemas. Formam parte do bloco belicista da ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático), integrada pelas Filipinas, Indonésia, Singapura, Malásia e Tailândia, e desejariam ajudar a Indonésia. Mas o avanço da luta libertadora nestes países impede-lhes quaisquer acções neste sentido. A Austrália, pelo contrário, não tem estes problemas.



BIRMÂNIA

A crise do modelo reformista

A «via birmana para o socialismo» do general Ne Win, abre paradoxalmente as portas do país às multinacionais e aprofunda as diferenças econômicas e sociais. Além de um poderoso movimento armado de orientação comunista na fronteira norte surge agora uma nova alternativa revolucionária com a Frente de Libertação da Birmânia.

NO começo deste ano, o congresso do partido no poder na Birmânia

O Partido do Programa Socialista — decidiu “terminar com o isolamento e com a ortodoxia financeira”, e exprimir pela primeira vez que “os investimentos estrangeiros poderiam desempenhar um papel positivo no desenvolvimento da economia birmanesa”.

Abre-se assim uma brecha na política de estrita neutralidade e de repúdio ao investimento estrangeiro persistentemente mantida pelo governo, cedendo às pressões das multinacionais norte-americanas e japonesas, que até agora consideravam a “via birmanesa para o socialismo” como

ameaça aos seus interesses.

Com quase 700 mil quilômetros quadrados de superfície e mais de 30 milhões de habitantes, a Birmânia é um dos países mais pobres e explorados do Mundo. A sua população, essencialmente camponesa, continua crescendo a um ritmo anual de 2,5 por cento, enquanto a produção de arroz, base da alimentação, continua estagnada.

A ocupação colonial inglesa submergiu o país em dívidas, e o campesinato birmanês, outrora dono da terra, começou a sentir a espoliação do produto do seu trabalho, ficando reduzido à condição de intermediário ou de operário agrícola.

Em 1948, a Birmânia consegue a sua independência, mas a sua situação não mudou. As crises sucederam-se umas às outras, sem deixarem margem a possíveis progressos no campo econômico e social.

Herói da resistência anti-japonesa, Primeiro Ministro durante o governo de U Nu, o general Ne Win sobe ao poder em 1962. Diante da crescente corrupção, Ne Win tinha a imagem de homem íntegro.

Apoiado pelo exército, única instituição não corrompida do poder, Ne Win não encontrou grandes dificuldades para derrubar o Parlamento e prometer então a “via birmanesa para o socialismo”, com o claro



A guerrilha Karen: "Um constante estado de rebelião"

objectivo de "abolir a exploração do homem pelo homem", através da nacionalização de economia. Hoje, o seu governo é alvo de violentas críticas, segundo as quais, suas boas e *sui-generis* intenções socialistas, não fizeram mais do que supercentralizar os planos económicos e controlar os preços dos bens de consumo.

A crise do modelo

A economia birmanesa é dirigida por vinte e duas corporações estatais que fixam os preços e supervisionam a produção e a distribuição dos produtos. A corrupção e a insuficiente administração estimulam o aparecimento de um mercado negro onde é encontrada a maioria dos bens que desapareceram do mercado controlado.

Grandes indústrias e comerciantes, na sua maioria de origem indígena, trabalham lado a lado com dirigentes militares, e tiram vultosos lucros em todo um sistema de patentes e permissões obrigatórias, dentro de um contexto de penúria crescente.

Enquanto isso, o comércio externo continua em baixa, desde 1962.

No biénio 72-73, o valor total das exportações e importações atingiu o seu ponto mais baixo, desde que Ne Win assumiu o poder.

Nesses anos, a crise de energia e o aumento dos preços do petróleo transformaram-se, para o governo de Rangum, na válvula de escape para a sua aguda situação. E assim decidido estimular a produção de hidrocarburentes, embora nesse momento a **Myanma**

Oil Corporation (MOC), monopólio estatal do sector, não dispusesse de recursos suficientes para manter nem sequer os níveis de extracção. As companhias petrolíferas ocidentais e japonesas foram então convidadas a efectuar prospecções na plataforma continental.

Depois de encontros e conversações entre a Pertamina, órgão estatal petrolífero da Indonésia, a MOC, e os generais Ne Win e Suharto, foi elaborado um contrato modelo de produção partilhada, e um calendário de investimentos.

Companhias japonesas, norte-americanas, e um consórcio europeu obtiveram licenças de exploração.

Este progressivo abandono dos ideais reformistas



RE



Birmânia

nos primeiros tempos, é a base de um crescente descontentamento popular, cuja expressão está influenciada por factores históricos profundos: a falta de organização de massas e as divisões étnicas, habilmente utilizadas, primeiramente pelos colonizadores, e depois pelos sucessivos poderes.

A Federação Birmanesa, composta por dez "estados", é um verdadeiro mosaico étnico. Sessenta por cento da sua população pertence à étnia birmanesa, e os quarenta por cento restantes são divididos principalmente entre os Shans, os karens, os kachins, e os Kayans, que nunca admitiram a dominação birmanesa, e que desde a partida dos ingleses estão em constante estado de rebelião contra o regime de Rangum.

O povo encontra canais de expressão, aproveitando-se de conjunturas políticas propícias. Assim o fez em Dezembro de 1974, quando depois da morte de U Thant, Secretário-Geral das Nações Unidas, os estudantes arrebataram o féretro do diplomata progressista birmanês, e converteram o seu funeral numa manifestação de repúdio ao regime.

Esta não foi a primeira nem a última demonstração de oposição que agitava a Birmânia. Em Junho do mesmo ano, um amplo movimento de protestos sacudiu a população. O motivo imediato foi a inflação e o aumento do preço do arroz. As manifestações originaram uma greve generalizada que começou com a paralisação dos poços de petróleo, estendeu-se ao sector ferroviário e culminou com o encerramento



Além da guerrilha do PC surge agora a da Frente de Libertação da Birmânia que agrupa o Partido do Trabalho, a Federação dos Camponeses, o Partido Socialista Progressista, etc...

total das fábricas e das empresas de transporte público. Mas a violência policial pôs fim às greves. Desde 1962, os sindicatos estavam proibidos na Birmânia, o que explica a surpresa e a reacção brutal de um governo que, em doze anos, não havia enfrentado protesto de tal magnitude.

Eleições sem surpresas

Qual é hoje o panorama, quatro anos depois desses acontecimentos? Em princípios de Janeiro, os birmaneses foram às urnas, em um acto eleitoral onde nenhuma surpresa era esperada. O general Ne Win foi reeleito Chefe de Estado por quatro anos, e os 464 candidatos, cuidadosamente designados, foram eleitos deputados. Todos são membros do partido único, o Partido do Programa Socialista. O regime aparenta solidez.

Não há dúvidas de que o monolitismo em torno do "Sol Deslumbrante" (nome de guerra adoptado por Ne Win) começa a desmoronar-se. Em pouco de mais de um ano, foram efectuadas duas "purgas" no seio do partido, o que parece indicar uma luta de influências nos órgãos decisivos do aparelho. A última delas afectou 113 quadros "o bando dos 113", acusados de serem "elementos antipartido e antipovo". No ano anterior, quase 55 mil membros do partido julgados "indignos da sua função", haviam sido excluídos.

Mas é certo que o principal problema de Ne Win não se limita somente às intrigas palacianas, mas sobretudo à segurança das suas fronteiras. O poder central, tão forte aparentemente, é impotente para chegar à periferia do país. Como dissemos anteriormente, a Birmânia herdou os antagonismos étnicos exacerbados pelo colonialismo inglês.

As mais importantes minorias mantêm os seus próprios exércitos de libertação nacional em luta contra o poder central. Mas não há dúvida de que a força mais pujante é o Partido Comunista (pró-China).

Fundado durante a Segunda Guerra Mundial, soube obter o apoio das minorias étnicas, e mediante esta estratégia de alianças, conquistou gradualmente a adesão dos jovens shans, karens, e kayans. Pode ao mesmo tempo coordenar todos os movimentos de rebelião e estabelecer vastas zonas libertadas, não somente no nordeste, mas também no sudoeste, e ao longo da fronteira com a Tailândia.

A situação geográfica das zonas que escapam ao poder central permite o reforço da cooperação com os partidos comunistas da Tailândia e da Malásia, cujo crescimento nos últimos tempos, é notório.

As minorias rebeldes controlam uma parte importante das actividades económicas do país. Enormes quantidades de estanho e pedras preciosas (sem contar o ópio) atravessam clandestinamente as fronteiras. Os fundos assim obtidos, permitem a compra de armas que, por outro lado, são abundantes na região após a derrota dos mercenários de Thieu e dos norte-americanos no Vietnã do Sul.

Alternativas revolucionárias

Em Outubro do ano passado, as forças comunistas lançaram uma ofensiva com o objectivo de se apoderarem de duas cidades estratégicas, Hopan e Palang, na região de Ken Long, no nordeste. Os combates duraram vinte e quatro dias, e deixaram um saldo de mil mortos de cada lado. Os confrontamentos prosseguiram em outras duas frentes, nos arredores de Ken Tung e Hsipaw.

Os guerrilheiros dispõem, ao que parece, de armamento mais moderno do que o exército birmanês e melhores condições de recrutamento. Por sua vez, os militares birmaneses têm melhor preparação profissional. Muitos afirmam que os comunistas poderiam, se o quisessem, separar do governo central todo o norte e toda a região montanhosa a leste de Saluina.



O general Ne Win

Coincidindo com este aumento de actividades militares do PC, e rompendo a censura do regime, foi tornada pública uma declaração da Frente de Libertação da Birmânia, recentemente constituída. Integrada pelo Partido do Trabalho da Birmânia, pela Federação de Camponeses, pelo Partido Socialista Progressista, pelo Partido Muçulmano Progressista, pela União de Solidariedade Anti-imperialista e pela Associação de Escritores Progressistas, a Federação condena abertamente o regime de Ne Win, a quem acusa de provocar "a deterioração contínua das condições económicas, culturais e sócio-políticas" das massas trabalhadoras.

Este renascer da oposição, depois de dez anos de calma, inquieta Rangum. A imprensa internacional fez especulações sobre as sucessivas visitas de Ne Win à China, afirmando que o general teria pedido o corte às ajudas que Pequim dá

aos rebeldes. Pensa-se que as conversações tidas com o Primeiro Ministro chinês, Teng Hsiao-Ping, que visitou recentemente a Birmânia, tentaram conseguir convencer o regime de Rangum a negociar o cessar fogo com o Partido Comunista da Birmânia e com os diversos movimentos insurreccionais.

Estão em jogo, sem sombra de dúvida, a coesão da União Birmanesa, e a própria sobrevivência da equipa que está no poder.

O panorama ainda é confuso, e se bem que não se possa prognosticar à curto prazo a tomada do poder pelas forças populares, o desgaste do regime de Rangum é largamente conhecido. Teme-se no Sudeste Asiático que o regime termine por ceder ao engano da democracia burguesa tradicional, que se acreditava já superada, ou ainda o pior, a um golpe ultradireitista, como nos países vizinhos, Tailândia e a Índia.

Cristina Canoura



RE



NEPAL

A CIA no Himalaia

Uma conspiração para transformar num satélite de Washington este pequeno reino, enclave entre os dois países mais populosos do planeta.

OS organismos da política externa dos Estados Unidos sempre deram valor à estratégica posição do Nepal, o pequeno reino situado no Himalaia, entre a China e a Índia, mas nunca apreciaram a posição neutral do rei Birendra: os observadores da área informam que a CIA está a levar a cabo uma "operação para a substituição do jovem monarca.

A neutralidade do Nepal na rivalidade entre as potências regionais, foi o meio utilizado para a preservação da independência deste país de doze milhões de habitantes.

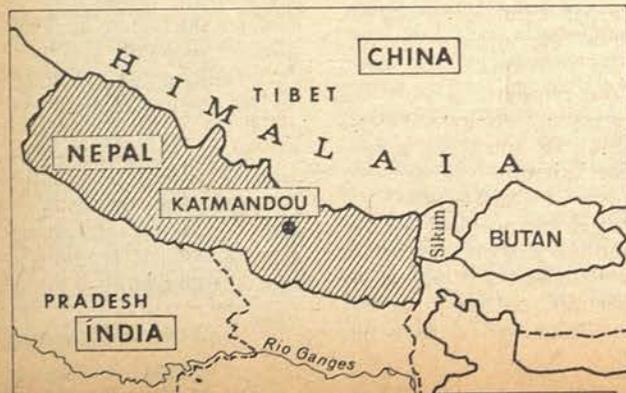
A nível oficial, o Departamento de Estado manifesta o seu apoio pela posição de Birendra, mas a nível concreto a CIA "trabalha" para derrubá-lo. A finalidade é substituí-lo por

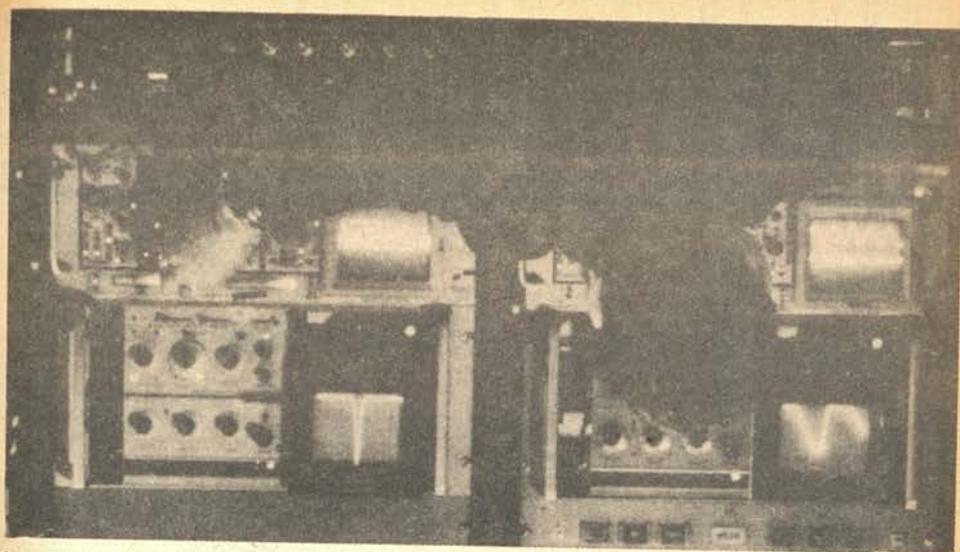
um governo aliado, que podendo ser manipulado por Washington, lhe outorque indirectamente o controlo desta posição chave na Ásia.

As informações assinalam que a CIA tem utilizado grossas somas na criação de uma rede de agentes e aliados, chegando mesmo a captar influentes personalidades do Governo. Entre estas personalidades, cita-se o ministro das Finanças, B. B. Thappa, e o ministro da Educação, Pashupati Rana.

Esta oposição que se deleneia dentro do regime, consiste em limitar ou impedir as iniciativas do rei e minar seu prestígio, ao mesmo tempo que procuram reforçar as suas posições.

O segundo passo será substituir Birendra pelo seu irmão menor, o príncipe





Um aparelho de espionagem eletrônica da CIA

Gyanendra, cujas ambições de poder são estimuladas.

Por outro lado, a rainha mãe Aishwarya, que controla os bens da família, opõe-se às iniciativas de Birendra para desmocratizar ou liberalizar a política do Nepal.

Configurou-se assim um quadro de lutas subterrâneas pelo poder neste país que até agora tem sabido impedir todas as tentativas de submetê-lo a um controle externo.

A coroação de Sua Majestade Birendra Bir Bikram Shah Dev, em 24 de Fevereiro de 1975, evidenciou claramente o reconhecimento internacional à independência do Nepal, ao registrar-se a presença de delegações de mais de sessenta países. O pequeno reino vizinho de Sikkim estava naquela época a ser abalado por uma agitação interna, num processo que o levou a ser anexado pela Índia em 26 de Abril de 1975, e

muitos em Katamandu temiam que o Nepal tivesse idêntica sorte.

Nesse momento, os principais inimigos da monarquia eram o Partido do Congresso, inspirado no seu homônimo da Índia, e o Partido Comunista, de declarada simpatia pelo seu homônimo chinês. Mas Birendra conseguiu equilibrar as rivalidades entre os seus vizinhos. No próprio dia da sua coroação, propôs que o Nepal se convertesse em "Zona de Paz", e conseguiu uma boa aceitação à sua vocação neutralista.

Encarnação viva do Deus Vishnu, Birendra foi educado em Eton, Harvard e Tóquio. Ao iniciar a sua gestão teve que optar entre três caminhos: reinar sem governar, como a maioria dos seus antecessores, submetidos aos Primeiros Ministros da família Rana; governar despoticamente como seu pai, que suspendeu o Parlamento e proibiu os partidos políticos; ou tentar, como o seu avô, orga-

nizar uma "democracia" monárquico-parlamentar.

Escolhendo a última via, Birendra proclamou em Dezembro de 1975 meia centena de reformas constitucionais liberalizantes, ampliando a base eleitoral dos deputados no Panchayat (Parlamento), e criando uma comissão para "evitar os abusos de autoridade".

Tais reformas não mudaram, certamente, as condições de vida nas encostas do Himalaia. A agricultura continua sendo a base da economia, oitenta por cento da população é ainda analfabeta e o comércio externo continua a depender em noventa por cento da Índia. Mas estas modestas mudanças já valeram a Birendra a inimizade de uma aristocracia tradicional, onde a CIA encontra campo fértil para conspirar na procura de um satélite submisso, um enclave nos flancos dos dois países mais populosos do planeta.

PANORAMA

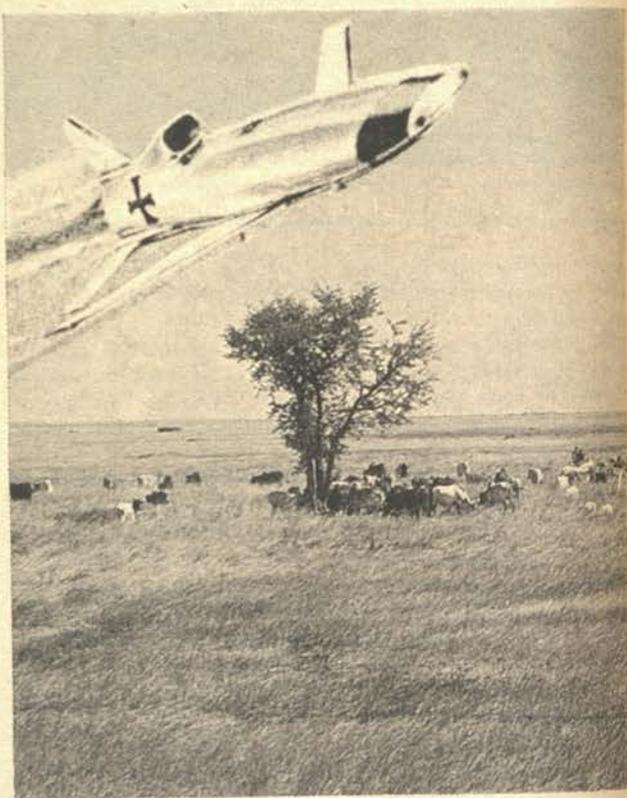
TRICONTINENTAL

Zaire

A volta do colonialismo alemão

Frente de Libertação Nacional Congoleza emitiu um longo documento, elaborado no Congo-Kinshasa (Zaire), sobre o convénio assinado entre a OTRAG e o general Mobutu, destinado ao Secretário Executivo do Comité de Libertação da Organização de Unidade Africana (OUA), com sede em Dar-es-Salam (Tânzania). Cópias deste documento foram enviadas ao Secretário-Geral da OUA e à Comissão de Descolonização das Nações Unidas.

Depois de destacar que os factos mencionados são "responsabilidade directa do General-Presidente Joseph Desiré Mobutu Seseseko", o documento da FLNC assinala que "o acordo firmado em 26 de Março de 1976 entre o Estado "Zaire" e a sociedade alemã-ocidental ORBITAL TRANSPORT UND RAKETENAKTIEN GESELLSCHAFT, OTRAG, de Neuä Isenburg (RFA) (...), não somente confirma o aspecto falacioso da independência do Estado "zairense", mas também levanta um problema novo na história política dos Estados que ascenderam à soberania internacional após a Segunda Guerra Mundial e, mais particularmente, depois da adopção da Carta



das Nações Unidas", (...) "a situação criada depois da assinatura do acordo entre o Estado Zaire e a OTRAG: A recolonização de uma parte do território de um Estado soberano com o acordo deste, por uma potência estrangeira".

O documento compara esta situação com aquela oriunda dos acordos firma-

dos entre as potências coloniais (cita Cecil Rhodes) e alguns reis locais da época e expressa que "mais uma vez o Estado zairense se confirmou como um dos mais corruptos de África", já que "pela primeira vez um Estado juridicamente soberano cedeu toda a sua soberania sobre uma grande parte do seu território

nacional a uma potência estrangeira, que fica assim proprietária absoluta e governadora exclusiva."

E acrescenta: "Depois de ter aceite a construção de novas bases militares ao serviço da OTAN, mais exactamente na Ilha de Bula-M'Bumba na foz do rio Congo, e cedido as suas próprias bases militares de Kamina e de Combari a um membro da NATO, após ter outorgado a base de Kananga (Luluabourg) aos Estados Unidos, para compensar a expulsão dos norte-americanos da base de Kagnev (na Etiópia), onde haviam instalado o seu principal centro de espionagem na África, o Estado zairese acaba de dar um passo que nenhum outro Estado africano havia dado (...) a recolonização de uma parte do seu território."

"A OTRAG poderá expulsar os 'zairenses' que vivem na área cedida, ou reagrupá-los em certas zonas à sua escolha", diz o convénio. "Haverá alguma diferença em relação a bantustanização de certas partes da África do Sul?", pergunta a FLNC.

"Com autorização para construir ou melhorar aeroportos em pontos também escolhidos pela OTRAG (art. 1, 2, 3 e art. II, 2.8), com a proibição a toda a terceira pessoa — excepto as Forças Armadas zairenses — de sobrevoar o território e com o direito de fazer chegar a esse território

os membros do seu pessoal e familiares, por qualquer veículo, particularmente por aviões que poderão ostentar os emblemas nacionais do Estado 'zairenses', sem qualquer restrição, futuramente este território poderá ser ocupado pelos cidadãos dos países em que a OTRAG não é senão a simples mandatária", denuncia a FLNC. "ou seja, os da OTAN, e, particularmente, os membros da Comunidade Económica Europeia (CEE)."

Mais adiante o documento pergunta que tipo de material a OTRAG enviará para a atmosfera, já que, segundo o expresso no convénio, esta empresa poderá construir obras de superfície ou subterrâneas qualquer que seja a sua natureza.

A FLNC cita ainda a cláusula que expressa que "a OTRAG não terá nenhuma responsabilidade pelos danos causados no meio ambiente pelo fabrico ou transporte de veículos na atmosfera ou no espaço, assim como pelos eventuais danos que sejam causados à vida e à saúde humanas ou às propriedades das pessoas."

A FLNC pergunta também qual será a natureza dos foguetões que a OTRAG lançará no espaço, já que "não são as sondas de observação nem as meteorológicas, nem os satélites de telecomunicações os causadores de grandes da-

nos à vida humana, mas sim as ogivas nucleares".

Assinalado pelo general Nataniel M'Bumba, este documento adverte que o contrato põe também em perigo a soberania de outros Estados africanos, e compara o perigo actual àquele que se viveu na África depois dos acordos da época pré-colonial. Finalmente, o documento faz uma chamada à OUA para que reflita se não estará na "obrigação de ajudar os habitantes do território, que voltou novamente a ser uma colónia, a reconquistar a sua independência jurídica".

Nicarágua

A luta continua

A luta contra o regime somozista estende-se a novos sectores sociais em cada dia que passa. Enquanto os confrontos entre a Guarda Nacional e a Frente Sandinista continuam esporadicamente, em Manágua um grupo de mulheres e estudantes de teologia iniciaram uma greve de fome exigindo a melhoria das condições dos presos políticos.

A exigência de amnistia política estendeu-se aos estudantes que ocuparam os liceus de todo o país e os rodearam de barricadas pa-



ra evitar a evacuação policial. Vinte e sete mil trabalhadores industriais dos transportes, da construção e da saúde realizaram uma greve de 48 horas em apoio às exigências estudantis e a repressão às manifestações

com equipamentos anti-distúrbios provenientes da Argentina — causou vários mortos. Os pais dos estudantes tomaram o partido dos seus filhos contra a ditadura e decidiram numa massiva assembleia solidari-

zar-se com as suas reivindicações e exigir a demissão do ministro da educação, Maria Elena Porrás, a quem acusam de ter precipitado a suspensão do ano escolar com a sua atitude intransigente.

Uruguai

Vida de Sendic em perigo

O dirigente político uruguaio Raul Sendic, de 53 anos, casado e pai de três filhos, que se encontra preso desde 1972 em difíceis condições (passou muitos meses encerrado no fundo de um poço), foi transferido do quartel de Paso de los Toros onde estava ultimamente para um estabelecimento de reclusão não identificado onde se encontra novamente submetido a vexames e torturas. A sua já precária saúde faz com que se tema pela sua vida e o facto está a comover as correntes progressistas latino-americanas para as quais o nome de Sendic está intimamente ligado à luta do povo uruguaio.

Grupos políticos e associações de exilados promoveram um pedido de solidariedade para com Raul Sendic e reiteraram junto às autoridades uruguaias a exigência da sua libertação e da dos demais presos políticos do país.

Também causou grande indignação a nível internacional o desaparecimento do dirigente sindical Ricardo Vilaró, vice-presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores, que no passado dia 8 de Abril fora posto em liberdade depois de cinco anos de prisão.

Quando os seus parentes, advogados e os diplomatas da Embaixada da Holanda (país para o qual Vilaró pretendia transferir-se como exilado) compareceram na Prisão Central para buscá-lo foram informados pelas autoridades que ele havia sido "posto em liberdade" na noite anterior, doze horas antes do previsto. Investigações posteriores demonstraram que o sindicalista foi sequestrado por membros do corpo de Fuzileiros Navais com a evidente conivência dos responsáveis policiais e militares.

El Salvador

O clamor dos pobres

"Trabalhamos em condições desumanas. Dão-nos tarefas excessivas que necessitam de 10 ou 11 horas para a sua execução. Quando os patrões distribuem os alimentos, fazem-no muitas vezes em quantidades insuficientes, mal cozinhados e frios. Os locais que nos dão para dormir não têm sanitas, são anti-higiênicos, e a nossa situação torna-se mais angustiosa à medida que o custo de vida aumenta consideravelmente".

É assim que explicam a sua situação os camponeses pobres e os assalariados rurais salvadorenos em carta dirigida à Conferência Episcopal desse país centro-americano. O documento, assinado pela Federação Cristã dos Camponeses Salvadorenos e pela União dos Trabalhadores Rurais confia em que os bispos

"escutarão como Moisés o apelo de Deus, expressado no clamor dos pobres, e acompanhar-nos-ão na nossa libertação, ainda que esta tenha que ser conquistada com pragas e ameaças com as quais Yaveh pressionou os opressores do povo escolhido".

Concretamente, os camponeses salvadoreños reclamam da Igreja o apoio moral e material para o Anteprojecto de Decreto sobre os salários mínimos que acabam de apresentar ao governo para aprovação, esclarecendo que isso "não significa necessariamente que os Bispos se identifiquem com as nossas organizações. É simplesmente cumprirem com a obrigação que têm de orientar os fiéis".

A Igreja e as organizações camponesas são precisamente, segundo a opinião do boletim eclesiástico da Costa Rica, HOY, "as forças que poderiam pôr em perigo os direitos feudais do grande capital salvadoreño". Recentemente, dois sacerdotes, o padre Rutillo Grande e o padre Navarro, foram assassinados em El Salvador, um no campo e outro na cidade, devido ao seu compromisso com as lutas populares. "A Igreja, precisamente por ser a Igreja, não tem mais remédio do que opôr-se aos desmandos do capitalismo, onde este mostra o seu verdadeiro rosto de pecado e opressão", conclui o boletim citado.

México

Jornada estudantil

No próximo dia 8 de Maio, coincidindo com o 32.º aniversário da derrota do fascismo na Europa, começará em Guadalajara, Jalisco, a "Jornada Estudantil pela Solidariedade Anti-imperialista contra o Fascismo e o Racismo".

O acontecimento, declará-lo-á Raúl Padilla López, presidente da Federação de Estudantes de Guadalajara e membro do comité organizador, "será o primeiro em que os estudantes latino-americanos se pronunciarão de forma conjunta contra o fascismo que oprime tantos povos do conti-

nente. E, será, também, a primeira reunião estudantil intercontinental, em que os jovens africanos e latino-americanos discutirão o problema da crescente aproximação entre as ditaduras latino-americanas e os regimes racistas da África Austral".

A Jornada — acrescenta Padilla — terá uma participação massiva. E encerrará a 9 de Maio com uma manifestação de oitenta mil estudantes". Estas actividades enquadram-se na preparação do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que se realizará

Raúl Padilla López, presidente da Federação de Estudantes de Guadalajara



RE



PANORAMA TRICONTINENTAL

em Havana em finais de Julho próximo. Foram convocados pelo Comité Preparatório mexicano do Festival, a União Internacional dos Estudantes, a Organização Continental Latino-Americana de Estudantes e a Associação Pan-Africana de Estudantes.

Participarão representações do Chile, Bolívia, Uruguai, Brasil, Paraguai, Nicarágua, Haiti, Guatemala, Zimbabwe, Namíbia, África do Sul e México, para além de convidados de diversas organizações internacionais.

Os debates das mesas redondas centrar-se-ão em três grandes temas: a luta estudantil contra a penetração fascista e racista na educação, o papel da mulher africana e latino-americana na luta pela independência nacional e progresso social e ainda como combater os regimes fascistas da América Latina e racistas da África Austral.

"Dezenas de milhar de presos políticos vítimas de vexames e das mais sádicas torturas, milhares de assassinios e desaparecimentos, a total liquidação das liberdades democráticas e dos direitos humanos, a brutal repressão dos direitos sindicais, a intervenção fascista nas Universidades, a perseguição, o crime e a arbitrariedade institucionalizadas, são elementos que delinham as ditaduras na América Latina", afirma o manifesto convocatório.

"Na África Austral — continua o documento — com o apoio do imperialismo, os racistas têm levado a cabo inumeráveis crimes contra a população negra numa vã intenção de manterem o seu domínio colonial na África Austral e deturpar a luta crescente que os movimentos de libertação desenvolvem contra este bestial sistema de exploração".

Iraque Emancipação da mulher

O governo revolucionário do Iraque, acaba de dar um passo muito importante no plano da libertação da mulher através de uma nova emenda da lei de 1959 que regulamenta o estado civil: as mulheres iraquianas passam a ter os mesmos direitos dos homens para pedir o divórcio ou a separação legal.

A emenda encara o problema do matrimónio, da separação, do cuidado aos filhos, e dos casos de casamentos forçados, prevendo soluções igualitárias para os casos que se apresentem.

Os candidatos ao casamento devem provar a sua maturidade mental e terem no mínimo 18 anos. Nenhum casamento pode realizar-se fora da lei e os que assim procederem serão

"O sacrifício dos mártires latino-americanos da independência e da democracia — conclui — à luta heróica dos patriotas que desafiam os aparelhos brutais da repressão, apela a todos os povos e governos democráticos do mundo inteiro a isolar e derrotar o fascismo na América Latina e o racismo na África Austral".

castigados com um ano de prisão e multas. Essa pena eleva-se-á a três anos em caso de bigamia.

Uma das tradições das velhas sociedades árabes, o casamento por combinação familiar, está proibido pela lei que considera nulo qualquer casamento forçado.

Desde a vitória do actual processo revolucionário a mulher iraquiana efectuou importantes avanços políticos e sociais que encontraram uma repercussão favorável em outros países árabes. Ao contrário do que propaga uma persistente campanha de versões infundadas contra o governo e a revolução iraquiana, este país continua a modernizar as suas estruturas políticas realizando importantes avanços no terreno económico e social.

Sudeste Asiático

A indústria da prostituição

Na Tailândia, nas Filipinas, e na Coreia do Sul, países cujas economias dependem da exportação para o mercado japonês, somente uma indústria parece estar a salvo da tormenta econômica que sacode o arquipélago nipônico, a prostituição.

Os rendimentos provenientes desse sector são catalogados sob a rubrica "turismo", e é difícil a obtenção de estatísticas exactas. Os economistas coincidem, porém, em que constituem uma importante percentagem da entrada de divisas, e uma fonte inesgotável de empregos.

Na Tailândia, por exemplo, somente as exportações de arroz e de milho, superam em volume o "turismo". As principais atrações de Bangkok para os japoneses, são as "casas de massagens" e as montras onde o visitante pode escolher uma mulher por três dólares. Ganhando vinte vezes mais que uma operária, estas prostitutas são, geralmente, o principal sustento das suas famílias.

Em Manila, capital das Filipinas, 500 "bares", "saunas", e "casas de massagens", oficialmente registadas, dão emprego a 9800 mulheres, e em Seul, na Coreia do Sul, a prostituição é oficialmente incentivada devido à sua impor-



tante contribuição para os cofres do Estado.

Uma recente onda de críticas contra o turismo-prostituição motivou a retirada, pelas agências japonesas de viagens, das referências a esses atractivos nos seus folhetos publicitários. Como explicou à imprensa o representante de "The Korea Travel Bureau" em Tóquio, "a maioria dos nossos clientes vão à Coreia à procura de mulheres. Se o cliente tem interesse em visitar uma casa de massagens, os nossos guias locais encarregam-se de satisfazer as suas exigências. Eles conhecem todos os lugares".

Este tipo de viagens é tão comum, que o japonês médio não acha necessário ocultá-lo sob o eufemismo de "viagem de negócios", tão habitual em outras latitudes. A maioria viaja em grupos de dez ou vinte pessoas. São empregados de um mesmo escritório ou de uma pequena associação de comerciantes de bairro, que acorrem às agências atraídos pelas ofertas de passeios a preços reduzidos.

Calcula-se que um milhão de turistas japoneses visitam anualmente o sudeste asiático.

Oitenta e cinco por cento são homens.



CULTURA

O prêmio «Casa das Américas» de 1978

Quase 800 obras submetidas à consideração de 43 jurados provenientes de treze países revelam a popularidade deste concurso cultural. A presença do Brasil, representado por Chico Buarque de Hollanda, Antônio Callado e Fernando de Moraes e das Antilhas anglofônicas ampliaram ainda mais o alcance pan-americano do certame.

Gregório Selser

A mais importante tribuna intelectual da Hispano-América continua a ser Cuba. O concurso anual da *Casa de Las Américas* expressa-o em momentos em que grande parte do continente continua a ser o cemitério das casas de estudo, das carreiras e disciplinas universitárias; também cemitério de escritores, jornalistas e cientistas.



Durante a entrega dos prêmios os jurados Ernesto Cardenal e Thelma Nava (de pé), Jan Carrer, Ricardo Repilado e Maria Sten (sentados)

Não pretendemos dizer que Havana seja a receptora do melhor e do mais acabado daquilo que se produz intelectualmente na nossa América Latina, mas, simplesmente, que é onde se continua a respeitar e servir tudo quanto se relacione com a cultura, a educação, o enaltecimento do ser humano através da difusão do livro e do ensino.

Não conhecemos nenhum outro país onde se edite tanto e tão ao alcance de qualquer pessoa. E se não se edita mais é porque falta papel e as gráficas não têm capacidade para satisfazer as necessidades internas. Edições de dezenas de milhares de exemplares esgotam-se em poucas semanas. O mesmo sucede com certos discos. Nada parece



O escritor colombiano Majra Vallejo presidiu a entrega dos prêmios. No fundo: Hayde Santamaría, directora da Casa de Las Américas.

ser suficiente. O dia em que algum sociólogo realizar medições comparativas em matéria editorial descobrirá que só exemplos notáveis como o da Editora Universitária de Buenos Aires (EUDEBA) nos tempos de José Boris Spivacow, ou da Editora Quimantú nos anos de Salvador Allende poderiam equiparar-se a Cuba de hoje.

Ainda que sofram de défices, os programas editoriais não são suspensos nem paralisados. No encontro de escritores que se seguiu à reunião do júri, as autoridades da Casa de Las Américas explicaram as razões do atraso nas publicações das obras premiadas e afirmaram estarem em curso medidas tendentes a suprimir essa falha involuntária, de modo a abreviar o lapso

entre a outorgação do prêmio e a edição.

Um índice de popularidade

Quase 800 obras apresentadas ao concurso são um bom termómetro da sua popularidade. Isto considerando que existem sérios obstáculos para que muitos escritores possam enviar os seus trabalhos a partir de certos países da região, a tempo e com segurança.

Por isso só 12 prêmios podem parecer escassos para tamanho volume de concorrentes. Cuba abriu-se, porém, para áreas quase intocáveis como as Antilhas anglófonas e o Brasil.

Como uma demonstração de que as dificuldades do bloqueio não se redu-

zem só a questões materiais ou fiscais basta assinalar que membros do júri procedentes do Brasil — de um Brasil supostamente em processo de "abertura" — foram presos de regresso à sua pátria: o compositor Chico Buarque de Holanda. O escritor António Calado e o jornalista Fernando de Moraes, no primeiro e no último caso compartilhando a prisão com as suas respectivas companheiras.

O seu delito reside no mero detalhe de haver viajado para Cuba. Porém, a prova de que as autoridades policiais não se preocupam com a eventual disposição turística (da qual já gozam cidadãos norte-americanos que viajam em *tours* com um simples passaporte — os agentes da CIA, incluídos, natural-



RE



mente) reside no facto da "prova" do delito ser a quantidade de livros e discos que os viajantes trouxeram de Cuba nas suas malas.

A ostensiva prisão não impedirá que no ano que vem o concurso esteja novamente aberto para os concorrentes de língua portuguesa: quase um terço da população da nossa América fala esse idioma. E é certo que serão muitos os novelistas, poetas e ensaístas brasileiros que decidirão participar do concurso.

Ao fim das cerca de três

semanas de leituras e deliberações os 43 jurados de 17 países seleccionaram os prémios correspondentes a distintas categorias, de acordo com listas fornecidas em separado. As 784 obras inéditas apresentadas, procedentes de 23 países, constituem a cifra mais alta de participantes registada desde que se iniciou o concurso anual, em 1960: 100 contos, 83 novelas, 298 obras de poesia, 86 peças de teatro, 72 ensaios, 32 testemunhos, 13 na categoria anglo-antilhana e 100 nas categorias de lite-

ratura infantil e juvenil. (Surgiu a sugestão de se estudar a possibilidade de nos próximos concursos poderem figurar como jurados crianças aptas para julgar — quem melhor que elas para decidir sobre os livros que lhes são destinados?).

De forma alternada com a tarefa de leitura dos originais e do cumprimento de um programa de actividades culturais e de participação com operários, camponeses, estudantes, e intelectuais cubanos, os membros

O júri do concurso

Poesia

Mario Benedetti (Uruguay)
 Juan Gelman (Argentina)
 Efraim Huerta (México)
 Luis Carlos Nieto (Perú)
 Ramón Palomares (Venezuela)
 Luis Vidales (Colombia)
 Jesús Orta Ruiz (Cuba)

Conto

Ignacio de Loyola Brandão (Brasil)
 José Roberto Cea (El Salvador)
 Miguel Donoso Pareja (Equador)
 Sergio Ramirez (Nicarágua)
 Guillermo Samperio (México)
 Inna Terterian (URSS)
 Ricardo Repilado (Cuba)

Novela

Hugo Achugar (Uruguay)
 Antonio Callado (Brasil)
 Virgílio Díaz Grullón (R. Dominicana)
 Manuel Mejía Vallejo (Colombia)
 Trinidad Pérez (Cuba)

Teatro

José Juan Arron (Cuba)
 Chico Buarque de Hollanda (Brasil)
 Orlando Rodríguez (Chile)

Maria Sten (Polónia)
 Jorge Alí Triana (Colombia)
 Gilda Hernández (Cuba)

Ensaio

Roger Bartra (México)
 Federico Brito Fgueroa (Venezuela)
 Agustín Cueva (Equador)
 Gregorio Selser (Argentina)
 Alberto Prieto (Cuba)

Testemunho

José Vicente Abreu (Venezuela)
 Ernesto Cardenal (Nicarágua)
 Socorro Díaz (México)
 Fernando Morais (Brasil)
 Rodolfo Puiggrós (Argentina)
 Luís Báez (Cuba)

Categoria Anglo-antillana

Jan Carew (Guyana)
 I Beatriz Maggi (Cuba)

Literatura Infantil

Laura Antillano (Venezuela)
 Jorge Díaz Herrera (Perú)
 Hugo Niño (Colombia)
 Moravia Ochoa López (Panamá)
 Alga Marina Elizagaray (Cuba)

do júri interviram num ciclo de conferências e mesas-redondas que incluíram, entre outros, os seguintes temas: "a actual literatura centro-americana", "o teatro colombiano actual", "Etnologia e Cultura", "Sandino: pensamento e acção do herói de Segovias", "Poesia e diálogo 78", "Realidade social do Brasil contemporâneo", "Jovens criadores da América", "Equador: a sua literatura de hoje e a sua problemática cultural", "Por uma literatura infantil", "Estrutura agrária e política no México", "A Venezuela de hoje: realidade e economia", "Narrativa brasileira contemporânea", "O testemunho como género" e "Guiana: a realidade literária actual".

O facto deste ano se comemorar o 125.º aniversário do nascimento de José Martí, foi propício para uma cerimónia de recordação no hotel Hanabanilla, no Escambray, onde nós, os membros do júri, estávamos dedicados à leitura dos originais durante uma semana. Foi nessa ocasião que se decidiu realizar nos dias 2 e 3 de Fevereiro o encontro de escritores onde foi aprovado um projecto que instituiu o prémio extraordinário "José Martí na nossa América" para o concurso de 1979.

Entre as impressões dignas de destaque da nossa parte está a entusiasmada unanimidade com que os membros do júri do género testemunharam elegeram o trabalho de Eduardo Galeano: "Días y noches de amor y de guerra" como primeiro prémio; entusiasmo, que também se registou em relação ao prémio especial *La Juventud en Nuestra Amé-*

rica concedido à obra de testemunho "Contra viento y marea" do grupo Areito, integrado por jovens nascidos em Cuba que quando crianças foram levados pelas suas famílias para os Estados Unidos onde procuraram e, encontraram, as raízes que os vinculam à revolução cubana. Na sua decisão, o júri composto por Ernesto Cardenal (Nicarágua), Olga Marina Elizagárray (Cuba) e António Benítez Rojo (Cuba) destacou "o grande interesse humano" da obra, a sua qualidade literária e, por último,

"a sua evidente importância política", em especial para a juventude de todo o mundo.

Caberia indicar finalmente que houve menções e/ou recomendações de publicação para um trabalho sobre José Carlos Mariategui, apresentado pelo peruano Juan Gargurevitch, para o da costariquense Virgínia de Grütter e para o brasileiro Artur Poerner que descreve no *Poder Jovem* as lutas empreendidas na sua pátria pelos sectores estudantis.

Os prémios

Os jurados do Prémio Casa de las Américas 1978, reunidos em sessão plenária, e após terem lido e discutido as obras apresentadas, acordaram em seleccionar doze títulos para publicação na colecção Prémio. As obras escolhidas pelos jurados, cujos autores aparecem por ordem alfabética, são as seguintes:

— Claribel Alegria, de El Salvador, com a obra *Sobrevivo*, no género de poesia.

— Giacinda Belli, da Nicarágua, com a obra *Línea de Fuego*, — no género de poesia.

— Eduardo Galeano, do Uruguai, com a obra *Días y noches de amor y de guerra*, no género de testemunho.

— Omar González, de Cuba, com a obra *Nosotros los felices*, em literatura para crianças e jovens.

— Grupo Areito, dos Estados Unidos, com a obra *Contra viento y marea*, prémio especial *La juventud en Nuestra América*.

— Grupo de teatro La Candelaria, Colômbia, com a obra de criação colectiva *Los diez días que estremecieron el mundo*, em teatro.

— Joaquín Gutiérrez, da Costa Rica, com a obra *Te acordás, hermano*, no género de novela.

— Kacey Lee Hinckson, da Guiana, com a obra *The Enemy Within*, na categoria anglo-antilhana.

— David Ojeda, do México, com a obra *Las condiciones de la guerra*, em conto.

— Hildebrando Pérez, do Perú, com a obra *Aguardiente*, em poesia.

— Angus Richmond, da Guiana, com a obra *A kind of living*, na categoria de literatura anglo-antilhana.

— Marta Rojas, de Cuba, com a obra *El que debe vivir*, no género de testemunho. Homenagem da autora e do júri ao XXV Aniversário do Assalto ao Quartel de Moncada que se comemore este ano.



RE



CUBA:

Na hora do regresso

Maluza da Silveira

TRABALHOS dos brigadistas. Os 55 membros da Brigada Antonio Maceo, constituída por jovens cubanos que haviam sido levados pelos seus pais a residir fora do país por altura dos anos 60, realizaram trabalhos de construção civil para benefício das condições de vida de operários têxteis, que ascendem a mais de 8 mil pesos.

Os brigadistas realizaram 1648 horas de trabalho na construção de casas na comunidade têxtil de Ariguababo, ou seja o equivalente à construção de uma casa completamente pronta.

Levantaram 557 metros quadrados de parede, colocaram 548 lages e 70 vigas e transportaram 6 mil tijolos e 780 sacos de cimento, sob a orientação de técnicos de construção cubanos".

(El Dia - 2 de Janeiro 78)

Ao ler esta notícia pusémo-nos a pensar na tremenda força exercida pela Revolução Cubana que chega ao ponto de atrair os filhos dos seus mais apaixonados detractores e acérrimos inimigos. Meditámos também na vida desses rapazes e raparigas levados da sua pátria quando ainda eram meninos e que por diferentes



A emocionante história de Adriana Méndez, levada da sua pátria aos dez anos de idade e que agora volta, aos vinte e sete. «Comprovamos que somos e continuaremos a ser cubanos», diz-nos esta jovem filha de pais exilados. Adriana comenta-nos a importância do seu contacto com o grupo Areíto e a sua entrevista com Fidel Castro: «ele se emocionou muito connosco e disse que nos via como filhos de regresso ao lar».

caminhos tinham decidido não voltar as costas à história.

Conhecemos um dos elementos que integrava a Brigada Antonio Maceo pouco antes da sua "histórica viagem" (como ela própria a definiu) e decidimos entrevistá-la por considerarmos o seu testemunho extremamente esclarecedor sobre a

evolução dos filhos dos cubanos que se encontram no estrangeiro e, também, por julgarmos altamente significativo o regresso desses jovens à sua pátria, à Cuba Socialista.

Adriana Méndez é uma rapariga de 27 anos, professora de Literatura, que actualmente faz o doutoramento no México. Tem fei-

ções delicadas e poderia passar por uma norte-americana vulgar se não falasse com uma típica pronúncia cubana e se não desse aos seus gestos e palavras essa veemência e esse calor tão latinos.

Filha de um ex-advogado de uma companhia açucareira norte-americana em Cuba e de uma antiga professora de inglês num instituto comercial em Havana, Adriana foi levada de Cuba aos dez anos de idade para os Estados Unidos, onde a sua família fixou residência.

Adriana conta-nos que desde que pisou terra norte-americana começou a pôr em causa a sua realidade de exilada, pois nunca se conseguiu adaptar nesse país, onde em termos culturais se sentia desenraizada da sociedade, já que não podia expressar o seu lado cubano (ir bailar, falar espanhol, etc.) e porque não conseguia comunicar em termos reais com as pessoas que a rodeavam. O problema agravou-se quando começou a perceber que se estava a esquecer do espanhol. Foi quando, já no terceiro ano da Universidade, fez uma viagem a Espanha que teve um importante significado na sua vida.

Na Espanha de Franco perdeu a religiosidade e tornou-se atea em contestação a toda uma realidade que via hipócrita, "uma religião institucionalizada que mantinha as pessoas submissas". O viver num albergue de freiras foi o suficiente para ela abandonar a religião. Por outro lado, a revolta dos bascos e os contactos que teve com jovens comunistas espanhóis fizeram com que, pela primeira



Os operários a trabalharem ombro a ombro com os filhos dos antigos patrões

vez, os problemas políticos e sociais fossem entendidos de uma forma consciente.

«Pela primeira vez trataram-me como cubana»

«Os meus amigos catalães e madrilenos foram as primeiras pessoas a falar-me bem de Cuba. Eu falava-lhes das "versões" postas a circular pelos gusanos, a falta de comida, as perseguições políticas, os presos, e eles davam-me a outra face do problema. Nesse momento, não cheguei a nenhuma conclusão política, mas esse contacto viria a ter um papel importantíssimo para eu abandonar a religião. Outro importante aspecto foi o facto de em Espanha me tratarem como cubana e não como norte-americana.

De regresso aos Estados Unidos inserevi-me em Literatura hispânica, mas era

sobretudo a literatura latino-americana que mais interesse me despertava. E iniciei também as minhas aulas de história.

Foi aí que encontrei dois colegas cubanos, mais jovens que eu, que já haviam superado a fase das dúvidas, e se consideravam e diziam socialistas.

Para mim foi uma revelação. Comecei a discutir com eles as razões pelas quais a Revolução Cubana assumiu o socialismo, a razão porque os burgueses foram afastados. E comecei a ler livros sobre Cuba (de Sweezy e outros) e dei-me conta de que afinal a Revolução tinha feito bastantes coisas boas. Formámos então um pequeno grupo, uma espécie de Clube de Estudantes de Espanhol e convidámos os professores a darem-nos conferências e palestras.

Estávamos na época imediatamente a seguir ao gol-



RE



Cultura pe chileno. Foi então que no Clube foi falar um professor chileno exilado que nos contou todas as barbaridades e atrocidades cometidas pelos militares. Para mim esse testemunho foi um rebate de consciência, já que em Allende eu via a forma democrática de alteração estrutural da sociedade. Ao constatar que isso não funcionara, pus-me a pensar nas razões que levaram a revolução cubana a ser violenta e tão absoluta em todos os sentidos.

Foi nessa altura também que eu conheci a revista **Areito** que muito me ajudou nesse processo de politização e que me diminuiu a solidão e o isolamento. A nível individual foi um processo bem duro, já que eu não me conseguia integrar nem como indivíduo, nem como mulher, não conseguia sequer pensar em casar com um norte-americano, ter filhos norte-americanos; era algo que não aceitava. Mas, por outro lado, também não me desenvolvia como cubana, e toda e qualquer tentativa minha nesse sentido ou de qualquer jovem cubano, era prontamente reprimida e condenada quer pela sociedade quer pelo ambiente familiar.

O contacto com a **Areito** foi-me benéfico na medida em que me levou a ler mais coisas sobre Cuba, e igualmente constituiu para mim uma ajuda saber que existiam outros jovens cubanos que tinham passado pelas mesmas experiências que eu estava a passar e já tinham chegado a posições muito mais conscientes e radicais do que as minhas, que ainda perguntava o porquê do carácter socialista da Revolução Cubana.

Foi então que se constituiu um grupo de jovens leitores da revista, na sua maioria radicados em Nova Iorque, que se propunha apoiar a Revolução Cubana e esclarecer os jovens cubanos dispersos pelos Estados Unidos a quem se pusessem dúvidas acerca do seu país. A revista constituiu um ponto de apoio para que ultrapassássemos o isolamento imposto pelos nossos parentes e pelo meio social norte-americano e também coordenou os esforços e aglutinou numa única direcção todas as tendências.

Faz agora mais ou menos um ano que a direcção do grupo de Nova Iorque propôs ao governo cubano que os jovens exilados pudessem regressar a Cuba para conhecerem de novo o seu país. Pensava-se então que só talvez este verão, coincidindo com o Festival Internacional da Juventude e dos Estudantes, o governo aceitaria a proposta. No entanto a aprovação veio antes.

Em Setembro, o governo cubano pôs-se em contacto com a direcção de Nova Iorque no sentido de se tratarem dos detalhes da nossa viagem.

Nessa altura eu já estava a viver no México. Mas os meus companheiros avisaram-me e eu pude tratar de todos os assuntos necessários à minha integração no grupo.

«Como se nunca tivesse saído de Cuba»

“A chegada foi muito emocionante e também muito surrealista. Via todas aquelas palmeiras, toda a paisagem sob a escuridão da noite e já não distingui-

bem o que era a realidade, e onde começava a minha fantasia. Por outro lado, eu e os meus companheiros não sabíamos como falar com os companheiros cubanos que nos foram receber e levaram posteriormente para o acampamento Julio Antonio Mella, nos arredores da Havana, onde ficámos hospedados em condições espartanas (não havia água quente, dormíamos em beliches, etc.). Na própria noite da nossa chegada um grupo folclórico da Universidade de Havana acolheu-nos com um espectáculo de danças afro-cubanas. Veio depois um grupo da **Nueva Trova** que nos explicou o tipo de música que faziam e nós dissemos-lhes que a sua música tinha sido muito importante para nós, porque nos tinha posto em contacto com Cuba e nos havia ajudado a reformular as perguntas que nos fazíamos a nós próprios sobre a Revolução.

A partir daí iniciou-se um intercambio de ideias, começou-se a estabelecer um diálogo, ainda que incipiente, porque parece que também eles não sabiam muito bem como nos tratar, situação que se manteve até ao último dia que estivemos em Cuba, que foi realmente quando se quebrou o gelo.

No dia seguinte fomos visitar os nossos familiares e fiquei emocionada ao passar diante da casa onde todos os anos ia passar o verão com os meus pais. A casa estava velha e descuidada, no entanto era como se nunca tivesse saído de Cuba. Tudo me vinha à memória. Gostava muito de estar em Havana.”

— Como te sentiste a tra-



Reencontro com a pátria quinze anos depois

balhar nas obras de construção?

Senti-me antes de tudo orgulhosa por poder fazer algo pelo meu país e pelos seus trabalhadores, ainda que a minha contribuição fosse modesta. Puseram-me a carregar blocos de cimento e a levantar uma parede. De início foi difícil pois os blocos não eram nada leves, e no primeiro dia ficaram-me a doer as costas, mas o tempo passava rápido e alegrava-me ver que se criava uma unidade entre nós e os trabalhadores.

Trabalhávamos com entusiasmo, e diariamente estabelecíamos metas a atingir antes das horas de irmos comer. Criou-se um clima agradável com os trabalhadores, que nos diziam graças e faziam sentir que

estávamos a fazer algo de positivo. Uma das raparigas que tinha vindo de S. Francisco tinha um medo terrível que descobrissem que era enteada do ex-dono dessa fábrica de têxteis onde estávamos a trabalhar. Mas, pouco a pouco perdeu todos os temores e acabou por contar aos trabalhadores a quem caíu muito bem tal coincidência."

Seguidamente Adriana conta-nos a viagem que fizeram pelo interior do país, quando visitaram a província de Cilla Clara, Cienfuegos, Camaguey e Santiago de Cuba. Durante essa viagem tiveram a oportunidade de conhecer o local onde se iniciou a Revolução, o quartel de Moncada agora transformado em escola, a fazenda Siboney

onde Haidé Santamaria começou a reunir as armas para a insurreição. Conta-nos que também estiveram nos locais onde se deram as principais confrontações. Puderam falar e estreitar os contactos com os camponeses e com as crianças do campo.

Adriana e os seus companheiros, segundo ela própria nos diz, ficaram muitíssimo impressionados com o altíssimo grau de consciencialização que têm as crianças cubanas, o seu sentido de responsabilidade, a sua segurança e o seu integral desenvolvimento. Conta-nos que um dos seus companheiros perguntou a uma miúda de uns 8 anos que mensagem mandaria aos meninos norte-americanos se pudesse fa-



lar com eles. Diz que a rapariguinha respondeu com muita segurança e serenidade: "diria que estudem e se preparem para poderem algum dia ser livres".

"Qualquer pessoa que visite o interior pode aperceber-se do verdadeiro significado da revolução para os camponeses cubanos. O que se sente verdadeiramente é que essa gente tem consciência que está a construir algo e têm uma grande confiança no futuro."

Do contacto que estabeleceu com jovens estudantes disse-nos que o que mais a impressionou na juventude cubana foi a sua confiança e a sua rectidão.

"Eles sabem onde estão e em que direcção dirigem os seus esforços e o seu trabalho, e fundamentalmente que o seu futuro está assegurado. Por vezes davam-me a sensação de mostrarem um certo dogmatismo. Chegou mesmo a parecer-me que eles não podiam entender a complexidade dos nosso problema e tratavam de simplificá-lo... era como se nos compreendessem política e intelectualmente, mas não emocionalmente.

No entanto, sabíamos que para além de tudo o mais, devido ao seu enorme sentido ético, eles podiam perceber a nossa realidade e queriam ajudar-nos."

Mas, o auge desta viagem foi o encontro que tiveram com Fidel de Castro, que ocorreu no último dia da sua permanência em Cuba.

"Sabíamos que se ia

dar, mas não sabíamos nem quando, nem em que lugar, nem nada. No último dia da nossa estadia em Cuba fomos à Cidade Desportiva e pensávamos que depois teríamos a tarde livre para nos despedirmos dos nossos familiares. De repente disseram-nos que subíssemos para um automóvel porque íamos ter um encontro muito especial. Todos começámos a arranjar as roupas, a "embonecarmo-nos"...

Levaram-nos então ao edifício do Comité Central onde esperámos nervosos e tensos uns 10 ou 15 minutos até que entrou Fidel. Cumprimentou cada um de nós, mas não sabíamos o que dizer-lhe.

Como alguns do nosso grupo eram porto-riquenhos, ele começou logo a conversar connosco acerca de Porto Rico, de todo o seu processo histórico e político, e nós, do nosso lado, começámos a fazer-lhe as perguntas mais variadas. Falou-nos do actual estado de relações entre Cuba e os Estados Unidos e do importante papel que nós podemos desempenhar na sociedade norte-americana.

Disse-nos que nós poderíamos constituir uma força de opinião bastante importante para destruir os mitos inculcados pelos exilados

cubanos. Emocionou-se muito connosco, e disse que nos via como filhos que regressavam ao lar. Em seguida falou-nos no boato que se criou durante os primeiros anos da Revolução; muitos pais pensaram que a Revolução lhes ia tirar o direito aos seus filhos.

Disse que talvez eles não devessem ter permitido que os nossos pais nos levassem do país, mas se o tivessem feito talvez tivesse sido pior, pois o que agora ficava demonstrado era que a Revolução tinha sabido atrair os seus filhos, que regressavam ao seu país de livre vontade.

Era fascinante ouvi-lo falar. Alguns de nós chorámos. E fiquei muito impressionada de ver nele uma pessoa tão tranquila. Assim como fiquei impressionada com as mãos dele: são inteligentes, expressivas, reforçando a todo o instante tudo o que diz.

Nem podia crer que estava sentada na mesma sala onde se encontrava o comandante Fidel de Castro."

Adriana pôs-se séria e pensativa. Nota-se que tem muito em que pensar, muito para definir. Perguntámos-lhe que perspectivas lhe tinha dado a viagem.

"Ainda estou a fazer o balanço. Mas ajudou-me muito, porque até então sentia que me faltava um rumo, sentia-me um pouco à deriva sem ter raízes em nenhum lugar e não sabia onde ir viver.

Mas agora, sabes, posso tomar uma decisão e sei que quero ir viver para Cuba, quero manter este vínculo à minha pátria e aprofundá-lo. Sei que este contacto me irá ajudar no trabalho que tenho de realizar fora de Cuba.

Mas o mais importante da viagem foi o facto de todos termos comprovado que somos e continuaremos a ser cubanos..."

Butão

Uma cerimónia de coroação num país encravado no Himalaia, com alturas superiores a sete mil metros, conhecido internacionalmente pelos seus "pôneis" e apenas visitado por alpinistas ou "hippies" em busca da meditação e do consumo de drogas, parece mais uma festa folclórica do que um acontecimento de capital importância na cena internacional.

No entanto, não foi precisamente o gosto do exótico que levou a Thimphu, a 2 de Janeiro de 1974, altos representantes das grandes potências: E.U.A., URSS, Grã-Bretanha, França, China Popular e um ministro da Índia. Nesse dia Jigme Sinahe Wangchuk, um jovem de 18 anos foi proclamado rei do Butão, sucedendo a seu pai o "rei Dragão" - Jigme Dorji Wangchuk, morto em 1972.

Situado entre a província hindu de Assam e o Tibete chinês, o Butão é um país dos "pedões" da estratégia internacional na Ásia. Eis porque aqueles diplomatas procuravam adivinhar ou mesmo determinar os movimentos do jovem monarca, o primeiro a abrir o "rei-

no proibido" à civilização moderna e a nele instaurar uma Assembleia Nacional Legislativa.

Verdadeiro "Estado-tampão", situado numa zona de conflito entre duas potências atómicas, o Butão tem uma estreita afinidade histórica, cultural e religiosa com os vizinhos reinos himalaicos do Nepal, Sikkim e com o Tibete chinês.

Desde que em 1774 os britânicos estabeleceram um protetorado sobre este pequeno país, os seus vínculos políticos ficam amarrados ao Sul.

Com a independência da Índia, Nova Delhi herdou a tutela sobre este pequeno reino, prometendo no Tratado de Amizade assinado em 1949 não intervir "nos assuntos administrativos internos".

Por seu lado, "o Governo do Butão obriga-se a seguir os conselhos do Governo da Índia no que concerne às suas relações externas".

Em 1959, quando o conflito sino-hindú começava a esboçar-se, Thimphu rompeu as relações diplomáticas com Pequim. Isto representou um duro golpe na economia do Butão, que exportava arroz e madeira para o Tibete. Em contra-



que tem como principal função a vigilância da fronteira com a China.

No entanto o jovem rei Jigme Singye Wangchuk é um zeloso defensor da sua independência e não pretende que o seu país tenha a mesma sorte do que o vizinho Estado de Sikkim, anexado como mais uma província da Índia em 1975, após o culminar de um discutido referendo. Em 1971 o Butão obteve o seu reconhecimento como membro de pleno direito da ONU, e em 1973 e 1976 assistiu às Conferências Cimeiras do Movimento dos Países Não Alinhados. O jovem monarca declarou logo de início querer manter "relações justas e correctas com a China". A presença de uma delegação de Pequim quando da sua coroação, primeiro contacto estabelecido após um quarto de século, é indubitavelmente um gesto importante nesse sentido.

O isolamento do Butão nas alturas do Himalaia fez com que através dos séculos este país se tivesse tornado auto-suficiente no campo da alimentação. O que não obsta a que a Índia contribua com 14 milhões de dólares anuais a fim de equilibrar um orçamento cronicamente deficitário.

Isto não impediu que Wangchuk, ao portar pela primeira vez a coroa, dirigisse ao seu povo uma mensagem de optimismo. Enumerando as riquezas do seu país: arroz, madeira, um enorme potencial hidroeléctrico, e importantes jazigos de hulha, cobre e mica, declarou que a verdadeira independência só pode provir da independência económica e pediu aos butaneses "unidade, para juntos darem o salto da Idade Média para o século XXI".

Almanaque do Terceiro Mundo 4



RE



17 Bhutan Druk-Yul

Governo: monarquia constitucional, Jigme Singh Wangchuk, rei

Capitais: Thimpu (25 000 h) no Verão e Punaba (34 000 h) no Inverno - **Superfície:** 46 400 km² - **População:** 1 150 000 h

Moeda: rupia hindu - **Idioma Oficial:** dzongka - **Festa Nacional:** dia do nascimento do rei - **Religião:** budista lamaísta - **PNB per capita:** 60 dólares anuais - **Educação:** Em 1972 existiam 16 000 estudantes em todos os graus de ensino (representando menos de 2 por cento da população) - **Saúde:** um médico para cada 40 000 habitantes.

O Butão é membro de pleno direito da ONU e do Movimento dos Países Não Alinhados.



partida, a Índia construiu novas estradas em direcção ao sul, canalizando para si o comércio externo do Butão, cuja única saída para o mar é o porto hindu de Calcutá.

A administração pública do Reino é orientada por técnicos hindus, e assessores da mesma nacionalidade treinam o exército, que só há bem pouco trocou a flecha pela espingarda e

Cabo Verde

Quando os portugueses se instalaram em Cabo Verde em 1587, o arquipélago (constituído por dez ilhas e nove ilhotas vulcânicas a 300 quilómetros do Senegal) era efectivamente verde, coberto de vegetação tropical. Quatro séculos de exploração incontrolada alteraram a ecologia do país, até o converterem num verdadeiro "deserto flutuante".

Nos últimos duzentos anos quantos actualmente vivem nas ilhas do arquipélago.

Para a metrópole lusitana o interesse pelas ilhas era fundamentalmente estratégico: uma escala vital entre Lisboa e o Brasil e as colónias africanas. Criaram-se vínculos particularmente fortes entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau, de onde por-

vieram os antepassados da maior parte dos cabo-verdianos e para onde milhares deles emigraram.

Não é estranho que fosse um cabo-verdiano, Amílcar Cabral, que tivesse fundado na Guiné em 1956 um partido para lutar contra o colonialismo português. Naturalmente que as formas de luta do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) não podiam ser as mesmas nas ilhas e no continente. Enquanto na Guiné a luta armada libertava o território, em Cabo Verde os patriotas organizavam-se na luta política da clandestinidade.

Quando após a Revolução do 25 de Abril de 1974, Portugal resolve aceitar a autodeterminação das suas colónias, a direita lusitana procurou demonstrar que Cabo Verde era "uma província do ultramar, tão portu-



guesa como o arquipélago dos Açores. Mas a firmeza da equipa negociadora do PAIGC, encabeçada por Pedro Pires, desbaratou a manobra e o país alcança a independência em Julho de 1975. Desde então o PAIGC converte-se no primeiro partido do mundo a governar dois Estados. Guineenses e Cabo-verdianos aspiram à unificação, mas no entanto isso não se dará apressadamente.

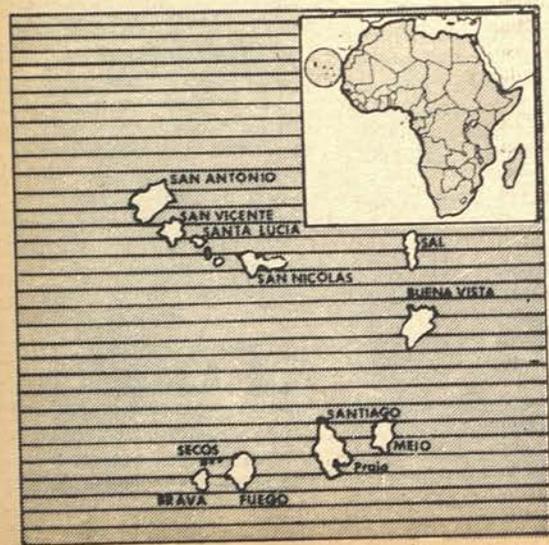
Para o PAIGC a primeira tarefa em Cabo Verde foi evitar que o seu povo morresse de fome, depois de uma década de seca que assolou o território. A população local e a solidariedade internacional foram mobilizadas na batalha contra a seca, utilizando na irrigação a água subterrânea inexplorada pelo colonialismo. Ao mesmo tempo foi iniciada uma profunda reforma agrária, nacionalizando-se as terras (algumas das ilhas estavam nas mãos de meia dúzia de latifundiários), e estimulando os camponeses a organizarem-se em cooperativas.

Este esforço não impediu que Cabo Verde demonstrasse a sua solidariedade anti-imperialista, apoiando Angola durante a segunda guerra de libertação, permitindo que a ponte aérea que abastecia os angolanos durante a invasão do seu território pelo Zaire e a África do Sul fizesse escala no seu território. O PAIGC já declarou que manterá a sua posição de não alinhamento e não permitirá bases estrangeiras no seu território. A sua implantação estratégica será aproveitada economicamente como escala de voos e ligações marítimas transcontinentais.

18 República do Cabo Verde

Governo: Aristides Pereira, Presidente; Pedro Pires, Primeiro-Ministro - *Capital:* Praia (32 000 h) - *Superfície:* 3929 km² - *População:* 290 000 (70 por cento rural) - *Moeda:* escudo de Cabo Verde - *Idioma oficial:* Português - *Festa Nacional:* 5-7 (Independência, 1975) - *Religião:* maioritariamente católica - *PNB per capita:* 290 dólares anuais.

Cabo Verde é membro de pleno direito da ONU, da Organização da Unidade Africana e do Movimento dos Países Não Alinhados.



Camarões

legado tarde a partilha colonialista de África, o II Reich alemão conseguiu estabelecer-se em zonas importantes do continente, ocupando os territórios dos actuais Burúndi, Namíbia, Ruanda, Tanzânia, Togo e Camarões, onde em 1884 submeteu a civilização bantú, ali estabelecida desde o início da nossa era. Durante a Primeira Guerra Mundial (originada precisamente pelos antagonismos entre os distintos imperialismos europeus), os Camarões foram ocupados pela França e a Grã-Bretanha; os quais em 1920 dividiram entre si o território, adjudicado como "mandato" pela Sociedade das Nações.

O acesso dos Camarões à independência não foi pacífico. A partir de 1936, graças à acção de destacados sindicalistas, alguns grupos sindicais dos Camarões Oriental ("francês") adquiriram o direito de se filiar nas centrais sindicais da metrópole, o que viria a estimular as expressões autonomistas. O na-

cionalismo nascente foi reprimido pelos colonialistas, e em 1955 e 1958 os líderes independentistas dos Camarões foram obrigados a refugiar-se na selva, onde organizam a luta de guerrilhas. É assim que é fundada a União Popular dos Camarões (UPC) que chegou a constituir uma força política poderosa, na qual o povo se identificava.

Mas quando a independência era já inevitável, a França tratou de assegurar a sucessão neocolonialista, através da União Nacional dos Camarões (UNC) da Ahmadu Ahidjo, "homem forte" do país desde 1955, que se transforma no seu primeiro presidente (e único até agora). Em Outubro de 1961 criou-se a República Unificada dos Camarões, após um plebiscito na parte oriental do país (até então britânica) se ter pronunciado pela reunificação.

Ahidjo inaugurou a sua carreira política liquidando a UPC numa guerra civil que traumatizou profundamente o país, provocando a "apatia política" que os observadores encontram no povo. Mas nem sequer a



seu governo é notoriamente conservador, apoiando-se na estrutura tribal tradicional e num exército sem preocupações nas fronteiras nem participação nas tarefas de desenvolvimento.

Os sindicatos, que em determinada época estiveram na vanguarda das lutas pela independência, encontram-se agora integrados por lei na União Nacional de Trabalhadores (UNTC), parte integrante da UNC. Mas nem sempre semelhantes estruturas conseguem conter o descontentamento dos assalariados urbanos, na sua maioria vindos do campo. Exemplo disso são as greves que estalaram nos últimos meses em várias empresas multinacionais.

Começa-se também a notar sintomas de contestação política no meio universitário (seis mil estudantes), em grande parte devido à rigidez das estruturas políticas, que para além de limitarem as possibilidades de ascensão, impedem a participação da juventude.

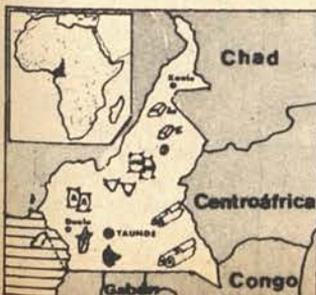
A base política de Ahidjo encontra-se no interior do país, onde a maioria dos camponeses continuam a seguir os chefes tradicionais, de poder carismático e sagrado, e geralmente identificados com o poder central. A economia dos Camarões é agrária, e as exportações de café, borracha e cacau permitem-lhe equilibrar a balança comercial e manter um nível de endividamento relativamente baixo, factores que contribuem para a estabilidade do regime.

Uma acalmia conservadora de incerto futuro num continente em ebulição.

19 République Unifiée du Cameroun

Governo: Ahmadu Ahidjo, Presidente; Paul Biya, Primeiro-Ministro - **Capital:** Yaoundé (275 000 h) - **Superfície:** 475 442 km² - **População:** 6 000 000 h (84 por cento rural) - **Moeda:** franco CFA - **Idiomas oficiais:** francês e inglês - **Festa Nacional:** 1 de Janeiro (Independência, 1960) - **Religião:** animista, muçulmana e cristã - **PNB per capita:** 300 dólares anuais - **Educação:** 1 130 000 estudantes em todos os graus de ensino. Analfabetismo: 80 por cento - **Saúde:** Um médico para cada 24 mil habitantes.

Os Camarões é membro de pleno direito da ONU, OUA, das Organizações Inter-Africanas do Café e da Madeira, da Organização da Comunidade Afralgache (OCAM) e do Movimento dos Países Não Alinhados.



UNC (partido único) se caracteriza pela vida política interna. O seu "Congresso da Maturidade" celebrado em Fevereiro de 1975, reforçou ainda mais os poderes do Presidente Ahidjo, sem outras precisões programáticas. O "Grande Camarada" foi reeleito já por quatro vezes, poderá candidatar-se pela quinta vez quando o seu mandato quinquenal findar em 1980. O



Império Centro-Africano

Uma que, devido à situação política actual, o Império Centro-Africano seja apenas lembrado quando o seu "Imperador" resolve cair no ridículo, o território da antiga África Equatorial Francesa foi cenário de grandes rebeliões anticolonialistas em 1905, 1923-26 e 1946, que foram o prelúdio do processo descolonizador iniciado em 1958.

Em Dezembro desse ano, Barthélémy Boganda proclamou o seu país membro da Comunidade Francesa criada pelo general De Gaulle, com o nome de República Centro-Africana. Ex-frade, Boganda morrerá três meses mais tarde e será David Dacko quem assume o cargo de primeiro presidente quando em 1960 é alcançada a independência plena.

Líder revolucionário do Movimento para a Evolução Social da África Negra (MESAN), Dacko inicia um processo de reformas e estabelece relações de cooperação com os países socialistas. Em 1965 é derrubado do poder pelo seu tio, o coronel Jean Bedel Bokassa, o qual havia servido no exército francês até 1962.

Ardente admirador de Napoleão, Bokassa proclamase marechal no seu primeiro acto governamental e Presidente Vitalício no segundo. Procurando imitar o sobrinho decreta que "a burguesia foi abolida e uma nova era de igualdade entre todos os cidadãos acaba de ser instalada".

Em 1974, mediante uma série de fulminantes decretos, nacionaliza todas as empresas multinacionais do petróleo que operavam no país. No entanto os seus opositores, não vêm nestas medidas um avanço progressista efectivo, e alegam que Bokassa não consegue compreender a diferença entre a propriedade estatal e a sua propriedade pessoal.

Na realidade o Estado Centro-Africano é o próprio Bokassa, que a partir de 1973, para além de Chefe do Executivo, Comandante Chefe do Exército, Presidente e Secretário-Geral do Partido, é Ministro da Defesa, da Indústria, das Minas, da Informação, da Aviação Civil e Militar, dos Transportes, da Administração Pública, e de outras pastas menores.



mantas do seu país, um dos mais pobres de África.

Ao cabo das suas frequentes viagens por países muçulmanos, Bokassa anunciou em Outubro do ano passado a sua conversão ao islamismo e mudou o seu nome para o de Salah Eddin Ahmed. Dois meses mais tarde voltou a surpreender o mundo ao designar o seu país como Império Centro-Africano e a si mesmo como Imperador Bokassa I.

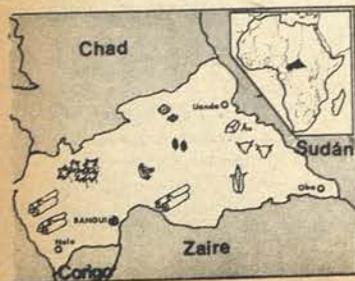
Com renovados poderes, Bokassa I, procura dar um novo impulso à Organização Comum Africana Malgaxe e Maurícia (OCAM) a que preside, e cuja sede se situa em Bangui. Espera também atrair à sua capital outras organizações internacionais, que contribuíram para prestigiar a sua pomposa coroa, ainda que até ao momento não tenha obtido qualquer êxito neste sentido.

Mas nada disto beneficia directamente o seu povo que se dedica ao cultivo do algodão, café e amendoim, e que tem um rendimento per capita dos mais baixos do continente. Já há tempo que as extravagâncias de Bokassa ultrapassaram os limites do razoável e dificilmente se poderia ter mantido no poder se não contasse com aliados internacionais poderosos. Em retribuição dessa ajuda, tropas centro-africanas detiveram Mobutu contra a insurreição popular no Zaire. Mas tal poderá constituir uma arma de dois gumes, na medida em que poderá dar-se uma consciencialização de jovens oficiais, mais dispostos a retomar a tradição rebelde do seu povo do que a participar na defesa de um império de opereta. A sorte que permitiu a Bokassa superar várias crises, pode não ser eterna...

20 Empire Centrafricaine

Governo: Bokassa I, imperador. *Capital:* Bangui (200 000 h). *Superfície:* 623 000 km². *População:* 1 750 000 h (87 por cento rural). *Moeda:* franco CFA. *Língua oficial:* francês. *Festa Nacional:* 1 de Dezembro (Proclamação da República, 1960). *Religião:* cristã, muçulmana e animista. *PNB per capita:* 170 dólares anuais. *Educação:* existem 200 000 estudantes em todos os graus de ensino. *Saúde:* um médico para cada 35 000 habitantes.

O Império Centro-Africano é membro de pleno direito das Nações Unidas, da OUA, da OCAM e do Movimento dos Países Não-Alinhados.



Todas estas funções, tudo leva a crer, parecem não lhe roubar muito tempo, já que Bokassa é o Chefe de Estado que mais viaja ao estrangeiro, entre outros motivos para visitar as suas propriedades na Suíça, os seus "bungalows" em Inglaterra ou os castelos barrocos que comprou na França com o produto das exportações de dia-

as vozes da áfrica revolucionária

N.º 386 — 26 DE FEVEREIRO — 1978 — 15800
Angola 25 Kwanzas Portugal 25 escudos

Tempo

Zimbabwe:
AS IMPLICAÇÕES
DO ACORDO INTERNO

**NOVO ANO ESCOLAR
NOVA VIDA**

**PAK SONG CHOL
EM MOÇAMBIQUE**

TEMPO, de Maputo. Revista semanal ilustrada.
Redacção: av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A
Caixa Postal 29.17 — Republica Popular de Moçambique

